

Isadora Leite Escosteguy

**INOVAÇÕES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA
E DE REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR EM
FLORIANÓPOLIS-SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas.

Orientador: Prof. Dr. Oscar José Rover.

**Florianópolis
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Escosteguy , Isadora Leite
INOVAÇÕES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E
DE REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR EM FLORIANÓPOLIS
SC / Isadora Leite Escosteguy ; orientador, Oscar
José Rover, coorientador, Maria das Graças
Brighthwell, 2019.
131 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias,
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

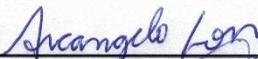
1. Agroecossistemas. 2. Agroecossistemas. 3.
Abastecimento alimentar. 4. Circuitos curtos de
comercialização. 5. Democracia agroalimentar. I.
Rover, Oscar José. II. Brighthwell, Maria das Graças
. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV.
Titulo.

"Inovações Sociais na Promoção da Agroecologia e de Redes de Civismo Agroalimentar em Florianópolis-SC."

Por

ISADORA LEITE ESCOSTEGUY

Dissertação julgada adequada, em 11/03/2019, e aprovada em sua forma final, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas. Área de Concentração Desenvolvimento Rural e Desempenho Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias/UFSC.



Prof. Dr. Arcangelo Loss (Coordenador do Programa)

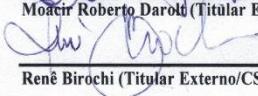
Banca Examinadora:



Oscar Jose Rovér (Presidente / Orientador)



Moacir Roberto Darold (Titular Externo/UFPR/APPAR)



Renê Birochi (Titular Externo/CSE/UFSC)

Candidata ao título:



ISADORA LEITE ESCOSTEGUY

Florianópolis, 11 de março de 2019

Este trabalho é dedicado em memória, à querida e amada Dra. Maria das Graças Brightwell. Mulher inspiradora, empoderada, amiga, confidente, mãe, professora, pesquisadora e dedicada coorientadora.

Que nossos sorrisos sinceros possam sempre manifestar a qualidade da Graça...

“A Graça que vive em mim, saúda a graça que vive em você”.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação está associada ao apoio de muitas pessoas e instituições que estiveram presentes em diferentes fases da minha trajetória como mestranda nesses dois intensos anos.

Sou muito grata, em primeiro lugar, à minha família, em especial à minha mãe, Izaura, ao meu pai, Claudio, e à minha irmã mais velha, Camila. Vocês são os pilares da minha vida, pois sempre me apoiaram e incentivaram a seguir meus sonhos e acreditar neles. Dedico grande parte da minha caminhada ao amor incondicional que sentimos uns pelos outros. Sinto muito orgulho da relação genuína que construímos, onde o coração permanece seguro e aquecido, independente das distâncias físicas e/ou tempestades.

Ao meu orientador, Prof. Oscar José Rover, pela confiança, atenção, liberdade e oportunidade em desenvolver os trabalhos de pesquisa. Estou grata pelas excelentes conversas, orientações, possibilidades de vivência e imersão. Todos os momentos compartilhados foram de extrema importância para construir este trabalho e contribuir com a minha formação, pessoal e profissional. Estou muito grata pela oportunidade de aprender a ter um olhar atencioso e crítico, sempre acreditando na minha capacidade de superar as dificuldades e desafios. O seu modo de agir e educar comprometido me mostraram a importância de ser professor em uma instituição pública e de trabalhar com e para os agricultores familiares, possibilitando um olhar sensível à realidade do mundo rural, da agricultura orgânica e da agroecologia aos alunos da agronomia.

À minha querida coorientadora, Maria das Graças Brighwell. Tua passagem na minha vida foi um dos presentes mais belos que recebi do destino, um legado inestimável de quem dedicou a vida aos afetos, descobertas acadêmicas e culturas alimentares. São tantas lembranças que me preenchem de orgulho e emoção ao lembrar o dia em que assinamos a coorientação oficial. Carrego em mim o teu entusiasmo e sempre achei incrível a tua disposição, sem medo de assumir a responsabilidade de tornar o mundo mais agroecológico e inclusivo para todos, agricultores e consumidores. Tua dedicação nesses meses em que convivemos, companhia, orientações, caronas, áudios, *insights* e visitas com direito a risoto, sobremesa e chá inglês ao sol, deram-me força para estar aqui hoje, firme e orgulhosa de ter você como referência de mulher, pesquisadora, amiga e mãe. Tua doença nos surpreendeu e preocupou muito, passamos a viver com um receio enorme do que poderia acontecer, sempre na certeza de que terias força para enfrentar. Me ensinaste a ver a vida e os acontecimentos sob outra lente, a da

compreensão e amorosidade. Muitas vezes chorei escrevendo este trabalho, o vazio tomava conta. Dentre meus devaneios imaturos, procurava um porquê de não estares presente na minha lista de e-mails, revisando e orientando o trabalho. Também imaginei, inúmeras vezes, o tal sábado de sol da nossa orientação no Cacupé, nossa caminhada na praia para debater, como tínhamos combinado. Infelizmente não tivemos tempo suficiente, mas estavas todo tempo comigo, em lembrança, energia sutil e inspiração. Sempre que a saudade brota, penso na mulher articulada, firme e eficiente, que amava e acreditava no que fazia. Feliz em lembrar que acreditavas no meu potencial. Grata pela oportunidade de ter te conhecido, de ter aprendido tanto contigo e teres me acolhido como se eu fosse uma filha. Querida Graça, tua vontade, coragem e luta pela vida me ensinam a dia a dia. Dedico este trabalho a ti e à nossa amizade, deixaste muitas sementes que seguirão o teu legado, pois és luz, graça e riso.

Aos colegas do LACAF que me ensinaram a trabalhar em equipe, com confiança, competência e amizade verdadeira. Em especial aos queridos Nayã, Luan, Adevan e à atenciosa Dayana. Grata por toda força, apoio, parceria e dedicação plena, realizando nossas ações da melhor forma possível, potencializando sempre os aprendizados coletivos.

Aos agricultores e agricultoras do grupo AGRODEA e à Dulciani, pela amizade. Grata por abrirem as portas das suas casas, histórias e trajetórias. Vocês também me nutriram de inspiração. Como consumidora e pesquisadora tive junto a vocês, durante esses dois anos, uma das melhores experiências que já vivi.

Aos meus amigos e colegas do PGA, por terem propiciado espaços de aprendizado, reflexões, debates e confraternizações. Em especial à Thais, Nathan e Leandro. Grata à minha colega de casa, Renata, pela companhia, empatia e conversas.

Entre as instituições, agradeço à UFSC pela oportunidade de cursar o mestrado, à CAPES, pelo fornecimento da bolsa de estudos durante o curso. Agradeço também ao CEPAGRO e a todos os amigos e profissionais que conheci ali, pelo trabalho que fazem pela agricultura familiar e agroecologia no território.

Por fim, aos professores e à secretaria do PGA, pela dedicação para com seus alunos no compromisso de formar profissionais integrais e responsáveis.

RESUMO

A produção e o consumo de alimentos têm operado a partir das lógicas do sistema agroalimentar hegemônico, que possui como *modus operandi* a desconexão entre as dimensões da produção e do consumo de alimentos. Tal situação, aliada a escândalos alimentares em nível internacional, tem levado a uma crise de confiança por parte dos consumidores e ao consequente surgimento de contramovimentos associados à ‘virada para qualidade’, em que se criam novas dinâmicas agroalimentares associadas a valores de qualidade e confiança. Nesse cenário, destaca-se o aumento na demanda por alimentos orgânicos, de origem conhecida e produzidos seguindo os princípios da agroecologia. A agroecologia é uma ciência, prática e movimento social que busca o redesenho do sistema agroalimentar em seu conjunto, a partir da produção sustentável e de estratégias inovadoras de abastecimento e consumo de alimentos. Tais processos geram inovações sociais (IS), compreendidas neste estudo como processos que envolvam a participação coletiva e promovam a reconfiguração das relações sociais e mudanças de atitudes de um grupo de atores sociais, no enfrentamento de uma problemática. Nesse sentido, formas de venda direta por pedido antecipado (VDPA), em que há uma interação entre agricultores e consumidores (sem intermediários), são aqui interpretadas como IS e têm aberto novos campos de reflexão e ação para o abastecimento e o consumo de alimentos. Desta forma, pesquisas acadêmicas e grupos sociais têm refletido sobre o papel da sociedade civil na construção de soluções a partir da atuação dos consumidores na cadeia agroalimentar. Nesse sentido, a partir de noções, como a de consumidor-cidadão, configuram-se redes de civismo agroalimentar (RCA), que criam mecanismos de governança para ampliar a democracia alimentar. Este trabalho tem o objetivo de analisar as contribuições de IS promovidas por formas de VDPA para a expansão da agroecologia e para a configuração de RCA nos territórios (rurais e urbanos). Para tanto, a pesquisa dividiu-se em duas etapas: i) mapeamento de iniciativas de VDPA com entrega em Florianópolis-SC; e ii) estudo de caso aprofundado da célula de consumidores responsáveis formada no Campus Trindade da UFSC (CCR UFSC-Trindade). Utilizou-se como procedimentos metodológicos a observação participante, questionários, entrevistas, análise de conteúdo de documentos e vivência em campo com viés etnográfico, para responder a pergunta: quais elementos contribuem para a expansão da agroecologia e para a configuração de redes de civismo agroalimentar nos territórios de atuação de formas de venda direta por pedido antecipado

(VDPA), cujos alimentos são entregues em Florianópolis-SC? A partir da pesquisa foram mapeadas 13 iniciativas de VDPA com 19 pontos de entrega em Florianópolis-SC. Os resultados demonstraram que os arranjos de VDPA são IS bem-sucedidos, pois replicaram-se a outros contextos sociais, sendo um mercado novo e que permite a expansão da agroecologia, aumentando o número de famílias agricultoras que o abastecem, bem como o número de cestas comercializadas, além de promover espaços que ampliam a democracia alimentar, a partir do engajamento dos consumidores em diversas atividades de funcionamento das iniciativas. Isto configura elementos claros de uma RCA nos territórios onde ocorrem, indicando que eles podem contribuir para o redesenho do sistema de abastecimento agroalimentar vigente.

Palavras-chave: Abastecimento alimentar. Venda direta. Alimentos orgânicos/agroecológicos. Democracia agroalimentar. Circuitos curtos de comercialização.

ABSTRACT

The production and consumption of food have operated from the logic of the hegemonic agrifood system. The establishment of this *modus operandi* has the disconnect between the dimensions of production and consumption of food. This situation, coupled with food scandals at the international level, leads to a crisis of consumer confidence and the consequent emergence of counter-movements associated with a 'quality turn', in which new agrifood dynamics are created, associated with quality and confidence. In this scenario, we highlight the increase in the demand for organic food, of known origin and produced according to the principles of agroecology. Agroecology is a science, practice and social movement that seeks to redesign the agri-food system as a whole, based on sustainable production and innovative food supply and consumption strategies. Such processes generate social innovations (IS) that are understood in this study as processes that involve collective participation and promote the reconfiguration of social relations and changes of attitudes of a group of social actors, in the face of a problematic. In this sense, forms of direct sales by advance order (VDPA), where there is an interaction between farmers and consumers (without intermediaries) are interpreted as ISs, which have opened new fields of reflection and action for food supply and consumption. In this way, academic research and social groups have reflected on the role of civil society in the construction of solutions based on the performance of consumers in the agrifood chain. In this sense, from notions such as consumer-citizen, networks of agri-food citizenship (RCA) are created, which create mechanisms of governance to expand food democracy. This work aims to analyze the IS contributions promoted by VDPA forms for the expansion of agroecology and the configuration of RCA in the territories (rural and urban). For this, the research was divided in two stages: i) mapping of VDPA initiatives with delivery in Florianópolis-SC; and ii) an in-depth case study of the responsible consumer cell formed at the Trindade Campus of UFSC (CCR UFSC-Trindade). Participant observation, questionnaires, interviews, document content analysis and experience in the field with ethnographic bias, were used as methodological procedures to answer the question: what elements contribute to the expansion of agroecology and the configuration of agri-food civic networks in the territories where direct sales by advance order (VDPA), whose food is delivered in Florianópolis / SC? From the research were mapped 13 initiatives of VDPA with 19 delivery points in Florianópolis-SC. The results showed that the VDPA arrangements are

successful IS, since they have replicated in other social contexts, being a new market, which allows the expansion of agroecology, increasing the number of farming families that supply, as well as the number of market baskets, and promoting spaces that expand food democracy, from the engagement of consumers in various activities of operation of the initiatives. This sets up clear elements of an RCA in the territories where they occur, indicating that they can contribute to the redesign of the current agri-food supply system.

Keywords: Food supply. Direct sales. Organic/agroecological foods. Agri-food democracy. Short Food Supply Chain.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas para a inovação social em redes de produção e consumo de alimentos	40
Figura 2 - Expansão horizontal e vertical da agroecologia.....	55
Figura 3 - Mapa de iniciativas de VDPA com pontos de locais de entrega em Florianópolis-SC.....	66
Figura 4 - Ilustração sobre como funciona o arranjo de venda direta por pedido antecipado (VDPA).....	78
Figura 5 - Exemplo lista de produtos ofertados semanalmente na CCR UFSC-Trindade.....	80
Figura 6 - Ilustração uso da tecnologia e ferramentas utilizadas nas iniciativas de VDPA mapeadas em Florianópolis-SC	82
Figura 7 - Ilustração dinâmica de funcionamento das Células de Consumidores Responsáveis	90
Figura 8 - Atribuições dos grupos do aplicativo <i>WhatsApp</i> para os integrantes da CCR UFSC-Trindade	98
Figura 9 - (A) Reunião com o grupo AGRODEA e membros do LACAF/UFSC; (B) Reunião com o grupo de consumidores da CCR UFSC-Trindade, grupo AGRODEA e equipe LACAF/UFSC em novembro de 2017	101
Figura 10 - Registros dos consumidores(as) na CCR UFSC-Trindade nas visitas às propriedades rurais das famílias do grupo AGRODEA	101
Figura 11 - Registros ilustrando consumidoras retirando as cestas no local da CCR UFSC-Trindade.....	105
Figura 12 - (E) Agricultores e agricultoras do grupo AGRODEA na montagem das cestas para a CCR UFSC-Trindade; (F) Cestas no local de montagem em dezembro de 2018.....	106
Figura 13 - Canais de comercialização acessados pelo grupo AGRODEA em 2017-2018	108
Figura 14 - Valor das cestas (em R\$) arrecadado pelo grupo AGRODEA ao longo do período de 23 de novembro de 2017 a 24 de novembro de 2018 em SC.....	109
Figura 15 - (G) Visita dos consumidores(as) a uma propriedade familiar do grupo AGRODEA em Vidal Ramos-SC, estabelecendo contato com a identidade e cultura do território rural; (H) Consumidores(as) visitando uma roça de mandioca em Vidal Ramos-SC.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições encontradas na literatura sobre inovações sociais (IS)	38
Quadro 2 - Dimensões técnicas, socioeconômicas e culturais da agroecologia	48
Quadro 3 - Fatores que favorecem a expansão da agroecologia e alguns exemplos empíricos do Brasil e do mundo	57
Quadro 4 - Quadro analítico do tema da pesquisa, categorias de análise e descutores ou indicadores de estudo	71
Quadro 7 - Resumo do mapeamento das iniciativas de VDPA com entrega em Florianópolis-SC em 2018.	76
Quadro 8 - Resumo das informações complementares sobre iniciativas VDPA com ponto de entrega em Florianópolis-SC	77
Quadro 9 - Relação das oportunidades e dos desafios das iniciativas de VDPA mapeadas em Florianópolis-SC	86
Quadro 5 - Informações sobre famílias agricultoras do grupo AGRODEA, no Alto Vale do Itajaí-SC	95
Quadro 6 - Gênero, faixa etária e estado civil dos consumidores da CCR UFSC-Trindade	96
Quadro 10 - Atividades e responsabilidades coletivas da equipe de colaboração dos consumidores da CCR UFSC-Trindade	104
Quadro 11 - Síntese das contribuições para a expansão da agroecologia a partir da experiência da CCR UFSC-Trindade e das iniciativas de VDPA de Florianópolis-SC	113
Quadro 12 - Síntese das contribuições para configuração de redes de civismo agroalimentar a partir da experiência da CCR UFSC-Trindade e das iniciativas de VDPA de Florianópolis-SC	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRODEA	Associação de Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental
APAO	Associação dos Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais
AFN	Alternative Food Networks
AMAP	Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne
CCC	Círculo Curto de Comercialização
CCR	Células de Consumidores Responsáveis
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CEPSH	Comitê de Ética com Pesquisa em Seres Humanos
CSA	Community Supported Agriculture
Ecovida	Rede Ecovida de Agroecologia
GAK	Grupos Autogestionados de Consumo
GAS	Gruppi di Acquisto Solidali
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ifoam	International Foundation for Organic Agriculture
IS	Inovações Sociais
LACAF	Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RAA	Redes Agroalimentares Alternativas
RCA	Redes Cívicas Agroalimentares
SPG	Sistema Participativo de Garantia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VD	Venda Direta
VDPA	Venda Direta por Pedido Antecipado
FETAESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1	SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO E SEUS CONTRAMOVIMENTOS	27
2.1.1	Caracterizações do sistema agroalimentar hegemônico	27
2.1.2	Das redes agroalimentares alternativas às redes de civismo agroalimentar	32
2.2	INOVAÇÕES SOCIAIS E REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR: A AGROECOLOGIA COMO UMA INTERFACE.....	35
2.2.1	Redes de civismo agroalimentar: do problema à proposta	42
2.3	AGROECOLOGIA E REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR: APROXIMANDO AGRICULTORES DE CONSUMIDORES EM CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO INOVADORES	45
2.3.1	Circuitos curtos de comercialização inovadores e ferramentas para desenvolver redes de civismo agroalimentar	50
2.3.2	Expansão da agroecologia: um processo de inovação social e civismo agroalimentar	53
3	CONTEXTOS EMPÍRICOS E ELEMENTOS DOS GRUPOS ESTUDADOS NA PESQUISA	59
4	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	63
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DE DADOS EM CAMPO, ORGANIZAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	64
4.2	CATEGORIA DE ANÁLISE, DESCRITORES E INDICADORES DA PESQUISA	70
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	75
5.1	MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS DE VENDA DIRETA POR PEDIDO ANTECIPADO (VDPA) EM FLORIANÓPOLIS- SC	75
5.1.1	Arranjos organizacionais	78

5.1.2	Participação coletiva na promoção de uma RCA em Florianópolis-SC	83
5.1.3	Contribuição para expansão da agroecologia nos territórios..	86
5.2	ESTUDO DE UM CASO ESPECÍFICO: A CÉLULA DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS No CAMPUS TRINDADE da UFSC	89
5.2.1	Caracterização do grupo de agricultores (as) e consumidores (as) integrantes da CCR UFSC-Trindade	94
5.2.2	Arranjo organizacional da CCR UFSC-Trindade: uso da tecnologia aproximando agricultores e consumidores em RCA ..	97
5.2.3	Contribuições para configuração de RCA nos territórios: o caso da CCR UFSC-Trindade	100
5.2.3.1	Interações entre agricultores e consumidores	100
5.2.3.2	Interações desenvolvidas dentro do grupo de consumidores.....	103
5.2.3.3	A mobilização entre as famílias agricultoras para viabilização das CCR	106
5.3	Contribuições nas dimensões socioeconômicas da agroecologia .	107
6	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

A produção e o consumo de alimentos têm operado sob a lógica do sistema agroalimentar hegemônico, o qual caracteriza-se pelo domínio das grandes corporações multinacionais, mediante adoção das práticas da agricultura industrial. Tais corporações são as responsáveis pela produção em grande escala e pelo abastecimento globalizado de alimentos em circuitos longos (PLOEG, 2008). Destaca-se, a partir disso, que o estabelecimento desse sistema provoca o afastamento geográfico, relacional e informacional entre os atores da produção e do consumo (agricultores e consumidores) (WANDERLEY, 1997; MARSDEN et al., 2000; PLOEG, 2008; DAROLT, 2013).

Nesse cenário, vem sendo desencadeada uma crise de confiança por parte dos consumidores, evidenciada pela emergência dos chamados escândalos alimentares (*Escherichia coli*, vaca louca, salmonela)¹ e, mais recentemente, pela contaminação dos alimentos por agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (OGM). Esta crise decorre da crescente desconfiança, em relação a qual Mendes e Espejo (2014, p. 32) explicam que “o cidadão começa a questionar a maneira pela qual a comida chega à sua mesa”, bem como, as consequências geradas à sua saúde e ao ambiente devido ao consumo de alimentos produzidos em grande escala (GOODMAN, 2004; PORTILHO, 2009).

Tais preocupações têm provocado o aumento da demanda por alimentos orgânicos. Desse modo, a comercialização mundial destes alimentos vem crescendo a taxas aproximadas de 20% ao ano. No Brasil, este crescimento destaca-se ainda mais, ao ter atingido 32,5% em 2016 (IFOAM, 2016; ORGANICS BRASIL, 2016). O avanço do mercado de produtos orgânicos contextualiza-se num processo contemporâneo mais amplo, denominado por Goodman e Goodman (2009) como “virada para a qualidade”. Neste processo, ocorrem mudanças nos padrões de

¹Infeções causadas por bactérias *E. coli* O157:H7, que podem levar à Síndrome Hemolítica Urêmica (SHU); Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300459; A Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida como “Doença da Vaca Louca”, é uma enfermidade degenerativa, crônica e fatal que afeta o Sistema Nervoso Central de bovinos e bubalinos. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/sanidade-animal/eeb-doenca-da-vaca-louca>. E a Salmonella é responsável pelo aparecimento de infecções em suínos e humanos com grande influência na produção de carnes e derivados, e, consequentemente, na saúde pública. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/vet/article/download/3996/4858>.

produção e de consumo, baseadas nos valores de qualidade e confiança, provocando o surgimento de uma série de novas dinâmicas agroalimentares. No entanto, de modo geral, os elevados preços dos orgânicos têm viabilizado o consumo apenas para um público de maior poder aquisitivo. Tal cenário representa o surgimento de novos nichos de mercados alimentares, com características sociais e economicamente excludentes, pois torna os alimentos orgânicos inacessíveis à maior parte da população (GOODMAN, 2017).

Entretanto, crescem os movimentos sociais que se contrapõem às lógicas operadas no sistema agroalimentar hegemônico e que buscam o redesenho das práticas de produção e consumo, por meio da ampliação e democratização do acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos². Da ação destes movimentos, destacam-se abordagens associadas às noções de enraizamento, identidade do alimento e de seu território, denominadas como “redes agroalimentares alternativas” (RAA) (MARSDEN et al., 2000; BRUNORI et al., 2012) e “redes de civismo agroalimentar” (RCA) (RENTING et al., 2012).

As RAA são iniciativas que buscam a ‘ressocialização’ dos alimentos e das culturas alimentares. Tais redes incentivam a criação de mercados que envolvem a agricultura orgânica e os alimentos locais e de qualidade (MARSDEN et al., 2000; RENTING et al., 2003; VENN et al., 2006). Porém, as RAA têm sido criticadas devido à falta de atenção às questões de inclusão social e justiça, tendo semelhanças às lógicas do sistema agroalimentar hegemônico, mostrando-se insuficientes para a compreensão das dinâmicas contemporâneas do abastecimento agroalimentar. Desta forma, incorporando noções de democracia e civismo alimentar, por meio da promoção de mecanismos de governança que evidenciam a capacidade de atuação efetiva e estruturante dos cidadãos no sistema agroalimentar, as RCA surgem como um ‘avanço’ das RAA (MONTIEL et al.; 2010; RENTING et al., 2012). A abordagem das RCA caracteriza-se por evidenciar o papel do consumidor-cidadão na cadeia de abastecimento, por meio da reconexão entre produtores e consumidores. Elas destacam-se pela capacidade de ampliar o espectro de inovações sociais (IS) nas dinâmicas

²Optou-se pela utilização da denominação “orgânicos/agroecológicos” ao fazer referência a um alimento ou produto que está de acordo com a Lei brasileira n. 10.831 e carrega princípios agroecológicos nos seus aspectos sócio-produtivos.

agroalimentares contemporâneas (HASSANEIN, 2003; RENTING et al., 2012).

Neste estudo, entende-se por inovações sociais (IS) os processos de participação coletiva que promovam a reconfiguração das relações sociais e das mudanças de atitudes de um grupo de atores sociais no enfrentamento de uma problemática (NEUMEIER, 2012; MOULAERT et al., 2013). Nesse sentido, as IS buscam atender as demandas e necessidades da sociedade por meio do redesenho das práticas de produção, comercialização, abastecimento e consumo de alimentos. Elas têm como objetivo a busca por estratégias, novas ideias, tecnologias, serviços e produtos que visem atender às necessidades e desafios postos por uma articulação social específica. Desta forma, criam-se novas alianças e processos de aprendizagem (coletivos e em rede) que melhoram a qualidade de vida dos atores envolvidos (ANDRE; ABREU, 2006; EUROPEAN COMMISSION, 2011; NEUMEIER, 2012; MOULAERT et al., 2013).

No cenário apresentado, ressalta-se a agroecologia como impulsionadora de estratégias que buscam o redesenho do sistema agroalimentar em seu conjunto, principalmente ao aproximar agricultores e consumidores em mercados locais (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2009), sendo que alguns autores veem os circuitos curtos de comercialização (CCC)³ como intrínsecos às práticas agroecológicas. Darolt (2013) destaca que cada ano surgem inovações nos CCC que podem estimular a participação social de atores da produção e do consumo, por meio da venda direta (VD) entre agricultores e consumidores. O autor ainda coloca que a VD pode ocorrer em feiras do produtor ou em pequenas lojas de produtores, venda na propriedade ligada ao agroturismo, venda institucional para alimentação escolar, entrega de cestas, entre outras formas. Este modelo, permite maior remuneração e autonomia aos agricultores, bem como aproxima quem produz de quem consome. Além disso, pode gerar ambientes férteis para inovações sociais e desenvolvimento de RCA nos territórios (DAROLT et al., 2016).

Destacam-se, mundo afora, diversas iniciativas de produção de alimentos sustentáveis que reconectam agricultores e consumidores, favorecendo a dinamização de mercados locais (DAROLT et al., 2016). Estas iniciativas podem ser encontradas em diversos países e assumem

³ Darolt et al. (2016) chamam atenção para definições mais pragmáticas de circuito curto (CC) caracterizando os circuitos de distribuição que mobilizam até – no máximo – um intermediário entre produtor e consumidor.

uma constelação de formas, sendo estas: *Gruppi di Acquisto Solidali* (GAS), na Itália; *Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne* (AMAP), França; *Grupos Autogestionados de Consumo* (GAK), na Espanha; e Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), no Brasil, Estados Unidos e Europa. Tratam-se de iniciativas que procuram ressignificar os sistemas de produção e consumo. Isto ocorre por meio de práticas que geram outros tipos de experiências de consumo, reflexões compartilhadas e também novas formas de ativismo político (ROSSI; BRUNORI, 2017; RENTING et al., 2012).

No Brasil, estudos têm demonstrado que há um cenário de proliferação destas modelos. Em 2009, foram mapeadas 19 experiências de grupos de consumo responsável no país (INSTITUTO KAIRÓS, 2011; MASCARENHAS et al., 2014). Recentemente, em 2017, um levantamento identificou 46 iniciativas de grupos de consumo localizados em 33 cidades brasileiras. Dentre as características comuns entres esses grupos está a venda direta dos agricultores aos consumidores, sem intermediários. Porém, muitas formas de VD diferem-se do modelo das feiras, ao operar geralmente por meio de pedidos antecipados (PREISS, 2017). Neste estudo iremos nomear a venda direta por pedido antecipado (VDPA) como sendo um arranjo organizacional, que funciona a partir da articulação direta entre agricultores e consumidores, e que opera por meio do uso da tecnologia (internet), onde são realizados os pedidos antecipados de modelos de cestas de alimentos orgânicos/agroecológicos, que são entregues, conforme a iniciativa, em pontos de partilha comuns aos consumidores ou em domicílio.

Um dos diferenciais deste arranjo refere-se à garantia de venda a partir dos pedidos antecipados. Nesse caso, os agricultores têm a possibilidade de realizar o planejamento da produção e da logística em resposta à demanda previamente definida. Neste modelo há uma diminuição dos riscos de desperdício e redução de tempo disponibilizado para a venda, quando comparado ao modelo de VD em feiras. Ressalta-se que o pedido antecipado confere certa garantia aos agricultores, pois eles passam a saber quais produtos e qual quantidade serão vendidos, antes mesmo da colheita. Já para os consumidores, este arranjo confere uma maior comodidade e acessibilidade para adquirirem alimentos saudáveis, sazonais e da agrobiodiversidade em locais comuns (escolas, universidades, casas, locais de trabalho, em casa), sendo que a internet (geralmente *WhatsApp*), uma ferramenta de fácil acesso e gratuita, fornece a estrutura a comunicação e operacionalização das iniciativas.

Nesse sentido, parte-se da compreensão de que as formas de VDPA são inovações sociais (IS) e, a partir disto, busca-se responder a

pergunta orientadora: quais elementos contribuem para a expansão da agroecologia e para a configuração de redes de civismo agroalimentar nos territórios de atuação de formas de venda direta por pedido antecipado (VDPA) cujos alimentos são entregues em Florianópolis/SC?

A pesquisa dividiu-se em duas etapas. Primeiramente, realizou-se o mapeamento VDPA em Florianópolis-SC. Logo, identificou-se a iniciativa que reúne um maior número de agricultores e cestas comercializadas, sendo elencada, para estudo de caso aprofundado, uma iniciativa vinculada ao Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC), qual seja: a experiência de uma célula de consumidores responsáveis, cujo ponto de entrega é localizado no Campus UFSC da Trindade (CCR UFSC-Trindade). O objetivo da pesquisa é analisar as contribuições de IS promovidas por formas de VDPA para a expansão da agroecologia e para a configuração de RCA nos territórios. Para tanto, utilizou-se um conjunto de procedimentos metodológicos: observação participante, questionários, entrevistas, análise de conteúdo de documentos e vivência em campo com viés etnográfico.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução.

O segundo capítulo refere-se à revisão teórica e esta dividido em três partes. Primeiramente, será caracterizado o sistema agroalimentar hegemônico e realizada uma discussão sobre as críticas a ele, por meio do surgimento de contramovimentos, como as redes agroalimentares alternativas (RAA) e redes cívicas agroalimentares (RCA). Na segunda parte da revisão teórica será apresentado o conceito das inovações sociais (IS) e a relação delas com o debate das RCA. Logo, será apresentado o papel da expansão da agroecologia como uma IS que, a partir de suas práticas, estimula a consolidação de circuitos curtos de comercialização inovadores (ex: formas de VDPA) e, a partir destes, na formação de RCA nos territórios.

No terceiro capítulo, serão apresentadas características do contexto empírico, isto é, da cidade de Florianópolis e da região do Alto Vale do Itajaí – SC, onde se encontram os consumidores das formas de VDPA estudadas, e agricultores do caso específico da CCR UFSC-Trindade. No quarto capítulo será apresentada a abordagem metodológica trabalhada neste estudo. No quinto capítulo, serão apresentados os resultados e a discussão da pesquisa, com análises sobre o mapeamento das experiências de VDPA em Florianópolis-SC e sobre o estudo de caso aprofundado da CCR UFSC-Trindade. No sexto e último capítulo, serão apresentadas as

conclusões e considerações finais do estudo, com questionamentos relevantes a serem respondidos em trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO E SEUS CONTRAMOVIMENTOS

Nesta primeira subseção, será caracterizado o sistema agroalimentar hegemônico, apresentando como este está estabelecido nas dimensões da produção, comercialização, abastecimento e consumo de alimentos. Além disso, evidenciam-se algumas críticas e o conseqüente surgimento dos contramovimentos que estimulam a criação de alternativas à lógica dominante. Destacam-se, desse modo, as abordagens conhecidas como redes agroalimentares (RAA) alternativas e/ou redes de civismo agroalimentar (RCA) (GOODMAN; GOODMAN, 2009; RENTING et al., 2012; WILKINSON, 2017).

2.1.1 Caracterizações do sistema agroalimentar hegemônico

É importante destacar as três características principais do sistema agroalimentar hegemônico, a saber: i) possui um modelo regido pela lógica da agricultura industrial, que adota os pacotes tecnológicos estabelecidos durante a modernização conservadora da agricultura - também conhecida como revolução verde; ii) opera a partir da centralização em grandes corporações; iii) possui abastecimento globalizado em circuitos longos (PLOEG, 2008; ALTIERI, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Nessa perspectiva, a agricultura industrial caracteriza-se pela adoção de práticas agrícolas extremamente dependentes do uso de pacotes tecnológicos, que causam inúmeras pressões sobre os agroecossistemas⁴ e a conseqüente degradação do ambiente (ALTIERI, 2012). Desta forma, este modelo associa-se à noção produtivista, que busca legitimar a eficiência econômica (maximização dos lucros e redução dos custos) por meio da produção em massa (mecanização), especialização produtiva (monoculturas), uso de insumos (agrotóxicos, fertilizantes) e espécies geneticamente modificadas (OGMs) (DAL SOGLIO, 2016; VIEGAS, 2016).

⁴ Agroecossistema: É um local de produção agrícola (ex: uma propriedade) compreendido como um ecossistema o qual sua estrutura pode ser analisada pelos sistemas de produção de alimentos e o conjunto complexo que o compõe (insumos, interações, biológicas, ecológicas, sociais e culturais) (GLEISSMAN, 2009, p. 63).

Nesse cenário, a lógica do sistema agroalimentar hegemônico, associada à agricultura industrial, é altamente integrada às grandes corporações, também conhecidas como impérios alimentares, que são aliados a mercados exportadores, centralizados, dependentes de capital e que possuem hegemonia no mercado agroalimentar (PLOEG, 2008). À vista disso, o modo de funcionamento deste sistema desencadeia inúmeras crises (econômicas, sociais, culturais e ambientais) em nível global. Nesse sentido, para Altieri (2012):

Fica claro então, que a primeira onda de problemas ambientais está profundamente enraizada no sistema hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados aportes de insumos e a adoção de práticas agrícolas que provocam degradação dos recursos naturais. (ALTIERI, 2012, p. 35).

O avanço na ecologização da produção agrícola, portanto, é uma necessidade planetária (UNEP, 2011). Segundo Altieri e Nichols (2012b, p. 65), “Não há dúvida de que a humanidade precisa de um novo paradigma de desenvolvimento agrícola, que promova formas de agricultura mais biodiversas, resilientes e socialmente justas”. Desse modo, o relatório da ONU, *Agroecology and the Search for a Truly Sustainable Agriculture*, propõe alguns passos para a superação desta realidade, como o redesenho das práticas produtivas, por meio da transição agroecológica, para além de uma produção orgânica substituidora de insumos. Para tanto, faz-se necessário ter como pilar estratégico a agroecologia⁵, visando ampliar a resiliência do processo (ALTIERI; NICHOLLS, 2005; ALTIERI; NICHOLS, 2012a; GLIESSMAN, 2001; FAO, 2015).

Já na dimensão da distribuição, as dinâmicas de abastecimento dos alimentos estruturaram-se em cadeias longas, que tendem a romper elos diretos entre produção e consumo, as quais se organizam de forma centralizada, por meio das centrais de abastecimento (CA). Disto resulta a aliança entre o setor da agroindústria e o grande varejo, consolidando o espaço dos supermercados e hiper mercados como principal local de abastecimento da população (GOODMAN; GOODMAN 2009; CUNHA, 2016; PUGAS, 2017; GAZOLLA; SCHINEIDER, 2017). No Brasil,

⁵ Agroecologia: ciência, prática e movimento social, cujo aprofundamento se encontra na subseção 2.3 deste trabalho.

estas distâncias podem adquirir dimensões continentais (dos locais de produção até o consumidor) (VIERA FILHO; FISHLOW, 2017). Destaca-se que estas grandes distâncias percorridas têm gerado o afastamento (em maior ou menor grau) entre os atores de produção e de consumo em três dimensões interligadas, a saber: i) a dimensão geográfica ou espacial, que representa a (longa) distância, que o alimento percorre até o local de consumo; ii) a dimensão informacional e cognitiva, que representa a (baixa) capacidade dos consumidores em conhecer as circunstâncias em que os alimentos foram produzidos; e iii) a dimensão relacional, que se refere ao (elevado) número de intermediários, entre agricultores e consumidores, que operam a cadeia de abastecimento (MARSDEN et al., 2000; DAROLT, 2013).

No contexto do consumo, ressalta-se a desconexão relacional entre produtores e consumidores ocorre por meio da desestruturação dos mercados e da produção de variedades de alimentos locais, bem como da perda de conhecimentos tradicionais, valores e significados culturais atribuídos aos alimentos (MARSDEN et al., 2000). Desse modo, contemporaneamente destaca-se a crise de confiança dos consumidores, a partir da emergência de escândalos alimentares, que geram uma série de debates em torno da (in)segurança do sistema de abastecimento alimentar (*Escherichia coli* (*E.coli*), vaca louca, *salmonela*, contaminação por agrotóxicos, OGMs). Esses escândalos têm gerado incertezas por parte dos consumidores e uma crescente desconfiança sobre a qualidade e segurança dos alimentos produzidos em grande escala (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; GOODMAN; GOODMAN, 2009; PLOEG, 2008; MENDES; ESPEJO, 2014).

A partir disto, Goodman (2003) aponta para um fenômeno que surge como resposta a esta crescente insatisfação e desconfiança, denominado de ‘virada’ para qualidade - *quality turn*, um processo correspondente às mudanças nas práticas de produção e de consumo, baseado nos valores de qualidade e confiança, ou seja, para além da quantidade há um olhar em direção à qualidade, bem como a necessidade de aproximar produtores e consumidores, restabelecendo processos agroalimentares entre sociedade e natureza, por meio da sustentabilidade desses processos (GOODMAN, 2017; RENTING et al., 2003; LAMINE, DAROLT; BRANDENBURG, 2012).

Surge assim um novo olhar, centrado nas práticas de consumo, que busca a ressignificação de produtos locais, com identidade ‘cultural’,

além da busca pela diversificação dos gostos, paisagens e padrões alimentares, alimentos orgânicos e saudáveis (PORTILHO, 2009). Esse caminho é traçado, a partir do momento em que o consumo se torna um “um dos meios pelos quais os indivíduos e grupos sociais expressam suas identidades, as quais se objetificam nos gostos e estilo de vida” (WARDE, 2015; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 60). Além disso, o ato de consumir passa a ser encarado como um ato político e um processo social. O qual é capaz de direcionar mudanças transformadoras nas dinâmicas do sistema agroalimentar hegemônico e nas relações (produtor- consumidor e consumidor-cidadão) (PORTILHO; BARBOSA, 2016).

No entanto, é importante ressaltar os diferentes argumentos que defendem a homogeneização e a diminuição da diversificação alimentar. Poulain (2013) aponta para a emergência de novas formas alimentares, como sendo “processos de mestiçagem e difusão de escala transcultural de alguns produtos e práticas alimentares” no sistema agroalimentar hegemônico, que passaram a ser globalizadas e amplamente difundidas (POULAIN, 2013, p. 4). Afirma ainda, Poulain, que “nunca, no âmbito da história, um comedor teve acesso a tal diversidade como agora no ocidente (POULAIN, 2013, p. 27)”. Caracteriza-se assim, um processo de cooptação e industrialização das particularidades dos alimentos locais pelo sistema agroalimentar globalizado (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

Conforme Gazolla e Schneider (2017), o sistema agroalimentar hegemônico demonstra sua fragilidade ao apresentar sua dinâmica.

De um lado, se produzem cada vez mais fibras e matérias-primas agroalimentares e aumentam os impactos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e os próprios agricultores. Por outro os números da fome e da pobreza no mundo continuam quase inalterados, mas a quantidade de pessoas obesas e malnutridas em decorrência do tipo de comida que ingerem só faz crescer. [...] Chegamos a um ponto em que, no século XXI, há oferta suficiente para alimentar toda humanidade, mas convivemos com a fome e malnutrição, e a insatisfação dos produtores (agricultores) e dos consumidores. (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017, p. 6).

Neste sentido, no estabelecimento deste sistema, seu *modus operandi* provoca a desconexão das relações primordiais da agricultura

com a sociedade, com a natureza, bem como com a reprodução socioeconômica dos agricultores (PLOEG, 2008). Niederle e Wesz Junior (2018, p. 40) destacam três vias de ação para criação de formas alternativas de produção e consumo, a saber: “i) desafiar o regime e alterá-lo (conversão); ii) ser apropriada pelo regime (convencionalização); ou iii) manter-se eternamente como nicho (marginalização)”.

Logo, evidenciam-se diversos contramovimentos que buscam revalorizar e alterar os modos de abastecimento alimentar, no sentido de criar alternativas que contrapõem a lógica globalizada. Nessa perspectiva, “cada vez mais, os movimentos sociais direcionam suas pautas para construção de novas práticas alimentares” (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 221). Desse modo, a literatura aponta para o surgimento de ‘alternatividades’ capazes de redesenhar os padrões e as dinâmicas estabelecidas e criar novas dinâmicas de produção, abastecimento, comercialização e consumo alternativos. Como exemplo destacam-se os movimentos sociais econômicos, estes possuem suas demandas voltadas ao mercado e não ao Estado. Suas reivindicações auxiliam na construção de novos mercados a partir da organização coletiva em torno de valores, ações e campanhas a favor do consumo politizado (ex: Economia Solidária, *Slow Food*⁶, comércio justo, etc.) (WILKINSON, 2016). Estes vêm a representar modelos de resistência às lógicas dominantes dos mercados agroalimentares, pois são capazes de contribuir com processos de transformação social, econômica e ambiental, bem como para o redesenho das cadeias agroalimentares locais (PLOEG, 2008; GUZMÁN; SOLER, 2010; BRUNORI et al., 2012; GUZMÁN et al., 2012).

Porém, é relevante ressaltar a contribuição de Goodman (2017), ao apontar que este abastecimento ‘alternativo’ ainda beneficia um segmento “relativamente limitado de consumidores”, em geral com certo capital econômico e cultural. Ainda segundo ele:

⁶ *Slow Food*: “Fundado por Carlo Petrini em 1986, se tornou uma associação internacional sem fins lucrativos em 1989. Atualmente conta com mais de 100.000 membros e apoiadores em 150 países. O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. Opõe-se à tendência de padronização do alimento no Mundo, e defende a necessidade de que os consumidores estejam bem informados, se tornando co-produtores” (SLOW FOOD, 2019).

Sem mudanças políticas e institucionais profundas, as redes alternativas de alimentos correm o risco de ficar limitadas a prover ‘pessoas abastadas’, em espaços de consumo circunscritos, cujas fronteiras são patrulhadas por varejistas rentistas ávidos de novas oportunidades para diferenciar suas linhas de produtos. (GODMAN, 2017, p. 77).

No entanto, os estudos futuros devem levar em conta e dar transparência às desigualdades associadas, bem como às dimensões de classe que envolvem o consumo destes alimentos considerados de ‘qualidade’, ‘locais’, ‘orgânicos’ que configuram as vias alternativas de produção e consumo apresentadas (GUTHMAN, 2004; GOODMAN, 2017). No entanto, para compreender estas novas dinâmicas de abastecimento, faz-se necessário observar os atores e os processos envolvidos em cada uma delas (PREISS, 2017).

Acerca do exposto, Darolt et al. (2016) complementam:

Para garantir uma visão de equidade numa perspectiva de segurança alimentar, vários autores têm demonstrado o papel crucial da sociedade civil e as inovações sociais que emergem dessas experiências em termos de tomada de decisão e modelos de gestão participativa. (DAROLT et al., 2016, p. 3).

A partir deste debate, parte da literatura recente tem dado destaque para as chamadas *Alternative Food Networks* ou redes agroalimentares alternativas (RAA) (RENTING et al., 2003; AGUGLIA, 2009) e *Civic Food Networks* ou redes de civismo agroalimentar (RCA) (RENTING et al., 2012). Estas são abordagens cada vez mais presentes nos trabalhos acadêmicos sobre sistemas agroalimentares. Desta forma, na próxima subseção iremos apresenta-las, destacando suas principais características e diferenças. Além disso, iremos evidenciar o caminho teórico que levou à escolha das RCA como uma das categorias de análise desta pesquisa, indicando seus principais elementos (descritores) a partir da literatura abordada.

2.1.2 Das redes agroalimentares alternativas às redes de civismo agroalimentar

Ambas as abordagens se destacam por conformarem alternativas ao redesenho do sistema agroalimentar hegemônico, pois buscam transformar as relações entre produção e consumo de alimentos (BRUNORI et al., 2012). Sendo que as RAA são alternativas que buscam propiciar um movimento de ‘ressocialização’ dos alimentos e das culturas alimentares, incorporando às relações sociais novos padrões e noções de ‘qualidade’. As RAA auxiliam no desenvolvimento de iniciativas que envolvem a agricultura orgânica, alimentos locais e de qualidade, por meio dos circuitos curtos de comercialização, e da venda direta. (MARSDEN et al., 2000; RENTING et al., 2003; WISKERKE, 2003; VENN et al., 2006; PASCUCCI, 2010; SAGE, 2011). A partir da definição de Jarosz (2008, p. 232), identificam-se (pelo menos) três características centrais da RAA, sendo elas: i) encurtamento das distâncias entre produtores e consumidores; ii) escala reduzida dos estabelecimentos de produção, bem como a produção orgânica; e iii) iniciativas comprometidas com questões sociais, econômicas e ambientais da cadeia de produção ao consumo de alimentos sustentáveis.

Brunori et al. (2012) apontam que:

As RAA são drivers para a inovação do sistema. Eles fornecem a diversidade necessária para que o sistema se adapte a um contexto em mudança. Examinados sob essa lente, as RAA aparecem menos como minorias heróicas e mais como laboratórios para experiências com novas soluções para os problemas emergentes da sociedade. (BRUNORI et al., 2012, p. 5).

Apesar do conceito de RAA apresentar valores relacionados à comercialização por meio da redução de distâncias entre agricultores e consumidores, em muitas situações estas redes acabam percorrendo caminhos divergentes e seguem tendências adotadas pelo sistema agroalimentar hegemônico. Desse modo, as RAA têm sido criticadas pela falta de atenção às questões de inclusão social e justiça, principalmente no que diz respeito aos valores dos produtos e aos consumidores que acessam a este tipo de alimentos (GOODMAN, 2004; GOODMAN, 2017). Renting et al. (2003, p. 339) afirmam que o conceito de RAA é “insatisfatório para compreensão das dinâmicas contemporâneas do agroalimentar, e as novas dinâmicas da sociedade civil”. Nesse sentido, o autor define a noção de RAA como “um amplo termo abrangente para cobrir redes emergentes de produtores, consumidores e outros atores que

incorporam alternativas ao modo industrial mais padronizado de abastecimento alimentar” (RENTING et al., 2012, p. 291). À vista disso, evidencia-se a principal deficiência do conceito da RAA, de que ele não possui um conteúdo normativo claro, pois é definido em termos de sua distinção de redes alimentares *mainstream* (RENTING et al., 2012).

Nessa perspectiva, emerge o conceito de redes de civismo agroalimentar (RCA) como sendo um avanço das RAA, pois “levantam importantes novas questões que não podem ser adequadamente resolvidas dentro das perspectivas teóricas” (RENTING et al., 2012, p. 289). Desta forma, as RCA são um avanço das RAA, devido à sua capacidade de incluir inovações sociais às dinâmicas contemporâneas. Nesse sentido, estas redes incorporam debates importantes, como a ampliação da “democracia alimentar” e da “soberania alimentar” ao evidenciar o papel ativo e estruturante dos cidadãos na cadeia de abastecimento (MONTIEL et al.; 2010; RENTING et al., 2012).

Isto posto, Renting et al. contribuem apontando que as RCA possuem arranjos em que: “Os ‘produtores-cidadãos’, reformulam ativamente suas relações com diferentes estágios do sistema alimentar e começam a reavaliar os significados (sociais, culturais, ambientais) dos alimentos” (RENTING et al., 2012, p. 290).

Desse modo, a abordagem das RCA enfatiza a importância do papel da sociedade civil e sua capacidade de atuação efetiva em decisões relativas ao sistema agroalimentar (RENTING et al., 2012). O desenvolvimento das RCA não depende de um mecanismo de mercado, “mas da construção de novos espaços do sistema agroalimentar orientado para a produção e consumo sustentáveis, éticos e justos” (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 222).

Nesse sentido, Niederle e Wesz Junior (2018) apontam ainda que:

A noção de redes agroalimentares cívicas têm sido mobilizada pela literatura para caracterizar mercados que não são apenas ‘alternativos’, mas também formados a partir do engajamento da sociedade civil organizada, colocando em evidência novas concepções de cidadania e democracia alimentar. (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 221).

É relevante destacar que o conceito de RCA não necessariamente exclui ou substitui o conceito de RAA, mas se comporta como uma categoria complementar e avançada (RENTING et al., 2012). Uma das

principais diferenças entre as abordagens é que as RCA contribuem para promoção de mudanças nos “mecanismos de governança alimentar”, a partir da maior atuação e engajamento dos consumidores, dialogando com novas formas de democracia e cidadania alimentar, que possuem interfaces com movimentos sociais. Nesse sentido, ao atribuir ao consumidor-cidadão a capacidade de participar ativamente na “gestão do sistema agroalimentar” ele assume o potencial de suas ações para a construção de maior “democracia alimentar”. Tais redes defendem que “todos os membros de um sistema agroalimentar têm oportunidades iguais e efetivas de participação na formação desse sistema, bem como, o conhecimento sobre alternativas relevantes e formas de operar o sistema” (HASSANEIN, 2003, p. 83).

Nessa perspectiva, as RCA podem ser consideradas expressão de inovações nas RAA, sendo “apropriado mapear, explorar e entender melhor suas dinâmicas e inovações” (RENTING et al., 2012, p. 20). Também destaca-se a abordagem de RCA como um elemento central para esta pesquisa, sendo elencada como uma categoria de análise.

Contudo, para compreender mais profundamente as RCA, e suas efetivas contribuições para a sociedade, faz-se necessário qualificar seu arcabouço teórico sob a perspectiva das inovações sociais (IS). Para tanto, a subseção seguinte apresenta o conceito de inovação social e seus principais processos e fatores que contribuem para sua emergência e desenvolvimento. Ali também se trata da relação das IS com as redes de produção e consumo de alimentos que vêm se proliferando mundo afora e que se enquadrariam no escopo do que aqui denominamos de RCA.

2.2 INOVAÇÕES SOCIAIS E REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR: A AGROECOLOGIA COMO UMA INTERFACE

Nesta subseção iremos: i) apresentar brevemente a trajetória do conceito da inovação social; ii) sistematizar definições encontradas na bibliografia; iii) evidenciar as contribuições da noção de IS para a construção de redes de civismo agroalimentar (RCA), bem como, iv) a relação existente entre as IS e RCA com a agroecologia.

O conceito de inovação social (IS) é impreciso e seu debate ainda é recente no âmbito das ciências sociais. De acordo com Oosterlync (2013), este conceito ainda necessita de uma teoria própria. Apesar disso, nos últimos cinco anos o conceito ganhou força, tanto em trabalhos acadêmicos, quanto no discurso político e democrático (MAESTRIPIERI, 2018). Isto se deve ao cenário de agravamento de

crises socioambientais e a lacunas deixadas pela ação do Estado, instituições e mercados neoliberais. Como resposta, parte dos setores da sociedade visa propor alternativas para solucionar estes problemas. A partir dessa perspectiva, os pesquisadores também passam a observar as inovações através da dimensão social (MURRAY et al., 2010).

Schumpeter, em 1912, foi o primeiro pesquisador a estudar a relação entre desenvolvimento e inovação, embora em sua obra ele tenha se dedicado à dimensão econômica e aspectos tecnológicos da inovação em contextos urbanos. Suas considerações auxiliaram na obtenção de noções mais esclarecidas sobre inovações nos fenômenos econômicos, levando a uma expansão dos estudos sobre inovação (MORAES et al., 2014; ROVER et al., 2016). Nas décadas de 1960 a 1990, as diferenças entre a dimensão tecnológica e a social da inovação ainda eram tênues (ANDRÉ; ABREU, 2006), no entanto, o conceito de IS vem sendo “fruto do distanciamento progressivo da dimensão tecnológica do conceito de inovação” e da aproximação da sua dimensão social. Desta forma, atribui-se à inovação social uma natureza coletivizada e não mercantil, que tem como objetivo gerar transformações das relações sociais (MOULAERT et al., 2013).

Ademais, Neumeier (2012) afirma que a IS vai além dos aspectos relacionados à economia, tecnologia ou modelos organizacionais. Nesse sentido, pode-se considerar que a IS, para além de um campo de pesquisa, trata-se de um fenômeno emergente que é construído a partir de ações e práticas coletivas. Estas estão em andamento dentro de um “mundo de transformação social” (MAESTRIPIERI, 2018). Portanto:

A inovação social implica sempre em uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, sendo uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura – face aos processos tradicionais. A inovação social surge como uma ‘missão ousada e arriscada. (ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 125).

Neumeier (2012, p. 55) afirma que a IS ela representa “mudanças de atitudes comportamentais ou percepções de um grupo de pessoas que aderiram a uma rede de interesses alinhados”. Estas redes “promovem formas de ação colaborativa entre e para além do grupo”. Desta forma, as IS promovem “o atendimento de necessidades sociais de comunidades, ou prestação de benefícios sociais melhorando a qualidade de vida dos

grupos sociais e indivíduos marginalizados” (REHFELD et al., 2015, p. 16).

No entanto, o conceito de IS é ainda pouco explorado no meio rural, sendo recentemente utilizado como uma ferramenta para o desenvolvimento rural (BOCK, 2016). Nesse sentido, Neumeier (2012) aponta que a IS possui um grande potencial para promoção de ações colaborativas em rede, servindo como base para o desenvolvimento sustentável. O autor afirma ainda que o conceito deve ser compreendido não apenas como uma ‘técnica’, mas como uma “prática social”, e que a “falta da IS restringe a vitalidade do desenvolvimento das áreas rurais” (NEUMEIER, 2012, p. 62). Já Rover et al. (2016) indicam que a IS é “um elemento-chave para qualquer instituição, movimento ou rede social capaz de promover desenvolvimento territorial”. Segundo Rover (2014, p. 116), a IS “depende da dinâmica organizacional (que) pode se formar de forma diferente, de acordo com os contextos locais em cada território”.

Percebe-se que a IS transcende os limites dos espaços e lugares específicos, pois uma diversidade de relações podem ser levada em consideração para a criação de redes, o que pode gerar importantes ressignificações entre o rural e urbano. Deve-se considerar que a inovação social pode gerar diferentes realidades, sendo estas tanto promissoras quanto problemáticas. Essa dualidade deve ser considerada antes de cair na armadilha romântica, apenas visando as ideias e a ação benéfica delas (BOCK, 2016).

No entanto, Bock (2016, p. 533) afirma que “há também razões para manter uma mente aberta e investigar o que a IS pode ou não conseguir alcançar”. A partir de diversos contextos estudados na Europa, Bock (2016) conclui que, apesar das adversidades atravessadas pelos territórios rurais marginalizados sob o contexto de crises (financeiras, sociais, culturais), “a IS é promissora, pois leva em conta as oportunidades e ofertas de mudança em termos de auto-organização, novas alianças e o uso de tecnologia” (BOCK, 2016, p. 569).

É importante destacar que os efeitos benéficos das IS podem ser irradiados para além de seu contexto específico, contribuindo para toda a sociedade. Porém “é difícil apresentar uma definição geral de IS, pois a noção é usada de maneiras bastante diferentes para promoção de resultados distintos” (BOCK, 2012, p. 6). Para analisar os diferentes conceitos encontrados na literatura foi elaborado o Quadro 1, exposto a seguir.

Quadro 1 - Definições encontradas na literatura sobre inovações sociais (IS)

Autor	Definição
Neumeier (2012)	“Mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções de um grupo de pessoas que se unem em uma rede de interesses alinhados. As experiências adquiridas, levam a novas e melhores formas de ação colaborativa dentro do próprio grupo e além.” (NEUMEIER, 2012, p. 55).
Comissão Europeia	“Novas ideias (produtos, serviços, modelos) que atendem às necessidades sociais simultaneamente (mais efetivamente do que alternativas) e criam novas relações sociais ou colaborações. São inovações que não são apenas boas para a sociedade, mas também aumentam a capacidade de atuação da sociedade.” (EUROPEAN COMMISSION, 2011, p. 18). “Mais recentemente adotou-se o conceito de inovação social como um processo onde os atores sociais buscam novas estratégias, desenvolvem ideias e novas tecnologias para atender às necessidades sociais e os desafios postos na sociedade.” (EUROPEAN COMMISSION, 2013).
André e Abreu (2006)	“Entendemos a inovação social como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.” (ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 124).
Moulaert et al. (2013)	“Mudança de governança, com maior participação através de sistemas coletivos de tomada de decisão. Refere-se amplamente à inovação no atendimento das necessidades sociais de, ou proporcionar benefícios sociais às comunidades - a criação de novos produtos, serviços, estruturas organizacionais ou atividades que sejam ‘melhores’ ou ‘mais eficazes’ do que as abordagens tradicionais do setor público, filantrópicas ou dependentes do mercado na resposta à exclusão social Três características genéricas e inter-relacionadas da IS: satisfação das necessidades, participação coletiva e reconfiguração das relações sociais através do empoderamento ou mobilização política.” (MOULAERT et al., 2013, p. 2)

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Com base no que apresenta o Quadro 1, observa-se na definição de IS uma maior incidência de elementos como: “mudanças das relações sociais”; “processos de criação coletiva”, que na prática envolvem “novas formas organizacionais” e “novas tecnologias, processos, serviços e produtos”, resultando na “melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos”.

A partir do referencial teórico trazido, neste estudo, entende-se por IS os processos de participação coletiva que promovam a reconfiguração das relações sociais e as mudanças de atitudes de um grupo de atores sociais. As IS têm como objetivo a busca por estratégias, novas ideias, tecnologias, serviços e produtos que visem atender às necessidades e desafios postos por uma articulação social específica. Desta forma, criam-se novas alianças e processos de aprendizagem (coletivos e em rede) que melhoram a qualidade de vida dos atores envolvidos (ANDRE; ABREU, 2006; EUROPEAN COMMISSION, 2011; NEUMEIER, 2012; MOULAERT et al., 2013).

Destaca-se que a IS se origina a partir de uma problemática, que pode ser de origem externa ou interna ao grupo que a propõe. A partir da problemática, está presente a intenção e ou necessidade de mudança da situação, de tal forma que as IS se materializam por meio de ações e da participação coletiva e colaborativa entre os atores (NEUMEIER, 2012). Nessa perspectiva, desenvolvem-se as RAA e RCA, que também visam a superação de uma problemática, por meio da promoção de mudanças e de IS. Estas mudanças estimulam a reconfiguração das relações sociais preexistentes, por meio de novas alianças (EUROPEAN COMMISSION, 2011; MOULAERT et al., 2013). Ou seja, um ator que inova socialmente pode agir em rede e promover ações que satisfazem as necessidades, adaptando-as de acordo com o contexto. Geralmente, as novas ideias e ações empregadas se configuram como mais eficientes e interessantes do que as realizadas anteriormente à mudança. Desse modo, as IS representam mudanças sociais e refletem o potencial existente nas iniciativas geradas pelos próprios cidadãos (NEUMEIER, 2012; D'ALISA et al., 2015).

Além disso, deve-se levar em conta quais são os processos das IS, para a sua difusão e replicação em distintas situações e contextos sociais. Neumeier (2012) elencou três estágios pelos quais o processo das IS se materializa, sendo eles: i) problematização – identificação da necessidade de mudança; ii) expressão de interesse de um grupo de atores sociais; e iii) delimitação e coordenação na nova rede desenvolvida – negociações entre o grupo. Pode-se constatar que uma IS não tem sucesso quando “não for adotada nem replicada, ao não obter uma maior aceitação (além do

pequeno grupo de atores iniciais) e não leva a algum tipo de melhoria tangível, a implementação da inovação social falha” (NEUMEIER, 2012, p. 58).

A partir desta revisão teórica, buscamos introduzir brevemente a trajetória do conceito da IS, bem como compreender os fatores e processos que envolvem as IS, para que estas se manifestem em distintos contextos sociais. Destacamos que as IS são consideradas de extrema importância para diversas dinâmicas das ciências sociais, havendo um espaço de pesquisa a ser conquistado e debatido.

Nessa perspectiva, a partir deste debate é essencial visualizar as RCA e sua intersecção entre os processos de IS discutidos anteriormente. Para tanto, elaboramos um esquema, apresentado na Figura 1, baseado em Neumeier (2012), para relacionar os processos da inovação social com a estruturação de grupos de consumo de alimentos, organizados de forma coletiva e colaborativa entre agricultores e consumidores, nos moldes das RCA aqui estudadas.

Figura 1 - Etapas para a inovação social em redes de produção e consumo de alimentos



Fonte: adaptação de Neumeier (2012) elaborada pela autora (2018).

Parte-se do passo número 1, sendo este o momento de problematização, onde há a identificação por um pequeno grupo de atores, da necessidade de mudar comportamentos, percepções ou atitudes, desencadeada por um impulso inicial que pode vir de dentro da própria região ou como resultado de influências externas (NEUMEIER, 2012).

Nesse contexto, pode-se atribuir a problematização às inúmeras críticas relacionadas ao sistema agroalimentar hegemônico. Porém, nesta fase, para facilitar a visualização, iremos destacar apenas o aspecto dos afastamentos (geográfico, relacional e cognitivo), evidenciando este modelo por parte de alguns atores pertencentes aos elos de produção e consumo de alimentos. Tais afastamentos contribuem para a consolidação da ‘desvinculação’ entre quem produz e quem consome, bem como para a perda dos valores e significados culturais atribuídos aos alimentos (MARDSEN, 2000). Disto decorre que os atores sociais geram a necessidade de aproximar os atores da produção e do consumo, por meio de novos circuitos curtos de comercialização e de venda direta, ao reduzir o número de intermediários na cadeia (DAROLT, 2013).

O passo 2 refere-se ao momento denominado de “manifestação de interesse”, onde os atores veem algum tipo de vantagem nestas novas perspectivas de ação (NEUMEIER, 2012), sendo que neste caso há a reconexão entre agricultores e consumidores, por meio da venda direta de alimentos orgânicos e agroecológicos. Estes novos arranjos comerciais trazem benefícios aos agricultores, pois possibilitam o acesso a mercados mais justos (sem intermediários) e diminuem o número de elos entre produção e consumo, melhorando assim a remuneração final (DAROLT, 2013). Para os consumidores, eles suprem a crescente demanda por alimentos saudáveis, orgânicos, de origem conhecida, a preços mais acessíveis e que apoiem a agricultura familiar de pequeno porte (PORTILHO, 2009). O crescimento de RCA mundo afora, justifica-se pela união das motivações dos distintos atores, principalmente o interesse dos consumidores em participar da mudança dos padrões de consumo hegemônico. Nesse cenário, os consumidores têm um papel ativo na construção de redes de produção e consumo. Isto evidencia o papel do consumo politizado no estímulo a novas dinâmicas de desenvolvimento rural (PORTILHO, 2009; RENTING et al., 2012; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

A partir do interesse comum de mudança, inicia-se o passo número 3 do processo de inovação social, referente à formação de novas alianças. Estas novas parcerias ocorrem na forma de ações de participação coletiva entre o grupo de atores sociais envolvidos. Nessa perspectiva, são acordadas as distintas formas de funcionamentos dos grupos, como o uso da tecnologia, produtos, acordos e serviços que operacionalizem estes novos arranjos organizacionais (MASCARENHAS et al., 2014).

Um aspecto importante levantado por Neumeier (2012) é a identificação de que se esta inovação promoveu sucesso ou insucesso, ou seja, para o caso das redes de produção e consumo, deve-se analisar se

estes novos arranjos organizacionais são aceitos, a ponto de se expandirem (em número de pessoas, contextos). Além disso, é importante verificar se as inovações podem ser implementadas em outros contextos sociais, possibilitando a proliferação de melhorias. Nesse caso, pode-se considerar que esta inovação social teve abrangência e foi bem-sucedida. Logo, se as ações não tiveram aceitação pelo grupo ou por outros membros, sendo abandonada com o tempo, pode-se dizer que a IS não foi bem-sucedida (NEUMEIER, 2012).

Para além disso, particularmente neste estudo, devemos compreender como as IS ocorrem no contexto das experiências de VDPA com entregas de alimentos em Florianópolis-SC, bem como, apresentar os principais fatores para que estas inovações promovam o desenvolvimento de RCA e da agroecologia nos territórios. Nesse sentido, na próxima subseção iremos delinear algumas motivações centrais para o fomento de RCA, de que forma estas se materializam e quais as suas relações com processos inovadores na sociedade.

2.2.1 Redes de civismo agroalimentar: do problema à proposta

A partir deste debate, destaca-se a necessidade de relacionar as IS no domínio da agricultura e da alimentação, bem como as contribuições destas IS para o desenvolvimento de RCA. Nesse sentido, as IS no contexto das RCA são capazes de induzir mudanças nas relações preestabelecidas entre agricultores e consumidores. Tais mudanças podem vir a aproximar os atores envolvidos na produção, distribuição e consumo de alimentos, além de gerar uma maior equidade e transparência em toda a cadeia de abastecimento agroalimentar (MAESTREPI, 2018).

Contemporaneamente, o consumo político corrobora essa visão e encontra-se enraizado nas ideias e ações de IS (MAESTREPI, 2018), existindo um crescente movimento que prioriza o consumo consciente e estimula relações mais próximas entre as esferas de produção e de consumo (PORTILHO, 2009). A relação do consumo politizado com IS encontra-se nas motivações semelhantes que buscam satisfazer as lacunas existentes no sistema agroalimentar hegemônico. Nesse sentido, por meio da aproximação dos atores da produção e do consumo, e promoção de IS (ex.: novas ideias, tecnologias, produtos e serviços), podem ser reduzidas muitas distâncias presentes neste modelo. Nesses casos, ressalta-se que é na atuação destas IS na configuração de RCA que se estabelecem novas relações entre agricultores e consumidores, reconfigurando as interações preexistentes (ANDRE; ABREU, 2006; NEUMEIER, 2012; MOULAERT et al., 2013).

Além disso, o estímulo para a formação e proliferação de RCA se dá a partir da promoção de processos em que os cidadãos envolvidos tornam-se protagonistas na cadeia agroalimentar, possibilitando a promoção da cidadania por meio da alimentação (RENTING, et al., 2012). Nesse sentido, as RCA se materializam na sociedade a partir da criação de iniciativas de compra de alimentos organizadas de forma coletiva e colaborativa entre agricultores e consumidores, articuladas em grupos de consumo com “diferentes arranjos, dinâmicas organizacionais e processos inovadores” (PREISS et al., 2017, p. 2). Tais iniciativas criam mecanismos de ação e organização próprios para ampliação da democracia alimentar de acordo com as suas realidades e necessidades (MARSDEN et al., 2000; RENTING et al., 2003; WISKERKE, 2003; VENN et al., 2006 PASCUCCI, 2010; SAGE, 2011; DAROLT, 2013).

Nesse contexto, existem diversos arranjos que operam e estimulam a proliferação de RCA nos territórios. A título de exemplificação, atribuímos relevância às iniciativas e redes de produção e consumo que nasceram na Itália na década de 1990, conhecidas como *Gruppi di Acquisto Solidale* (GAS). Estas são grupos e redes administradas por cidadãos e grupos familiares que problematizam e contrapõem-se ao modelo dominante de consumo. Eles possuem como principal objetivo incorporar a solidariedade nas relações de compra e consumo, somando esforços para a criação de uma nova prática social de compra de alimentos, a partir de uma economia solidária e alternativa (BRUNORI et al., 2012).

Os GAS são iniciativas autogestionadas que repensam as relações de consumo e encontra-se em um número extremamente significativo no contexto italiano, pois, de acordo com a página da Rede Nacional de GAS, são 900 iniciativas na Itália (RETE NAZIONALI DI GRUPPI DI ACQUISTO SOLIDALE, 2013). Brunori et al. (2012) apontam que esta auto-organização estrutura novas dinâmicas de produção e consumo e apresenta desafios, tanto aos produtores quanto aos consumidores. À vista disso, os atores que integram estas iniciativas são influenciados a inovar. Sob este foco, estes grupos de compras solidárias (GAS), ao configurarem-se como IS, “representam novos espaços e soluções para os problemas de produção e consumo emergentes na sociedade” (ROSSI; BRUNORI et al., 2017, p. 98). Nesse sentido, ainda de acordo com Rossi e Brunori:

Os GAS representam contextos de inovação social nos quais os cidadãos-consumidores, na busca de um comportamento mais coerente com os seus próprios princípios, redefinem e reorganizam inteiramente as práticas de compra e consumo através da ação coletiva. (ROSSI; BRUNORI, 2017, p. 91).

A partir disto, ao analisar casos empíricos de RCA, é possível identificar elementos de IS nas experiências. Nessa perspectiva, de acordo com a revisão de literatura realizada, destacam-se os elementos: a) reconfiguração das relações sociais e b) participação coletiva dos atores envolvidos, como sendo IS presentes no escopo teórico das RCA. Tais IS descritas podem estimular novas formas de governança, permitindo a c) ampliação da democracia alimentar. Nesse sentido, esses três elementos citados tornam-se descritores de RCA para este estudo, pois são adequados para analisar as realidades do contexto empírico da pesquisa.

Contudo, a partir desta revisão teórica, além de relacionar os processos de IS às RCA, iremos apresentar suas interfaces com a agroecologia. Pois esta também é uma abordagem que busca enfrentar os padrões do sistema agroalimentar hegemônico, fundamentando-se, a partir do redesenho e da construção de sistemas agroalimentares alternativos, por meio da aproximação entre agricultores e consumidores. Isto ocorre a partir da criação de novos mercados, como por exemplo, circuitos curtos de comercialização inovadores para agricultores familiares (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013). Tais circuitos desenvolvem IS e apresentam-se em diversas formas de VDPA, as quais podem promover, a partir de suas dinâmicas, mudanças estruturais na democracia e nos processos de abastecimento agroalimentar nos territórios.

Desta forma, na próxima seção iremos debater sobre a origem da agroecologia e como esta pode contribuir para o desenvolvimento de RCA, por meio da criação de circuitos de comercialização inovadores. Busca-se, com o estabelecimento destes, ampliar do acesso a mercados de alimentos orgânicos/agroecológicos, tanto para agricultores familiares quanto para consumidores. Possibilita-se, assim, promover a expansão da agroecologia e a consequente configuração de RCA nos territórios rurais e urbanos (RENTING et al., 2012; PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013; ROSSET; ALTIERI, 2017).

2.3 AGROECOLOGIA E REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR: APROXIMANDO AGRICULTORES DE CONSUMIDORES EM CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO INOVADORES

Apesar da agroecologia manter vínculos estreitos com questões de ordem técnica, seu enfoque possui “uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 16). Nessa perspectiva, a agroecologia oportuniza a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural, baseado nas interações entre as dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Pode-se considerar que a agroecologia, ao se apresentar como ciência, prática e movimento social, utiliza como ponto de partida o resgate dos conhecimentos e das práticas empregadas nos sistemas agrícolas tradicionais (camponeses, indígenas). Desta forma, é na fusão e no diálogo de saberes entre as etnociências⁷ e ciências ocidentais que emergem os princípios da agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; ROSSET; ALTIERI, 2017).

Nesse sentido, a “agroecologia não é baseada em receitas técnicas, mas em princípios” (ROSSET; ALTIERI, 2017, p. 32). Seus princípios visam o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis em diversos contextos ambientais, socioeconômicos e culturais, sendo a preservação e a ampliação da biodiversidade um princípio-chave para promover a autorregulação e sustentabilidade dos agroecossistemas (ALTIERI, 2012).

No entanto, a partir da década de 1990, os movimentos agroecológicos passaram a considerar o acesso aos mercados como fator central para ampliação das práticas agroecológicas. Pois tanto a distribuição quanto a comercialização são elementos que permitem a criação de mercados locais e de proximidade, que possibilitam a formação de vínculos de confiança entre quem produz e quem consome (WILKINSON, 2008; THRUPP et al., 2014; ROSSET; ALTIERI, 2017).

A agroecologia, apresenta-se então como uma IS, sendo um ‘novo’ campo do conhecimento (e de ação), que configura-se como uma possível

⁷ Etnociências: sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado, são saberes vivenciais e conhecimentos detalhados sobre o local, o ambiente, a vegetação, os animais e solos (ALTIERI, 1998).

resposta aos problemas socioambientais que são intensificados com o avanço da agricultura convencional e a consolidação do sistema agroalimentar hegemônico. A partir da década de 1970, a agroecologia “começa a se configurar como uma resposta teórica, metodológica e prática à crise ecológica e social para a modernização e industrialização de alimentos nas áreas rurais” (GUZMÁN et al., 2012, p. 34). Destaca-se, então, a expansão da agroecologia na América Latina na construção de um novo paradigma agroecológico, que ocorre devido ao engajamento e interações entre diversos atores sociais - pesquisadores, movimentos sociais e comunidades. Estes vínculos permitiram que se iniciasse um processo intenso de inovações tecnológicas, sociopolíticas e cognitivas nos territórios (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012; ROSSET; ALTIERI, 2017).

De acordo com Niederle e Wesz Junior (2018):

A agroecologia emergiu a partir de uma série de práticas que situadas na ‘periferia’ dos processos de modernização agrícola – e justamente em virtude desta posição marginal-, conseguiram dinamizar formas inovadoras de produção, comercialização e consumo. Um dos principais focos destas práticas é a reconexão entre os humanos e o ambiente, e no que tange ao universo dos mercados, entre produtores e consumidores. (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 228).

Desta forma, o que queremos destacar neste estudo é que esta abordagem amplia-se aos processos que envolvem da produção ao o consumo, contemplando a diversidade de relações sociais e econômicas existentes. Nessa perspectiva, a transição agroecológica aponta para além da diversificação produtiva dos agroecossistemas, e também para a articulação entre as esferas da produção e consumo. A partir disto, ocorre a construção de relações de proximidade entre agricultores e consumidores (GUZMÁN; SOLER, 2010; ROSSET; ALTIERI, 2017).

Segundo Gleissman (2014), o processo de transição agroecológica se dá em níveis, sendo que estes podem ocorrer simultaneamente: 1º nível) relacionado com o aumento da eficiência no uso dos insumos, reduzindo custos e danos ambientais; 2º nível) substituição das práticas convencionais por alternativas; 3º nível) redesenho da unidade produtiva, promovendo interações ecológicas. Mais recentemente o autor inseriu mais dois níveis, relacionados ao consumo: 4º nível) propõe a aproximação entre agricultores e consumidores para valorização do local;

e 5º nível) referente à construção de um novo sistema agroalimentar, baseado na justiça, igualdade e participação que se propague globalmente e auxilie na proteção ambiental (GLIESSMAN, 2010).

Para este estudo, têm maior relevância os dois últimos níveis da transição agroecológica, pois eles apontam para estratégias de comercialização que auxiliam na promoção da agroecologia e na inserção dos agricultores em diferentes mercados alternativos (VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017). Ressalta-se que esta articulação promove ações coletivas baseadas na participação social e contribui para a inserção dos agricultores em diferentes mercados (GUZMÁN; WOODGATE, 2013).

Sendo assim, a transição agroecológica viabiliza-se por meio do estabelecimento e incremento das suas práticas, princípios e processos. Esta abordagem está associada a uma concepção de agricultura como sendo resultado da coevolução entre aspectos socioeconômicos e os naturais. “A agroecologia tem modificado os debates acerca da produção agrícola e de alimentos, pois passou a incluir dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, levando esta discussão a um enfoque menos unidimensional e mais complexo” (GUZMÁN et al., 2012).

Nessa perspectiva, para melhor compreensão deste campo amplo de conhecimento, no caso específico deste estudo, no Quadro 2 destacamos as diferentes dimensões que compõem a agroecologia (GUZMÁN; SOLER, 2010; GUZMÁN; WOODGATE, 2013).

A dimensão técnica tem como objetivo buscar práticas de manejo agroecológicas, bem como a diversificação produtiva. Estas desenvolvem sistemas agrícolas auto-suficientes com uma autorregulação semelhante aos ecossistemas naturais. Para tanto, é necessária a eficiente utilização da energia e matéria, por meio da minimização dos insumos externos (ALTIERI, 2012).

A segunda dimensão apresentada se caracteriza nos processos de desenvolvimento rural locais. Desta forma, permite-se a compreensão das dinâmicas sociais e relacionais dos territórios, bem como a participação social e a valorização local por meio da aproximação entre atores da produção e consumo. Isto só é possível a partir da inserção dos agricultores familiares de base agroecológica em distintos mercados e circuitos de comercialização (GLEISSMAN, 2000; GUZMÁN; SOLER, 2010; GUZMÁN et al., 2012).

Entretanto, apesar de darmos menor destaque neste trabalho, ainda há a dimensão política da agroecologia. Esta tem extrema importância, pois fundamenta-se no enfrentamento ao sistema agroalimentar hegemônico e globalizado, na luta pela soberania alimentar dos povos (GUZMÁN; SOLER, 2010; ROSSET; ALTIERI, 2017).

Quadro 2 - Dimensões técnicas, socioeconômicas e culturais da agroecologia

Dimensões técnicas	Dimensões socioeconômicas e culturais
Diversificação produtiva: um dos pilares da agroecologia; diversidade de espécies e variedades manejadas nas unidades produção, destinadas ou não à comercialização.	Relações de proximidade: reforço e construção de relações de entre agricultores/as e consumidores/as pelo contato direto; aproximação de distintas realidades, rural e urbano.
Práticas agroecológicas: adubação verde, consórcio e rotação de culturas, uso da compostagem, preservação do solo, uso de insumos animais (esterco), matas ciliares e nascentes.	Participação social e valorização local: envolvimento e participação ativa dos consumidores/as em conjunto com agricultores/as no processo; valorização dos saberes, cultura e paisagens locais; motivações e qualidade de vida das famílias de agricultores/as;
	Circuitos de comercialização: diversidade de canais de comercialização acessados, tipologia destes canais; inserção em mais de um circuito de comercialização; redução do risco de comercialização pela possibilidade de diversificar e combinar canais de venda, oportunidade de obter relação mais próxima com consumidores.

Fonte: adaptação de Guzmán e Soler (2010) elaborada pela autora (2018).

A partir desta abordagem teórica, neste estudo, entendemos a agroecologia como prática social que propõe a aproximação de agricultores e consumidores para construção de um novo sistema agroalimentar (GUZMÁN; MONTIEL, 2010). Compreende-se, então, a agroecologia como sendo uma visão problematizadora dos sistemas agroalimentares hegemônicos. Desta forma, relacionando com o referencial teórico apresentado sobre IS, pode-se considerar que, a partir do “reconhecimento dos limites da abordagem científica convencional em relação à realidade agroalimentar, a agroecologia constrói uma perspectiva analítica alternativa” (GUZMÁN et al., 2012, p. 35). Nesse sentido, são desenvolvidas práticas sustentáveis de produção e consumo, propondo a articulação entre agricultores e consumidores. Estas interações reestabelecem a proximidade entre agricultores e consumidores, culminando no redesenho do sistema agroalimentar em

seu conjunto (GUZMÁN; SOLER, 2010; PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013).

Para tanto, a agroecologia transcende apenas a um nicho de mercado de alimentos “alternativos e diferenciados” e conforma um movimento baseado na participação social entre as esferas da produção e do consumo de alimentos, sendo que suas ações melhoram a qualidade de vida tanto dos agricultores quanto dos consumidores (GUZMÁN; SOLER, 2010; PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013).

Nesse sentido, os debates em torno da agroecologia também abrangem a construção de circuitos curtos de comercialização inovadores que permitirão a consolidação dela, por meio da criação de mercados locais e redes de produção e consumo (ROSSET; ALTIERI, 2017). Tais circuitos promovem IS por meio da rearticulação entre produção e consumo, elencando o papel ativo dos consumidores na cadeia agroalimentar, por meio da autogestão das iniciativas. Desta forma, constroem-se as chamadas redes de civismo agroalimentar (RCA), as quais promovem uma combinação entre as noções “consumo e cidadania”. Ademais, estas dinâmicas contribuem para a consolidação e expansão da agroecologia nos territórios (rurais e urbanos) (GUZMÁN; SOLER, 2009; PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013; ROSSET; ALTIERI, 2017).

Nas RCA, os atores envolvidos reorganizam-se em torno do reequilíbrio das relações de poder, ou seja, “estabelecendo relações cooperativas equilibradas e negociadas com os consumidores sobre bases comuns que transcendem as exclusivamente mercantis” (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013; GUZMÁN; MONTIEL, 2010, p. 205). Desta forma, apresenta-se uma articulação direta entre a agroecologia e o desenvolvimento de RCA, pois estas abordagens propõem ações e estratégias capazes de enfrentar os padrões do sistema agroalimentar hegemônico globalizado, redesenhando as dimensões da produção, abastecimento/comercialização e consumo de alimentos.

De acordo com Sevilla-Guzmán e Soler (2009):

[...] A agroecologia vem cobrando cada vez maior importância à análise das relações intersetoriais e especialmente a articulação entre a produção e consumo através das redes sociais [...] e canais curtos de comercialização em mercados locais [...]. A estabilidade das formas de produção e vida camponesas e rurais depende de uma inserção estável em um sistema agroalimentar onde o

equilíbrio de poder não subordine a produção agrícola aos setores industriais e de distribuição comercial, em contraposição ao modo dominante na globalização. (GUZMÁN; SOLER, 2009, p. 205).

Nessa perspectiva, “a agroecologia torna diário o enfrentamento dos padrões hegemônicos do sistema agroalimentar global” (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 178). Em síntese, destaca-se a comercialização como um potencial desta abordagem associada aos CCC para “reconectar produtores e consumidores de alimentos ecológicos” (DAROLT, 2013, p. 142). Trata-se, assim, de uma “ferramenta para o redesenho dos sistemas agroalimentares através da construção de mercados alternativos” (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 171). Tal como referido nas dinâmicas das RCA mundo afora.

2.3.1 Circuitos curtos de comercialização inovadores e ferramentas para desenvolver redes de civismo agroalimentar

Apesar de ainda não existir uma definição oficial sobre CCC no Brasil, Darolt et al. (2016), a partir de estudos do caso francês, apontam que estes circuitos se caracterizam quando há no máximo um intermediário que se encontra entre o produtor e consumidor (CHAFOTTE e CHIFFOLEAU, 2007; MESSMER, 2013). Logo, ao diminuir o número de intermediários, há um ‘encurtamento’ do percurso e caminhos do alimento dentro do sistema agroalimentar (GIUCA, 2012). Em relação à dimensão espacial, estudos internacionais (União Europeia) identificam como recorte para adequar-se à proposta de CCC a distância estabelecida de 80 km, entre o local de produção e o local de consumo de alimentos (KNEAFSEY et al., 2013). Porém, Rover e Riepe (2015, p. 676), a partir de uma pesquisa em contextos empíricos específicos, argumentam que a definição de 200 quilômetros, no contexto brasileiro, pode caracterizar vendas em CCC, visto que “a maioria destas vendas até 200 km é feita diretamente aos consumidores, aos pontos de consumo ou com no máximo um intermediário entre produtores e consumidores”. Sendo assim, percebe-se que a definição com base na ‘quilometragem’ é arbitrária, variando conforme as experiências e influenciada pelo contexto.

No entanto, destacam-se ainda algumas características a serem levadas em conta para definir CCC. Estas estão vinculadas à capacidade de socialização do alimento e seu vínculo com o local de origem,

reconfigurando as relações sociais entre agricultor-consumidor, e desenvolvendo interações baseadas na proximidade, qualidade e preço justo, tudo isso leva a uma maior conexão por parte dos consumidores sobre os alimentos que consomem (MARSDEN et al., 2000; DAROLT et al., 2016).

Já, segundo Renting et al. (2003), os CCC podem apresentar-se em três modelos: i) face a face – há interação direta dos agricultores com os consumidores, possibilitando relações de confiança; ii) de proximidade espacial – onde os consumidores geralmente buscam os alimentos no local de produção ou em locais de comercialização próximos às regiões de produção deles; e iii) as espacialmente estendidas – utiliza-se das informações carregadas nos selos e certificados, para transmitir os valores e informações em torno dos produtos e locais de produção.

Os CCC podem se expressar em duas modalidades gerais: a venda direta, quando há relação direta (sem intermediários) entre produtor e consumidor, podendo ser organizadas em feiras e grupos de consumo; e ainda os arranjos de venda indireta, como lojas, pequenos mercados, lojas de cooperativas, associações, restaurantes (DAROLT, 2013).

Desse modo, os CCC trazem alguns benefícios, dentre eles a obtenção de preços mais justos ao consumidor e uma melhor remuneração final aos produtores. Isto se deve à redução do número de intermediários presentes nas cadeias longas, permitindo o ‘encurtamento’ das distâncias entre os pontos de produção e consumo (DAROLT, 2013). Outro aspecto positivo dos CCC está relacionado à maior autonomia dos agricultores em relação às cadeias longas, dado que há “um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo” (DAROLT et al., 2013, p. 9).

No Brasil, de acordo com Darolt:

A maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização em circuitos curtos têm utilizado pelo menos dois canais de venda (feiras e programas de governo), mas há uma gama de alternativas que se desenvolvem junto com o crescimento da demanda. Entre eles existe a opção de cestas a domicílio, vendas nas propriedades, restaurantes, lojas especializadas, cooperativas de consumidores, além de vendas pela internet. (DAROLT, p. 148, 2013).

Ainda de acordo com Darolt (2013, p. 13), “A cada ano, inovações em CCC criam diferentes formas de distribuição alternativas”, e

estimulam novos arranjos e processos inovadores de desenvolvimento dos territórios. Nesta perspectiva, neste estudo damos destaque a uma inovação de venda direta (sem intermediários), a venda direta por pedido antecipado (VDPA). Nesse caso, VDPA é um arranjo organizacional que caracteriza-se pelos aspectos a seguir: a) articulação direta entre agricultores e consumidores; b) pedidos realizados de forma antecipada; c) forma de funcionamento geralmente por meio do uso da tecnologia (internet) - onde é realizada a comunicação, gestão, socialização entre os membros e realizados os pedidos antecipados; d) comercialização de modelos de cestas de alimentos orgânicos/agroecológicos; e e) com entrega em pontos locais aos consumidores (universidades, escolas, locais de trabalho) ou em domicílio.

Estas experiências podem ser consideradas IS, pois, além de reconfigurarem as relações sociais preexistentes entre agricultores e consumidores, a partir de mudanças de atitudes e redesenho de práticas tanto da produção, quanto do abastecimento e consumo de alimentos, estes arranjos minimizam problemas existentes nos modelos de VD, como as feiras. Ao possibilitarem um mercado garantido, o modelo permite que os agricultores realizem previamente um planejamento da produção para suprir a demanda fixa, havendo assim menor desperdício e menos perdas.

Além disso, ao aproximar agricultores e consumidores em grupos de consumo, criam-se novas alianças e formas de governança agroalimentar. Esta articulação direta pode criar relações de proximidade e processos de aprendizagem (coletivos e em rede) entre o rural e o urbano (ANDRE; ABREU, 2006; EUROPEAN COMMISSION, 2011; NEUMEIER, 2012; MOULAERT et al., 2013).

Estas iniciativas estimulam os consumidores a cumprirem um papel mais ativo na cadeia agroalimentar. Nessa perspectiva, a participação coletiva é um elemento central nesse processo, pois promove a cidadania alimentar configurando os aspectos primordiais das RCA (RENTING et al., 2012). Nesse sentido, este tipo de iniciativa pode assumir uma constelação de formas, que caracterizam-se por diferentes formatos e arranjos organizacionais (CSA, GAS, AMAP, grupos de consumo), sendo que estes arranjos geram processos coletivos de aprendizagem e ações colaborativas em torno de objetivos partilhados, de uma nova cidadania alimentar. Destacamos os arranjos que trabalham com modelos de “cestas diversificadas para grupos organizados de consumidores ou para famílias individuais que podem ser encomendas por telefone ou internet, entregues a domicílio, empresas ou outros espaços previamente acordados entre consumidores e produtores” (DAROLT, 2013, p. 148). Por meio desses arranjos, os consumidores

garantem renda aos agricultores “em troca do abastecimento regular de alimentos” (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 229). Nesse sentido, desenvolvem-se novas práticas de consumo reflexivo que correspondem a processos de mudança de comportamento que extrapolam a esfera individual (ROSSI; BRUNORI, 2017).

Nesta seção, buscou-se ampliar a perspectiva da agroecologia associada às IS e a elementos de RCA, traduzidos em novas formas de CCC, como as VDPA. Porém, para a efetivação da agroecologia, faz-se necessário apontar as perspectivas que permitem a expansão da mesma nos territórios. Além de compreender de que forma esta expansão é importante para a consolidação dos processos de IS e de civismo agroalimentar.

2.3.2 Expansão da agroecologia: um processo de inovação social e civismo agroalimentar

Apresentada a visão holística e integradora da agroecologia e sua oposição ao sistema agroalimentar hegemônico, considera-se importante para este estudo ressaltar que a agroecologia ainda é um paradigma, do ponto de vista epistemológico, “não dominante”. Desta forma, há um grande potencial de expansão e disseminação de suas práticas de produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos. Nesse sentido, faz-se necessário elencar o papel da expansão da agroecologia, como sendo um fator-chave para o redesenho do sistema dominante – de agricultura convencional e circuitos longos de abastecimento de alimentos (ROSSET; ALTIERI, 2017).

Ao trazer alternativas para combater as crises contemporâneas (ambientais, agrárias e inclusive a fome) há um movimento crescente para expandir a agroecologia. Tal chamado vem de vários setores, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO), pesquisadores, cientistas e organizações da sociedade civil e movimentos sociais (Via Campesina) (PARMENTIER 2014; ALTIERI; NICHOLS, 2012b; ROSSET, 2015; FAO, 2015; KHADSE et al., 2018).

Consideramos a questão da expansão da agroecologia como sendo um elemento central para discussão neste trabalho, visto que, a partir da expansão da agroecologia nos territórios, expandem-se também as IS e desenvolvem-se as RCA vinculadas ao debate da aproximação dos agricultores e consumidores em circuitos de comercialização inovadores nos mercados locais. Deste modo, iremos nos basear na análise que Rosset e Altieri (2017) fazem, em seu livro *Agroecologia: ciência y política*, por ser atual e consistente. Porém, tentaremos dialogar com

outros autores que levam em consideração este tema, para qualificar a argumentação.

Nesse contexto, faz-se necessário responder ao desafio que levaria à consolidação e expansão deste paradigma emergente. Desta forma, alguns questionamentos são postos a seguir: “como levar a agroecologia a uma escala maior, a ser praticada por um número maior de famílias e em territórios cada vez mais amplos?” (ROSSET; ALTIERI, 2017, p. 53) ou seja “como a agroecologia pode ser multiplicada e ampliada?” (ALTIERI; NICHOLS, 2012b). De que modo, ao se expandir a agroecologia, de fato poderão expandir-se as IS na produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, ao passo de estimular a criação e ampliação de RCA? Estas são questões complexas, desse modo, suas respostas estão sendo continuamente aprofundadas em estudos acadêmicos e na prática social da agroecologia em contextos rurais e urbanos (ROSSET; ALTIERI, 2017).

Os autores complementam:

Mesmo existindo uma série de elementos que sustentem a importância da agroecologia para a transformação social e dos sistemas agrícolas, o principal desafio é torná-la em uma escala superior, ou seja, ganhar escala para que cada vez um maior número de famílias agricultoras produza agroecologicamente e um maior número de consumidores acesse os alimentos por eles produzidos, expandindo assim a prática da agroecologia a territórios rurais e urbanos. (ROSSET; ALTIERI, 2017, p. 80).

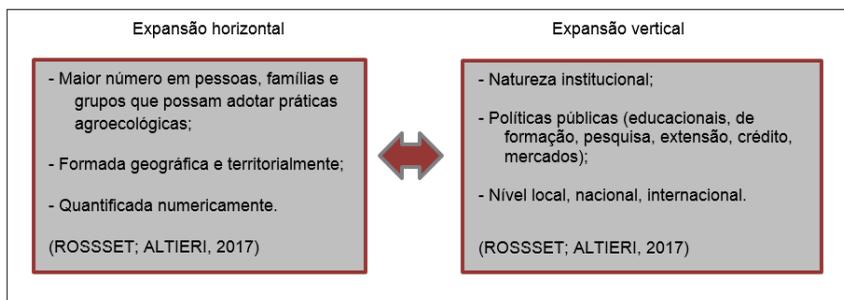
Nos trabalhos acadêmicos, considera-se o termo *scaling-up* ou aumento de escala da agroecologia (ALTIERI; NICHOLS, 2012b; ROSSET; ALTIERI, 2017; KHADSE et al., 2018), e neste estudo iremos utilizar o termo ‘expansão’ para o mesmo sentido, de ganhar escala. De acordo com a bibliografia, podemos considerar esta expansão de acordo com dois eixos, o horizontal e vertical. A expansão horizontal refere-se à disseminação cada vez maior do número de famílias ou grupos que se somam ao processo de transição agroecológica, replicando-se quando o processo pode se repetir em outro lugar por meio da adoção de algum agente externo, como as ONGS (ROSSET, 2015; ROSSET; ALTIERI, 2017; KHADSE et al., 2018).

A expansão vertical “é de natureza institucional, ou seja, refere-se ao processo de institucionalização das políticas de apoio à agroecologia,

podendo ser educacionais, de formação, pesquisa, extensão, crédito, mercados” (ROSSET; ALTIERI, 2017, p. 156). Este processo se dá por meio do desenvolvimento e apoio de políticas públicas e de instituições (locais, nacional, internacional). Contudo, os termos *escalonamento*, ‘massificar’, ‘ampliar’ podem referir-se tanto à expansão horizontal quanto vertical (Figura 2) (ROSSET; ALTIERI, 2017).

Porém, existe uma série de obstáculos e restrições para realizar esta expansão, que se referem a aspectos tanto produtivos, de manejo, quanto problemas sociais e de acesso a mercados, pois há um sólido desestímulo para a disseminação e aplicação das práticas agroecológicas, quando consideramos a visão de ampliação delas. Pode-se considerar as questões que limitam a expansão da agroecologia como sendo: i) problemas técnicos e de acesso à informação e conhecimento, por parte dos extensionistas e agricultores familiares; ii) limitações de acesso à terra; iii) barreiras ideológicas e epistemológicas – relacionadas à disseminação de mitos de que a agroecologia somente é possível em pequena escala; iv) limitações econômicas e de infraestrutura; v) falta de políticas de apoio à agroecologia; e, por último, mas primordial para este estudo, vi) as falhas nos mercados.

Figura 2 - Expansão horizontal e vertical da agroecologia



Fonte: adaptação de Rosset e Altieri (2017) elaborada pela autora (2018).

Porém, existe uma série de obstáculos e restrições para realizar esta expansão, que se referem a aspectos tanto produtivos, de manejo, quanto problemas sociais e de acesso a mercados, pois há um sólido desestímulo para a disseminação e aplicação das práticas agroecológicas, quando consideramos a visão de ampliação delas. Pode-se considerar as questões que limitam a expansão da agroecologia como sendo: i) problemas técnicos e de acesso à informação e conhecimento, por parte dos extensionistas e agricultores familiares; ii) limitações de acesso à terra;

iii) barreiras ideológicas e epistemológicas – relacionadas à disseminação de mitos de que a agroecologia somente é possível em pequena escala; iv) limitações econômicas e de infraestrutura; v) falta de políticas de apoio à agroecologia; e, por último, mas primordial para este estudo, vi) as falhas nos mercados.

De acordo com o documento de posicionamento da SOCLA (2012), no Rio+20, intitulado *The scaling up of agroecology: spreading the hope for food sovereignty and resiliency*, torna-se essencial superar pelo menos parte dessas restrições, para, assim, atingir o objetivo de disseminar “ainda mais” a agroecologia (ALTIERI; NICHOLS, 2012a, p. 15). Acerca disso, os autores ainda complementam:

Importantes reformas devem ser feitas nas políticas, instituições e agendas de pesquisa e desenvolvimento para assegurar que as alternativas agroecológicas sejam adotadas massivamente, tornadas acessíveis de maneira equitativa e ampla, e multiplicadas para que seus benefícios totais para a segurança alimentar sustentável possam ser alcançados. Os agricultores devem ter maior acesso aos mercados locais e regionais, apoio governamental, como crédito, sementes e tecnologias agroecológicas. Deve-se reconhecer também que uma das principais restrições à disseminação da agroecologia tem sido que poderosos interesses econômicos e institucionais apoiaram a pesquisa e o desenvolvimento para a abordagem agroindustrial convencional. (ALTIERI; NICHOLS, 2012a).

Porém, os obstáculos para serem resolvidos requerem dedicação e níveis de organização, sendo que “A organização social é o meio de cultivo em que a agroecologia cresce, e as metodologias dos processos sociais aceleram o crescimento” (ROSSET; ALTIERI, 2017, p. 160). No Quadro 3 realizou-se uma sistematização dos fatores que podem influenciar e favorecer a expansão da agroecologia nos territórios.

Dentre todos os fatores elencados no Quadro 3, neste estudo iremos destacar o “desenvolvimento de mercados locais”, pois ele está intimamente relacionado “ao desafio de integrar as unidades produtivas diversificadas e redesenhadas com acesso a mercados e canais de comercialização próprios para os agricultores e agricultoras familiares” (ROSSET; ALTIERI, 2017, p. 171). Ademais, pode-se constatar que, ao

acessar mercados locais por meio de CCC, os agricultores familiares tornam-se menos vulneráveis às instabilidades dos preços e dos mercados vinculados às grandes cadeias centralizadas do sistema agroalimentar hegemônico globalizado. Além disso, estes mercados possuem certa influência no desenvolvimento e promoção de políticas públicas que fortaleçam as experiências e melhorem a qualidade de vida dos agricultores agroecológicos por meio do engajamento dos atores envolvidos tanto na produção quanto no consumo (ROVER, 2012; ROSSET; ALTIERI, 2017), ampliando a capacidade de participação social e coletiva, por meio do aumento da governança que promove a democracia alimentar (RENTING et al., 2012).

Quadro 3 - Fatores que favorecem a expansão da agroecologia e alguns exemplos empíricos do Brasil e do mundo

Fatores que favorecem a expansão	Alguns exemplos empíricos
Políticas públicas favoráveis (nível municipal, estadual, nacional e internacional)	Política Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA); Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Plano nacional de Apoio a Produção Orgânica (PLANAPO).
Desenvolvimento de mercados locais	Redes de consumidores e produtores (CSA; AMAP) ou Rede Ecovida de Agroecologia, cooperativas de agricultores familiares e de movimentos sociais (Altieri, Nicholls e Funes 2012; Lamine, Darolt e Brandenburg 2012).
Organização em movimentos sociais	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Via Campesina, Movimento das mulheres camponesas (MMC).
Práticas que funcionem	Práticas e inovações efetivas. Estas podem ter origens distintas como: acadêmicas, institutos de pesquisa, criadas de forma populares com e entre os próprios agricultores, para além do resgate dos saberes tradicionais e ancestrais (ROSSET; ALTIERI, 2017).
Processos pedagógicos horizontais	Pedagogia de camponesino a camponesino (CAC) em Cuba;

Fonte: adaptação de Rosset e Altieri (2017) elaborada pela autora (2018).

Conforme o discutido neste capítulo teórico, a agroecologia pode apresentar estratégias inovadoras (formas de VDPA) que promovem IS e contribuem para o desenvolvimento de RCA nos territórios. Desse modo, para auxiliar na discussão e análise dos resultados obtidos no contexto empírico e à luz da teoria estudada neste capítulo, apresentaremos os descritores que irão detalhar as categorias analíticas (VIEGAS, 2016). Desta forma, o Quadro 4 apresenta o tema da pesquisa, as categorias analíticas e seus respectivos descritores/indicadores.

3 CONTEXTOS EMPÍRICOS E ELEMENTOS DOS GRUPOS ESTUDADOS NA PESQUISA

Neste capítulo apresentaremos a região da Grande Florianópolis e a Região do Alto Vale do Itajaí, localizadas no estado de Santa Catarina. Estes locais se encontram os contextos empíricos da pesquisa, sendo que os consumidores das iniciativas residem em Florianópolis-SC. Por sua vez, as unidades produtivas das famílias agricultoras, de uma iniciativa de VDPA, cujo estudo será aprofundado (CCR UFSC-Trindade)⁸, estão localizadas na região do Alto Vale do Itajaí, a aproximadamente 160 km do ponto de entrega dos alimentos em Florianópolis.

A região da Grande Florianópolis possui 22 municípios. Conforme o último censo, de 2010, esta região possuía 994.095 habitantes, sendo que 92% constituem a população urbana e apenas 8% de população rural (SANTOS; ARUTO, 2013). A região destaca-se como um centro consumidor, por concentrar a maioria da população nas cidades, tendo ainda fortes tendências de aumento na expansão urbana (ZOLDAN; MIOR, 2012).

Nesta região, o município de Florianópolis (capital do estado) também é considerado um polo consumidor. A sua população em 2010, era de 421.240 habitantes e com perspectiva de 492.977 habitantes para 2018 (IBGE, 2019). Este município “está dividido por duas porções de terra, uma refere-se à Ilha de Santa Catarina, com área de 436,5 km², e outra porção está localizada na área continental, com área de 12,1 km², conhecida como continente” (LIMA, 2007, p. 214).

Tem-se que os principais canais de comercialização de alimentos e produtos orgânicos certificados em Florianópolis são: os supermercados, as lojas e as feiras, locais que apresentam uma grande diversidade de produtos orgânicos (ZOLDAN; MIOR, 2012; ROVER et al., 2015). Nesse sentido, a partir do levantamento dos estabelecimentos que comercializavam produtos orgânicos em Florianópolis, identificaram-se 91, sendo que, dentre esses canais, “46 correspondem a lojas especializadas, 26 supermercados, 10 mercados, 06 feiras e 03 sacolões” (ROVER et al., 2015). É importante destacar que esta diversidade de formas de comercialização descrita expressa a diversidade de possibilidades de comercialização para os agricultores familiares, bem como de acesso aos consumidores que buscam este tipo de produto (VIEGAS, 2016; ZOLDAN; MIOR, 2012).

⁸ Iniciativa de VDPA escolhida para estudo de caso aprofundado apresentado na subseção 5.2 do capítulo referente aos resultados e discussões desta pesquisa.

Desta forma, ao se fazer o levantamento da realidade de produção de alimentos e produtos orgânicos certificados em Santa Catarina, encontram-se 988 unidades produtivas (UPs) certificadas como orgânicos. Sendo que existem duas possibilidades de certificação: a certificação participativa, por meio da Rede Ecovida de Agroecologia (Ecovida), obtida por 691 UPs, e a certificação por auditoria, por meio da empresa Ecocert, com 297 UPs certificadas (MAPA, 2016).

Neste estudo, devido à sua relevância no estado de Santa Catarina, iremos descrever a Rede Ecovida, que teve origem no estado em 1998 e organiza-se de forma descentralizada, por meio de grupos de agricultores. Estes grupos compõem núcleos regionais, distribuídos nos três estados do Sul do Brasil e em São Paulo. A Rede Ecovida conta com um total de 30 núcleos regionais, abrangendo cerca de 170 municípios e 300 grupos de agricultores, representando cerca de 4.500 famílias envolvidas, e 20 ONGs. Além disso, os grupos de agricultores possuem em total, 130 agroindústrias artesanais, 35 organizações, 200 feiras de produtos agroecológicos e 8 cooperativas de consumo (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018). Destaca-se ainda a importância da Rede Ecovida em Santa Catarina, pois esta representa 70% dos agricultores orgânicos certificados do estado (SANTOS 2007; MAPA, 2016).

A Rede Ecovida é pioneira no que diz respeito à construção coletiva, solidária e participativa do processo de certificação. Ela envolve as famílias agricultoras e suas organizações em todo o processo (ROVER, 2012; REDE ECOVIDA, 2018). Ou seja, segue princípios da agroecologia e conta com o sistema participativo de garantia (SPG)⁹. Este modelo pressupõe que a certificação seja um processo de “participação solidária” e engajamento dos atores envolvidos, tanto na produção quanto no consumo dos alimentos. Promove-se, assim, uma dinâmica social em que a credibilidade da “conformidade orgânica” é legitimada socialmente (REDE ECOVIDA, 2018). Nessa perspectiva, as famílias que compõem a rede trabalham com alternativas ao modelo convencional dominante, nas dimensões da produção, distribuição e consumo de alimentos (ROVER, 2012; PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013). Dentre seus princípios, ela busca promover canais de comercialização com o mínimo

⁹ Sistema Participativo de Garantia-SPG: “processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. Este processo resulta de uma dinâmica social que surge a partir da integração entre os envolvidos com a produção, consumo e divulgação dos produtos a serem certificados” (REDE ECOVIDA, 2018).

de intermediações, que priorizem a venda direta como forma de resistir à adoção dos grandes mercados, para auxiliar a promover relações de proximidade e reciprocidade para além das trocas mercantis. (ROVER; LAMPA, 2013; ROVER et al., 2016).

Conforme Niederle e Wesz Junior (2018):

A Rede ECOVIDA esta composta por agricultores, nesse sentido, são eles os agricultores, associações e cooperativas que dispõe de estruturas próprias de comercialização. Prevalecem três formas organizacionais: No primeiro caso, mais recorrente, cada agricultor distribui individualmente seus produtos (incluindo trocas com outros agricultores). Neste caso a Ecovida apenas facilita a conexão vendedores, compradores. No segundo caso, o “grupo” organiza a distribuição, de forma que um agricultor transporta os produtos dos demais. No caso das feiras, por exemplo, um ou dois agricultores podem ser escolhidos pelo grupo para se encarregarem das atividades de comercialização. Finalmente, as associações e cooperativas podem gerenciar pequenas estruturas de armazenamento e distribuição. Neste caso, os circuitos mais importantes são os programas de compras públicas, cujo acesso ocorre por intermédio de uma organização coletiva. Frequentemente o que ocorre é uma articulação entre estes diferentes modos de operação ao longo da trajetória dos produtos. (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 234).

Relacionando com o contexto do estudo, o grupo de agricultores que abastece uma iniciativa de VDPA chamada CCR UFSC-Trindade, integra a Associação de Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental (AGRODEA). Esta associação apesar de não estar na região da Grande Florianópolis, por questões de proximidade e assistência ao Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), esteve integrada ao Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida até o ano de 2017. Atualmente passou a fazer parte do Núcleo do Alto Vale do Itajaí (CEPAGRO,2018).

A região do Alto Vale abrange 28 municípios, totalizando uma área de 7.524.810 km². Sua população é estimada em 260.000 habitantes, dos quais aproximadamente 40% residem na área rural (IBGE, 2018). Nesta

região, a agricultura familiar tem destaque, pois os sistemas produtivos são baseados em pequenas propriedades rurais, especializadas em poucas culturas, como a da cebola, do arroz e do fumo. Sendo que as culturas da mandioca, feijão e milho possuem menor importância. Dentre a produção de origem animal, há o predomínio de sistemas de integração na produção de leite, aves, suínos.

O grupo de agricultores(as) que abastece um caso de VDPA com entrega de cestas alimentos orgânicos/agroecológicos em Florinaópolis-SC, chamado Células de Consumidores Responsáveis da UFSC no Campus Trindade (CCR UFSC-Trindade), foi criado em 2011, chamado “Semear sementes para o futuro”, com o objetivo de iniciar a transição agroecológica nas hortas de famílias agricultoras e avançar com a produção orgânica. Em 2015 institucionalizou-se em uma associação denominada Associação de Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental (AGRODEA) e atualmente, reúne 14 famílias de quatro municípios do estado de Santa Catarina (Imbuia, Vidal Ramos, Leoberto Leal, Ituporanga) (Quadro 5). Todas as famílias agricultoras são certificadas de maneira participativa pela Rede Ecovida. Sua dinâmica de operação pressupõe que os grupos se reúnam mensalmente e também realizem intercâmbios e visitas de verificação e oficinas.

4 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo descreveremos a abordagem teórico-metodológica e os procedimentos metodológicos utilizados para produção desta dissertação. Apresentaremos também a delimitação geográfica da pesquisa, justificativas e uma breve descrição das suas fases.

A pesquisa de campo foi delimitada pelos recortes político-administrativos das regiões de Florianópolis e do Alto Vale do Itajaí, em função das localizações dos grupos de consumidores e do grupo de agricultores. Buscou-se iniciativas que trabalhassem com a venda direta de alimentos orgânicos/agroecológicos por pedido antecipado (VDPA) na capital de SC, Florianópolis.

A escolha da região consumidora se justifica por ela ser um centro com significativa demanda por alimentos orgânicos/agroecológicos, havendo recentemente um rápido crescimento da demanda de alimentos orgânicos e o consequente aumento no número de circuitos de comercialização inovadores para agricultura familiar agroecológica. A partir das experiências estudadas, os arranjos de VDPA permitem a promoção de IS e estas podem propiciar ambientes férteis para configuração de RCA.

Primeiramente foi realizada a etapa exploratória da pesquisa, realizada a fim de identificar os atores-chave e realizar o mapeamento das iniciativas de VDPA com entrega na cidade de Florianópolis. A coleta de informações contou com 05 informantes-chave membros de organizações que trabalham com agricultores familiares e agroecologia, e interações entre produção e consumo (feiras, grupos de consumidores, projetos), como LACAF/UFSC, CEPAGRO e Rede Ecovida de Agroecologia. Os dados foram coletados entre os períodos de maio a dezembro de 2017 e permitiram uma maior afinidade com o ambiente e o tema estudado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

A partir das informações coletadas, procurou-se analisar as contribuições para a expansão da agroecologia e para a configuração de RCA nos territórios. Para tanto, foram utilizados descritores que avaliassem elementos de agroecologia e RCA nas experiências. Os descritores são elementos constituintes das categorias que as detalham e favorecem a observação empírica de seus aspectos pertinentes (VIEGAS, 2016).

Para primeira fase, foi realizado o mapeamento das iniciativas de VDPA em Florianópolis. Já para a segunda fase foi escolhido um caso, o da CCR UFSC-Trindade, que se trata de um caso de VDPA que envolve um grupo de consumidores residentes em Florianópolis-SC, os quais são

abastecidos por um grupo de agricultores membros da AGRODEA, cujas propriedades estão localizadas nos municípios de Imbuia-SC e Vidal Ramos-SC (região do Alto Vale do Itajaí). Nesse sentido, a pesquisa trata-se de um estudo de caso. Portanto, é um tipo de investigação empírica que analisa determinados fenômenos contemporâneos no contexto em que ocorrem (PUGAS, 2017).

O estudo realizado teve uma abordagem quali-quantitativa, visto que as informações relevantes foram coletadas por meio de dados qualitativos e quantitativos. A combinação destes dois tipos de informação permite uma “melhor compreensão dos fenômenos observados e suas complexidades” (ROVER, 2012; QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005). Desta forma, quando combinadas, a abordagem quantitativa geralmente procede a comparação numérica de elementos específicos e a abordagem qualitativa diz respeito ao levantamento de elementos quanto à razão, origem e natureza do fenômeno (MINAYO, 2014).

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DE DADOS EM CAMPO, ORGANIZAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa materializou-se por meio de um conjunto de procedimentos metodológicos que permitiram abranger a diversidade de realidades contidas nas iniciativas mapeadas. Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos constituíram-se em: i) aplicação de questionários on-line a gestores agricultores e consumidores que integram o conjunto das iniciativas de VDPA em Florianópolis-SC; ii) coleta de dados primários por meio da utilização de questionários on-line com consumidores da CCR UFSC-Trindade; iii) observação participante em atividades ligadas à CCR UFSC-Trindade (reuniões, seminários, entrega de cestas); iv) vivência de caráter etnográfico nas propriedades familiares do grupo AGRODEA (utilização do diário de campo); v) análise de conteúdo de documentos e entrevistas não estruturadas com os agricultores do grupo AGRODEA; vi) análise de conteúdo do grupo de *WhatsApp* CCR UFSC-Trindade; vii) redação final, síntese e conclusões. Sendo importante destacar que esta pesquisa se insere nos trabalhos do Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Mercados, e que os questionários on-line foram produzidos nesse contexto. Desta forma, os resultados encontram-se à disposição do grupo de pesquisadores inseridos neste grupo de pesquisa.

Primeiramente, para o mapeamento das iniciativas de VDPA em Florianópolis, realizou-se a observação participante no *Seminário Alimentos Bons Limpos e Justos do Slow Food da Região Sul em Florianópolis*, realizado no dia 17 e 18 de abril de 2018. Este evento discutiu temas relacionados à construção de mercados para agricultura familiar e à criação de RAA e RCA dentre pessoas e organizações que realizam e pertencem a grupos de produção e consumo de alimentos nos estados de SC, PR, RS. Na ocasião, os participantes discutiram a possibilidade de articulação de uma RCA, com os atores sociais que abastecem Florianópolis com alimentos agroecológicos/orgânicos. Ali foi tirado o encaminhamento para mapeamento dos atores sociais e práticas existentes que constituiriam uma RCA. Tal levantamento está em andamento, mas não pôde ser acompanhado de forma direta nesta pesquisa.

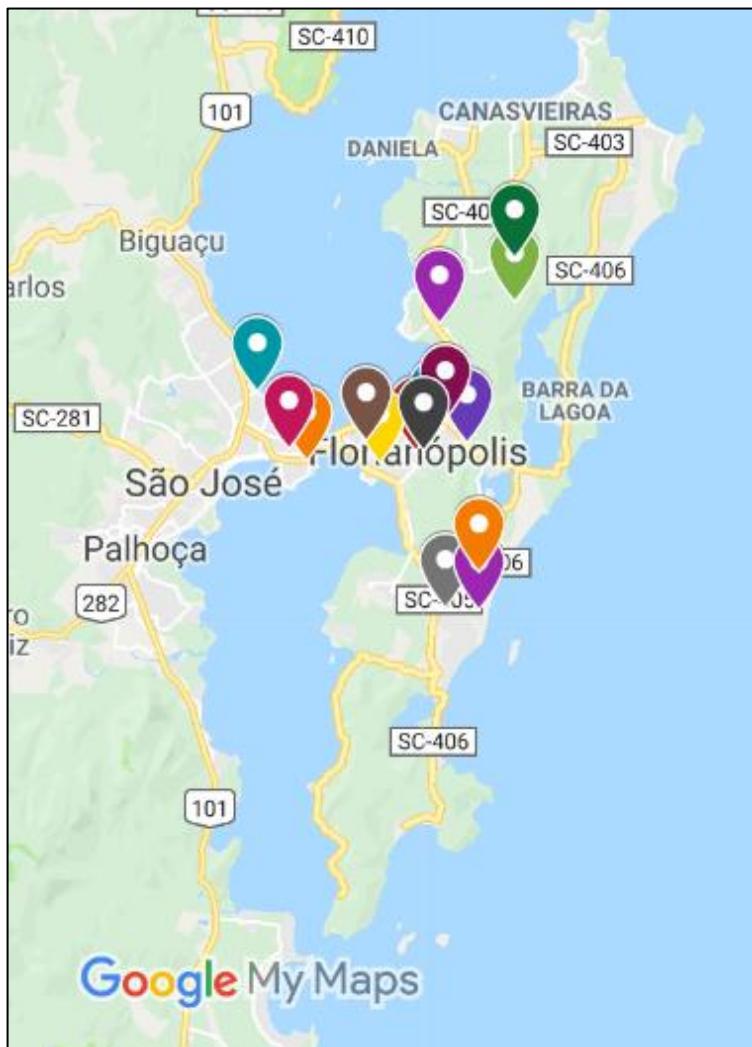
Após o evento ligado ao *Slow Food*, pôde-se identificar potenciais informantes-chave, sendo estes os agricultores e consumidores que fazem parte das iniciativas de VDPA com entrega de alimentos orgânicos/agroecológicos em Florianópolis-SC. Desta forma, aplicamos questionários on-line (*Google Forms*) a dez gestores destas iniciativas de VDPA. Os questionários foram enviados e suas respostas tabuladas, no período de abril a maio de 2018. O questionário foi composto de perguntas fechadas e teve como objetivo coletar informações relevantes sobre as iniciativas de VDPA, tais como: data de fundação; número de voluntários, membros e famílias agricultoras envolvidas; forma de realização do pedido, comunicação e entrega; forma de organização dos consumidores; e, por fim, perguntas abertas sobre as principais oportunidades e desafios encontrados no desenvolvimento das iniciativas.

A partir das respostas dos questionários foi possível identificar a localização de cada iniciativa, utilizando-se a ferramenta do *Google Maps*, fixando os pontos de entrega das iniciativas de VDPA em Florianópolis (Figura 3).

Os dados do mapeamento foram coletados e organizados de forma a subsidiar a seleção de uma única iniciativa de VDPA para o aprofundamento do estudo. Foi escolhida a iniciativa da CCR UFSC do Campus Trindade, por ser a iniciativa de VDPA que envolve o maior número de consumidores(as) e o maior número de famílias agricultoras. Esta experiência surgiu a partir da articulação do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC), com a disciplina “Vivência em Agricultura Familiar (VAF)”, dos cursos de Agronomia e Zootecnia da UFSC, foi realizada em Imbuia-SC, no segundo semestre de 2017. Esta forma de VDPA está sendo aplicada com

mediação do LACAF/UFSC em articulação com consumidores residentes e trabalhadores do entorno do Campus UFSC Trindade, na cidade de Florianópolis, e agricultores familiares membros do grupo AGRODEA, localizados em Imbuia-SC e Vidal Ramos-SC.

Figura 3 - Mapa de iniciativas de VDPA com pontos de locais de entrega em Florianópolis-SC



Fonte: elaborada pela autora (2018) por meio do Google Maps (2018).

Em seguida foram enviados dois questionários on-line via e-mail a consumidores da CCR UFSC-Trindade, obtendo-se, finalmente, 38 respostas acerca da pesquisa de motivação de participação na iniciativa (Questionário 01) e; 23 respostas relacionadas ao perfil socioeconômico dos consumidores (Questionário 02). Os dados foram coletados e tabulados entre os meses de fevereiro e julho de 2018.

Dentre os procedimentos, destaca-se a observação participante que foi realizada nos seguintes momentos: a) acompanhamento de reuniões de construção e avaliação das CCR junto ao LACAF/UFSC; b) visitas às propriedades rurais em conjunto com os consumidores; c) acompanhamento nas entregas das cestas CCR UFSC-Trindade; d) vivência em campo realizada entre os dias 16 e 23 de agosto de 2018, nas unidades produtivas dos agricultores do grupo AGRODEA, nos municípios de Imbuia-SC e Vidal Ramos-SC.

De acordo com Becker (1992, p. 47) “o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda”. Ao observar os acontecimentos e comportamentos do grupo de interesse, o investigador tem a oportunidade de compreender seu meio social “do interior”, onde os fenômenos latentes geralmente escapam aos sujeitos, porém são percebidos pelo observador, a partir uma perspectiva interna dos acontecimentos e resultado da interação observador-observado (BECKER, 1992; LESSÁRD-HÉBERT et al., 1994).

Evidencia-se a importância do trabalho de campo para coleta das informações, acerca do que Brandão (2007) afirma que, para além de um ato científico, corresponde a uma vivência, estabelecendo produções de conhecimento que estão relacionadas com a subjetividade do pesquisador(a). Nesse sentido, a subjetividade faz parte de um método de trabalho que permite o envolvimento pessoal com o contexto a ser pesquisado e com as pessoas que nele habitam. Para tanto, fez-se necessário uma imersão ou um determinado tempo no ambiente/local que se quer estudar/pesquisar. No período da vivência junto aos agricultores do grupo AGRODEA, foi realizada uma atividade importante: a coleta de dados.

Vale ressaltar que durante a vivência de oito dias em Imbuia-SC e Vidal Ramos-SC realizamos visitas e entrevistas, sem estruturação, às 13 famílias agricultoras que abastecem a CCR UFSC-Trindade. Nessa lógica, buscamos, a partir das IS do arranjo de VDPA operado pela CCR UFSC-Trindade, as contribuições para a expansão da agroecologia e para configuração de RCA.

Durante a vivência, acompanhou-se na prática as atividades, observando, anotando e refletindo, o que acarretou em um desenho dinâmico da experiência. Ao visualizar esta cadeia de abastecimento de alimentos, observaram-se os pontos de início dela, desde o planejamento das dinâmicas produtivas, passando pelas logísticas, dinâmicas sociais e econômicas de comercialização, até chegar à aquisição dos alimentos pelos consumidores. Na vivência em campo, foram realizadas anotações no diário de campo, coleta de registros fotográficos e áudios das entrevistas para comporem este estudo. Para tanto, os participantes foram informados previamente sobre o modo de coleta e demonstraram acordo com os objetivos de uso destas informações. Algumas falas foram registradas e serão divulgadas com o objetivo de auxiliar na contextualização e observações obtidas em campo (MINAYO, 2014; QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005; ROVER, 2012).

Acerca da vivência em campo, Brandão (2007) afirma que:

É muito enriquecedor viver um tempo, que, dependendo do tempo global que você tenha, pode ser um dia, dois, uma semana, até quinze dias, quem sabe até um mês de puro contato pessoal [...]. Conviver, espreitar dentro daquele contexto o que eu chamaria o primeiro nível do sentir, sentir como é que o lugar é, como é que as pessoas são, como é que eu me deixo envolver. Isso é muito bom, porque faz com que a gente entre pela porta da frente e entre devagar. E, por outro lado, é bom também porque essa lenta entrada, eu diria essa mineira entrada, não tem aquela característica de um trabalho invasor em que as pessoas se sentem de repente visitadas por um sujeito que mal chegou ao lugar, saltou do carro e começou a aplicar um questionário. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

A vivência realizada, teve um caráter etnográfico, pois, estivemos pessoalmente no local de pesquisa “observando e compreendendo aquilo que está acontecendo, participando da vida cotidiana das pessoas” (BRANDÃO, 2007, p. 14). Isto permite obter um olhar atento e com certo pertencimento, adquirido na vivência, sobre os acontecimentos cotidianos e organizativos dessas famílias agricultoras. É importante ressaltar que este não é somente um caminho metodológico, mas sim, pedagógico, pois, por meio do uso constante do diário de campo, foi anotado em detalhes tudo o que foi sendo observado (BRANDÃO, 2007). A utilização

da ferramenta de diário de campo permite que o(a) pesquisador(as) faça diariamente o registro de suas reflexões e observações, sendo considerado um dos métodos mais ‘básicos’ de pesquisa (ROESE et al., 2006).

Deste modo, durante a vivência realizou-se uma imersão nas histórias de vida e rotinas das famílias agricultoras do grupo AGRODEA. Estabeleceu-se uma convivência nas atividades de trabalho, descanso e lazer das famílias. Além disso, realizou-se o acompanhamento das atividades produtivas, domésticas e de sociabilidade dos núcleos familiares - plantio, colheita, preparação de refeições e trabalho de distribuição e organização dos alimentos. Alimentos que são reunidos em cestas e transportados semanalmente à Florianópolis-SC, até o ponto de entrega da CCR UFSC-Trindade.

Como procedimento metodológico, realizou-se, ainda, a análise de conteúdo de documentos referentes às 14 unidades produtivas das famílias agricultoras do grupo AGRODEA, sendo estes: formulários da Rede Ecovida de Agroecologia do período de 2017-2018, grupo de *WhatsApp* envolvendo a CCR UFSC-Trindade e o grupo de Agricultores AGRODEA e das entrevistas realizadas durante a vivência. Nestes, observou-se as dinâmicas e interações realizadas entre consumidores, agricultores e respectivas coordenações.

O conjunto de informações e dados foi coletado entre os meses de abril de 2017 e agosto de 2018. Posteriormente, realizaram-se as análises do conteúdo sistematizado, tendo sido empregada a análise interpretativa, a partir da descrição dos dados (quantitativos e/ou qualitativos) e da classificação das categorias analíticas e seus descritores (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005; ROVER, 2012). Os dados foram analisados e organizados em forma de texto, quadros e gráficos.

No sentido da exposição dos dados coletados, este trabalho está conforme as normas do Comitê de Ética com Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), garantindo o cumprimento dos protocolos e anonimato, visando a segurança dos participantes. A proposta foi aprovada por meio da emissão de parecer no dia 16 de maio de 2018, tendo como número de parecer: 2.657.160 e CAAE: 82587718.0.0000.0121. Nessa perspectiva, apresentamos aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que se explicitou as informações sobre a pesquisa e a intenção de utilização dos dados coletados, que foi assinado pelos participantes de pesquisa.

4.2 CATEGORIA DE ANÁLISE, DESCRITORES E INDICADORES DA PESQUISA

A verificação analítica da temática em campo passou inicialmente pelo estabelecimento do tema de pesquisa e das categorias de análises. Sendo assim, o tema deste estudo envolve as inovações sociais na promoção da agroecologia e de redes de civismo agroalimentar. Considera-se o tema promissor e desafiante, tanto na prática social quanto em pesquisas acadêmicas, pois as IS são entendidas como um “fenômeno emergente e um campo de pesquisa em andamento dentro de um mundo de transformação social” (MOULAERT et al., 2013, p. 30).

Para tanto, elencaram-se duas categorias analíticas. A primeira está associada à contribuição para expansão da agroecologia nos territórios, levando em consideração as dimensões socioeconômicas da agroecologia, ou seja, entendendo-as como um paradigma integrador que busca o redesenho do sistema agroalimentar em seu conjunto, aproximando agricultores e consumidores por meio de inovações sociais e criação de alternativas em mercados locais (GUZMÁN; SOLER, 2009; PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013; ROSSET; ALTIERI, 2017). A partir da revisão da literatura esta categoria é analisada considerando os seguintes descritores: a) participação social e coletiva; b) valorização do local; c) acesso a circuitos de comercialização; e d) estímulo a preservação e/ou aumento da agrobiodiversidade (GLEISSMAN, 2014; GUZMÁN; SOLER, 2010; ALTIERI, 2012; GUZMÁN; WOODGATE, 2013; ROSSET; ALTIERI, 2017).

Já a segunda categoria de análise refere-se às contribuições para a configuração de RCA nos territórios, dado que a abordagem das RCA surge como um avanço das RAA, ao destacar o elemento central do “civismo alimentar”, ou seja, atribui aos cidadãos a capacidade de participar ativamente nas dinâmicas de produção, comercialização, abastecimento e consumo, promovendo mudanças nos “mecanismos de governança alimentar”. Desta forma, as RCA assumem o potencial de suas ações para a construção de um sistema agroalimentar que promova a ampliação da democracia alimentar (HASSANEIN, 2003; RENTING et al., 2012). À vista disso, analisa-se esta categoria a partir dos seguintes descritores encontrados na literatura: a) reconfiguração das relações sociais; b) participação coletiva; e c) ampliação da democracia alimentar (ANDRE; ABREU, 2006; RENTING et al., 2012; MOULAERT et al., 2013).

Quadro 4 - Quadro analítico do tema da pesquisa, categorias de análise e discutores ou indicadores de estudo

(continua)

Tema de Pesquisa	Categoria de análise	Descritores ou indicadores
<p>Inovações sociais na promoção da agroecologia e de redes de civismo agroalimentar</p>	<p>Contribuições para a expansão da agroecologia nos territórios</p>	<p>a) Participação social/coletiva: envolvimento e participação ativa dos consumidores(as) em conjunto com agricultores(as) no processo de produção, comercialização, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos;</p> <p>b) Valorização local: valorização dos saberes, cultura e paisagens locais; motivações e qualidade de vida das famílias de agricultores(as); construção de relações de proximidade entre agricultores(as) e consumidores(as) pelo contato direto; aproximação de distintas realidades, rural e urbano;</p> <p>c) Acesso a circuitos de comercialização: quais canais de comercialização são acessados, tipologia destes canais; inserção em mais de um circuito de comercialização; redução do risco de comercialização pela possibilidade de diversificar e combinar canais de venda</p> <p>d) Estímulo à preservação e/ou aumento da agrobiodiversidade: em que medida as formas de Venda direta por pedido antecipado (VDPA) de alimentos orgânicos/agroecológicos são capazes de preservar e/ou aumentar a agrobiodiversidade das UPs, por meio da produção, comercialização e consumo de espécies sazonais (época).</p>

Quadro 4 - Quadro analítico do tema da pesquisa, categorias de análise e descutores ou indicadores de estudo

(conclusão)

Tema de Pesquisa	Categoria de análise	Descritores ou indicadores
<p>Inovações sociais na promoção da agroecologia e de redes de civismo agroalimentar</p>	<p>Contribuições para a configuração de redes de civismo agroalimentar nos territórios</p>	<p>a) Reconfiguração das relações sociais: - Descrição dos novos arranjos organizacionais de (VDPA) de alimentos orgânicos/agroecológicos: como funcionam; como ocorre a comunicação e interações entre os atores sociais envolvidos (agricultores e consumidores); - Interações entre consumidores(as): fortalecimento da identidade e crenças do consumo político, compartilhamento de conhecimentos, redefinição de necessidades e valores, novas formas de organização, cooperação e mobilização social; - Interações entre consumidores(as) e grupo de agricultores: compartilhamento de responsabilidades essenciais para qualificação da experiência; desenvolvimento de bases e valores comuns; experiências: visitas às propriedades, reuniões, cursos; - Interações entre agricultores(as): atividades coletivas que englobam planejamento da produção, desenhos logísticos, administrativos e de comunicação; existência de reuniões de formação e avaliação; b) Participação coletiva: de que forma ocorre à atuação e engajamento atores envolvidos (agricultores(as) e consumidores(as)) desde a produção, comercialização, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos. c) Ampliação da democracia alimentar: quais são os mecanismos de governança alimentar; como ocorre a gestão dos grupos; qual o papel do ‘consumidor-cidadão’ ativo nos grupos e nas dinâmicas da cadeia agroalimentar de alimentos orgânicos/agroecológicos.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2018) com base em Andre e Abreu (2006); Gleissman (2014); Guzmán e Soler (2010); Altieri (2001; 2012), Renting et al., (2012); Moulaert et al. (2013) Guzmán e Woodgate, (2013); Rossi e Brunori (2017); e Rosset e Altieri, (2017).

Nessa perspectiva, tanto a agroecologia quanto as RCA, ao fomentarem as IS, possibilitam o redesenho das práticas de produção abastecimento, comercialização e consumo de alimentos nos mercados locais de alimentos orgânicos/agroecológicos. Neste estudo, as ferramentas de inovação, que podem vir a contribuir para a promoção da agroecologia e de RCA nos territórios, são os novos arranjos organizacionais de VDPA com entrega de alimentos orgânicos/agroecológicos em Florianópolis-SC. Tais arranjos se configuram em circuitos de comercialização com potencial inovador, os quais aproximam agricultores e consumidores por meio de novos mercados. Contudo, emergem algumas indagações a serem respondidas: pode-se considerar que a agroecologia e as RCA promovem IS, por meio de formas de VDPA? Estas poderão ser as ferramentas que propiciam a expansão da agroecologia e configuração de RCA nos territórios?

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados e discussões do trabalho. Eles são orientados pelas categorias de análise (contribuição para a expansão da agroecologia e contribuição para configuração de RCA) e seus respectivos descritores. A primeira seção, apresenta a primeira fase da pesquisa, referente ao mapeamento das iniciativas de venda direta por pedido antecipado (VDPA) em Florianópolis-SC, enquanto a segunda elucida a experiência do projeto das CCR e discorre sobre o caso específico da CCR UFSC do Campus Trindade.

5.1 MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS DE VENDA DIRETA POR PEDIDO ANTECIPADO (VDPA) EM FLORIANÓPOLIS- SC

No mapeamento realizado em Florianópolis, identificamos 13 iniciativas que trabalham arranjos de venda direta por pedido antecipado (VDPA), sem a presença de intermediários, e que estão associadas a 19 pontos de entrega a consumidores em Florianópolis-SC. Tais iniciativas são integradas por agricultores (em grupos ou individualizados), em conjunto com grupos de consumidores que se encontram em diferentes níveis de organização. Foram encontradas iniciativas heterogêneas em nome e em forma de atuação, tais como: grupos de Compras Coletivas, células de consumidores responsáveis, experiências de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e entregas de alimentos orgânicos em domicílio (Quadro 7 e 8).

Outra informação relevante, é que das 13 iniciativas mapeadas, 12 possuem certificação orgânica e uma não possui certificação formal, baseando-se na garantia dos vínculos de proximidade e confiança com os consumidores. Dessas, 11 contam com a SPG da Rede Ecovida e apenas 01 é certificada por auditoria, expressando a abrangência da Rede Ecovida no território.

A pesquisa revelou a presença de cinco características semelhantes entre a maioria das iniciativas, sendo estas: 1) relação direta entre agricultores e consumidores, sem intermediários ou com no máximo um elo; 2) pedido antecipado e comunicação realizada via internet (*WhatsApp*, e-mail, sites); 3) oferta de alimentos orgânicos e agroecológicos variando o tipo de certificação (SPG Rede Ecovida e Auditoria); 4) entrega e distribuição dos alimentos realizada em um único local comum aos consumidores ou domiciliar a consumidores residentes em Florianópolis, em data e horário combinado entre as partes

anteriormente; e 5) modelos de cestas podendo ser de fechadas ou abertas – havendo a opção de pedidos extras.

Quadro 5 - Resumo do mapeamento das iniciativas de VDPA com entrega em Florianópolis-SC em 2018

	Nome da experiência de VDPA	Ano de início da iniciativa	N. pedidos semanais	N. famílias agricultoras fornecedoras	Meio de comunicação para pedidos etc.
01	Cestas Vivas	2003	80	4	WhatsApp, Facebook, e-mail
02	CCR SOCIESC	2017	8	12	WhatsApp
03	CSA	2016	22	1	
04	Compras Coletivas	2017	87	3	WhatsApp
05	CCR UFSC Trindade	Nov. 2017	100	14	WhatsApp
06	CCR Estreito	Nov. 2017	9	14	?
07	**CCR E-Faz	Mar. 2018	27	14	WhatsApp
08	CCR CCA	Out. 2018	13	12	WhatsApp
09	***CCC Co- working	2018	30	1	WhatsApp
10	CCR Capoeiras	2018	9	6	WhatsApp
11	CCR Centro	2018	13	11	WhatsApp
12	CCR Saúde	2018	30	12	WhatsApp
13	Célula Comuna Amarildo - MST	2018	20	7	WhatsApp

** Célula de Consumidores responsáveis Escola da Fazenda; ***Célula de Consumidores Responsáveis centro de Ciências Agrárias; ****Célula de Consumo Consciente *Co-working*.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Quadro 6 - Resumo das informações complementares sobre iniciativas VDPA com ponto de entrega em Florianópolis-SC

	Nome da experiência de VDPA	Modelo de cesta	Quem organiza a gestão dos pedidos e entrega	Forma de entrega	Frequência	N. de pontos de entrega
01	Cestas vivas	Fechada	Agricultores	Direta	Semanal	5
02	CCR SOCIESEC	Fechada	Agricultores na Gestão	Direta	Semanal	1
03	CSA	Fechada	Núcleo coordenador de consumidores	Direta	Semanal e quinzenal	2
04	Compras Coletivas	Aberta	Consumidores na gestão		Livre	1
05	CCR UFSC-Trindade	Fechada	Equipe de colaboração e voluntariado consumidores	Direta	Semanal e quinzenal	1
06	CCR Estreito	Fechada	Consumidores	Direta	Semanal	1
07	**CCR E-Faz	Fechada	Equipe de colaboração dos consumidores	Direta	Semanal	1
08	***CCR CCA	Fechada	Agricultores	Direta	Semanal	1
09	****CCC Co-working	Fechada	Tercerizado	Direta	Semanal ou mensal	1
10	CCR Capoeiras	Fechada	Agricultores	Direta	Semanal	1
11	CCR Centro	Fechada	Equipe de colaboração consumidores	Direta	Semanal	1
12	CCR Saúde	Fechada	Agricultores	Direta	Semanal	1
13	Célula Comuna Amarelo - MST	Fechada	Agricultores	Direta	Semanal	2

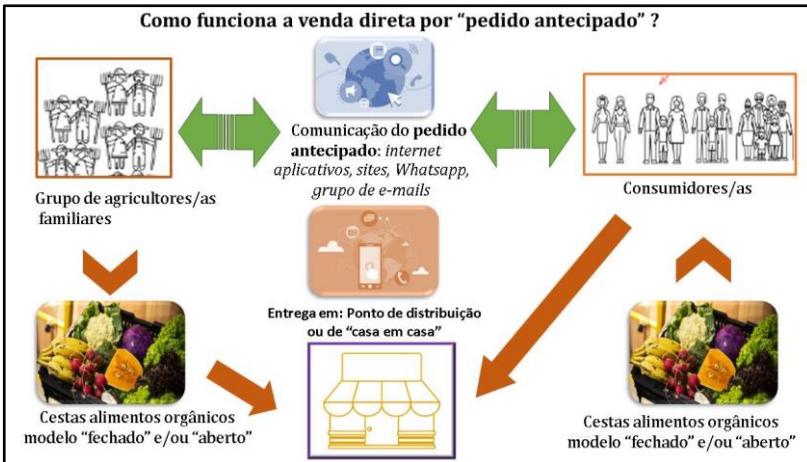
** Célula de Consumidores responsáveis Escola da Fazenda; ***Célula de Consumidores Responsáveis centro de Ciências Agrárias****Célula de Consumo Consciente *Co-working*.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

5.1.1 Arranjos organizacionais

Os arranjos organizacionais das iniciativas mapeadas estruturam-se a partir da venda direta por pedido antecipado (VDPA) de alimentos orgânicos/agroecológicos (Figura 4). Ou seja, estes funcionam a partir da articulação direta entre agricultores e consumidores por meio do uso da tecnologia (internet), sendo que os pedidos são realizados antecipadamente e a venda de modelos de cestas de alimentos orgânicos/agroecológicos é direta, sendo elas entregues, conforme a iniciativa, em pontos de partilha comuns aos consumidores ou em domicílio.

Figura 4 - Ilustração sobre como funciona o arranjo de venda direta por pedido antecipado (VDPA)



Fonte: LACAF (2018).

Este arranjo organizacional por meio dos pedidos antecipados propicia aos agricultores a possibilidade de realizarem o planejamento de produção e da logística associada à demanda. Desse modo, ele difere-se do modelo das feiras, por haver uma diminuição dos riscos de perdas, e a redução de tempo disponibilizado para a venda. Nesse sentido, o pedido antecipado permite aos agricultores a garantia da venda, pois “só se colhe o que está vendido” (Entrevistado, 05). Ou seja, a informação de quais produtos e quais as quantidades que serão vendidas ocorre antes mesmo da colheita. Já para os consumidores, este arranjo confere uma maior comodidade e acessibilidade ao adquirir alimentos saudáveis, sazonais e

da agrobiodiversidade em locais comuns, sendo a internet (geralmente utilizando o aplicativo *WhatsApp*), uma ferramenta de fácil acesso e gratuita, que estrutura a comunicação e operacionalização das iniciativas.

Na maioria dos arranjos organizacionais mapeados, são comercializadas hortaliças *in natura* e em alguns aparecem alimentos secos (farinhas e grãos). Sobre a forma como os alimentos são ofertados, pode-se destacar duas opções: as “cestas abertas”, sendo o modelo em que os agricultores ou gestores enviam uma lista prévia com os alimentos a serem ofertados e os valores, e os consumidores escolhem quais itens irão compor a sua cesta; e as “cestas fechadas”, que referem-se aos modelos em que os consumidores não escolhem quais tipos de alimentos irão compor a cesta previamente, pois eles variam conforme a sazonalidade na produção agroecológica.

Dentre as iniciativas mapeadas, as cestas fechadas podem ser organizadas a partir de acordos prévios sobre a diversidade de alimentos que irão compô-las, existindo acordos referentes à quantidade e diversidade de itens fixos (tubérculos, folhosas, raízes, frutas, legumes, temperos e chás), e o que irá variar serão os tipos destes itens (ex.: tipo de folhosa: alface roxa, lisa, couve; tubérculo: batata-doce, yacon; raízes: cenoura, aipim; frutas: banana, morango, laranja etc.), conforme a sazonalidade e diversidade produtiva das famílias agricultoras (Figura 5). Estes são os casos das iniciativas vinculadas às Cestas Vivas, CSA e CCR. Um segundo caso trata de um acordo prévio que define que a diversidade de itens que irão compor as cestas é variável, não sendo acordado previamente. Desta forma, há uma variação de itens e tipos conforme a disponibilidade e sazonalidade das famílias agricultoras. Este é o caso da Célula de Consumo Consciente no Sul da Ilha (ex.: não vem sempre folhosa, ou sempre tubérculos, raízes etc.).

Quando relacionamos a frequência de pedido das cestas, peso, valores e formas de pagamento, encontramos dois tipos de arranjos: i) cestas fechadas, com frequência semanal ou quinzenal, com peso e valores fixos referentes a 4 entregas, ou seja, os consumidores pagam um mês antecipadamente, por meio de transferência bancária entre contas correntes (Cestas Vivas, CCR, CSA); e ii) cestas abertas, com frequência que varia conforme o pedido, com valores variáveis conforme o pedido e pagamento realizado via depósito ou no momento da entrega (Compras Coletivas).

Após a realização dos pedidos antecipados, os agricultores colhem os alimentos e preparam os produtos “já vendidos”, para assim realizarem as entregas em data e hora combinada anteriormente. Outro aspecto relevante é a forma de distribuição e entrega dos alimentos. As entregas

são realizadas diretamente pelos agricultores, neste caso configuram-se como VDPA. Nesse sentido, destaca-se a diminuição significativa do número de intermediários nestes arranjos, quando em comparação às cadeias longas. Nas 13 iniciativas apresentadas nos Quadros 7 e 8, são os próprios agricultores que realizam a distribuição e as entregas, configurando-se como a venda direta. Este fato permite a facilitação da logística e a redução dos custos. Os pontos de entregas variam em número (Quadro 8), sendo que os locais são previamente acordados entre agricultores e consumidores, podendo ser: a) em locais comuns aos consumidores, tais como, escolas, casas de consumidores, associações de bairro, universidade, e/ou locais de fácil acesso; ou b) entregas em domicílio.

Figura 5 - Exemplo lista de produtos ofertados semanalmente na CCR UFSC-Trindade

15º CICLO - 1ª/4 SEMANA - 60ª SEMANA TOTAL - Data: 17 01 2019		
TIPO DE PRODUTO	CESTA PEQUENA	CESTA GRANDE
Folhosa1:	Alface und	Alface und
Folhosa2:	Ameirão roxo+couve mç	Ameirão roxo+couve mç
Folhosa3:		Brócolis und
Folhosa4:		
Fruta1:	Pêra d'água 750g	Pêra d'água 1kg
Fruta2:		
Legume1:	Tomate 500g	Tomate 750g
Legume2:	Vagem 300g	Vagem 500g
Legume3:	Berinjela und 300/350g	Berinjela 1kg
Legume4:	Pepino salada 550g	Pepino salada 500g
Raiz/Tubérculo1:	Aipim 1kg	Aipim 1,5kg
Raiz/Tubérculo1:		Batata inglesa 500g
Tempero/chá1:	Cebolinha+salsinha mç	Cebolinha+salsinha mç
Tempero/chá2:		Alho branco 100g
Extra/grãos:	Feijão adzuki 500g	Feijão adzuki 1kg
Sub-total 1:	R\$ 29,00	R\$ 53,00
	R\$ 29,00	R\$ 53,00
OBS: Poderá haver substituição.		
<small>Essas informações são indicativas podendo ter alterações na hora da montagem das cestas.</small>		

Fonte: Grupo *WhatsApp* “Célula de Consumo UFSC” (2019).

Nessa perspectiva, todas as 13 iniciativas de VDPA realizam as entregas em locais comuns aos consumidores. Portanto, aponta-se para um fator presente nos arranjos de VDPA: a acessibilidade, tanto econômica, quanto logística. Nesse sentido, a articulação direta entre agricultores e consumidores, sem intermediários, permite “aos

consumidores um acesso facilitado (preço menor) a produtos de qualidade” (DAROLT, 2013, p. 160). Já a acessibilidade logística é um elemento central que configura praticidade e comodidade aos consumidores, possibilitando a aquisição de alimentos orgânicos/agroecológicos, perto ou em seu ambiente de trabalho, escola, universidade ou até mesmo em sua moradia. Além de reduzir os custos de logística, isso também facilita para os agricultores, pois ao operarem em um ponto de entrega, estes disponibilizam de menos tempo em suas rotinas para a comercialização presencial.

Ao analisar estas iniciativas de VDPA em Florianópolis-SC, observa-se que, apesar de compartilharem características comuns, elas possuem diferenças em seus arranjos organizacionais e modelos de funcionamento. Tal fato expressa o potencial inovador que este circuito de comercialização tem a explorar, quando levamos em consideração: (i) a forma de pedido; (ii) a comunicação entre os membros envolvidos; (iii) a organização dos alimentos (cestas fechadas ou abertas); e (iv) a distribuição, entrega e pagamento. Ademais, há as interações que reconfiguram as relações sociais preexistentes, como contato direto entre agricultores e consumidores, consumidores com outros consumidores, além da articulação entre famílias agricultoras.

Destaca-se que 12 das 13 iniciativas possuem de 01 a 03 anos de desenvolvimento (2016 a 2018). Esta informação retrata o crescimento e a expansão recente no número de iniciativas. Identificou-se que as iniciativas mapeadas, no total, envolvem mais de 57 famílias agricultoras e cerca de 448 cestas comercializadas. Estas informações auxiliam para demonstrar o potencial de replicação destas, atribuindo-lhe sucesso por integrar cada vez mais pessoas em distintos contextos e com arranjos organizacionais próprios para cada realidade.

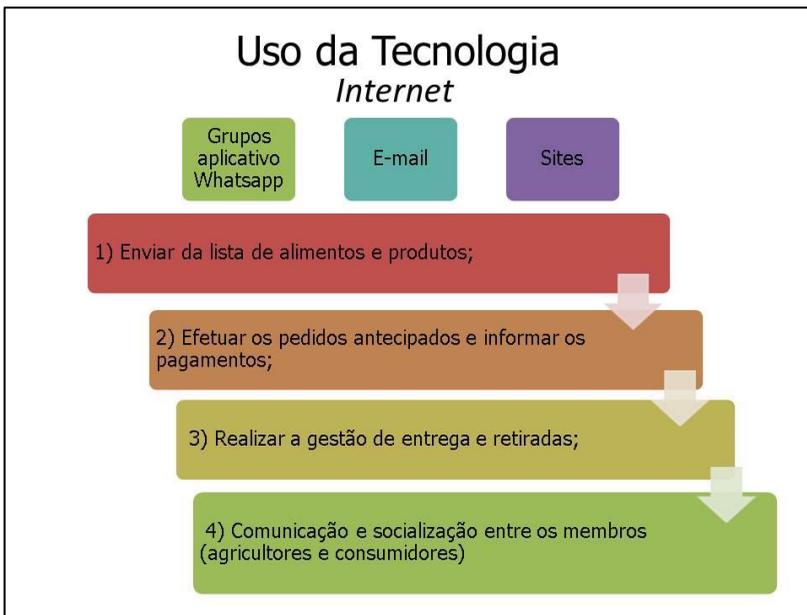
No caso deste estudo, em todas as iniciativas a internet é uma ferramenta-chave de comunicação para a organização, ressaltando-se que as 13 iniciativas utilizam a internet como uma ferramenta estruturante. Os meios mais utilizados são: *WhatsApp*, e-mails e sites específicos para compra e venda. Desta forma, os canais de comunicação citados permitem que os grupos possam administrar (pelo menos quatro) atividades essenciais para o andamento das iniciativas (Figura 6).

Destaca-se, dentre as ferramentas, o uso do aplicativo *WhatsApp*¹⁰. Esta ferramenta é um software de uso aberto (*download* e uso gratuito) e

¹⁰ *WhatsApp*: é um software com marca registrada, para *smartphones* utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão com a internet (WHATSAPP, 2018).

representa um meio importante para a socialização entre os consumidores e agricultores, sendo que os consumidores utilizam-na também para propiciar a troca de receitas, saberes e curiosidades sobre os alimentos recebidos, além de compartilharem informações e notícias sobre os temas relacionados à alimentação saudável, agricultura orgânica, agroecologia etc. Já para os agricultores, a ferramenta representa um potencial inovador para troca de informações sobre o planejamento da produção e logísticas.

Figura 6 - Ilustração uso da tecnologia e ferramentas utilizadas nas iniciativas de VDPA mapeadas em Florianópolis-SC



Fonte: elaborada pela autora (2019).

A partir destas iniciativas, pode-se constatar que o uso da tecnologia aproxima realidades antes distantes na cadeia agroalimentar (agricultores e consumidores) em torno de acordos e arranjos entre produção e consumo, propiciando a organização e operacionalização da maior parte das iniciativas, apresentando-se como uma IS destes arranjos.

Entretanto, estes meios também possuem suas limitações. Ao utilizá-los pode ocorrer a dificuldade de acesso a eles, bem como a presença de confusões e conflitos devido ao excesso de mensagens/informações compartilhadas. Brunori et al. (2012, p. 11), em

seus estudos sobre os GAS na Itália, afirmam que “os membros do grupo da Internet interagem em uma troca diária e intensa de e-mails e isso, em parte, equilibra a baixa participação nas reuniões presenciais e atividades”. Também foram descritos problemas por parte dos agricultores envolvidos nestas iniciativas de VDPA, associados às dificuldades de operacionalização dos pedidos, podendo demandar muito tempo e trabalho para ambos, consumidores e agricultores, dificultando assim a operacionalização e a boa gestão da proposta.

Contudo, para estar inserido nestes arranjos, os atores sociais envolvidos (tanto os agricultores quanto consumidores), além de terem acesso à internet e a estas tecnologias (*WhatsApp*, e-mail, sites), necessitam gerenciá-las adequadamente.

5.1.2 Participação coletiva na promoção de uma RCA em Florianópolis-SC

Ao considerarmos que as experiências mapeadas visam aproximar quem produz e quem consome (proximidade geográfica e relacional), por meio da reconfiguração das relações sociais e novas alianças entre os atores envolvidos. Corroborando estudos de Rossi e Brunori (2017) as seguintes interações foram observadas nas iniciativas mapeadas: i) entre consumidores e agricultores; ii) entre consumidores e outros consumidores; iii) entre agricultores e outros agricultores; e iv) entre agricultores e consumidores com redes parceiras (ONGs, Universidades).

São promovidos diversos momentos que propiciam um maior envolvimento e participação ativa dos agricultores e consumidores. Estes momentos podem ser: reuniões de construção e avaliação, oficinas, visitas a propriedades e mutirões. Todos podem vir a potencializar processos de aprendizagem coletiva, construção de laços de confiança e solidariedade. Desta forma, 12 das 13 iniciativas promovem ou tem o objetivo de promover esses momentos de formação de laços de proximidade entre consumidores e agricultores.

Ao chamar atenção para a participação coletiva, de forma geral, a gestão das iniciativas mapeadas varia conforme a colaboração, divisão de responsabilidades e envolvimento entre agricultores e consumidores, tendo em vista que os consumidores podem cumprir um papel central na criação, desenvolvimento, ampliação e manutenção destas iniciativas.

Nesse cenário, os consumidores de Florianópolis-SC que integram as iniciativas mapeadas organizam-se de três formas: 1) **Coprodutores**: são consumidores(as) que auxiliam na reprodução social e econômica dos agricultores que fazem parte, além de realizarem visitas e mutirões, como

por exemplo, no caso da CSA; 2) **Grupo de colaboração**: são consumidores(as) que estão em processo de co-responsabilização e dispõem-se a auxiliar voluntariamente na comunicação entre consumidores(as) e agricultores(as), na mediação de conflitos, gestão da partilha e na organização de reuniões, oficinas e visitas às propriedades; e 3) **Modelos em que os próprios agricultores(as) assumem a gestão**: não havendo nenhuma forma de organização por parte dos consumidores(as), apenas o compromisso de compra e venda.

De acordo com as formas de organização, permite-se observar (pelo menos três) perfis de consumidores, sendo eles: i) consumidores dispostos a participar ativamente das iniciativas, comprometendo-se com atividades logísticas e organizacionais, bem como na sua permanência mínima nas iniciativas (de 4 a 6 meses); ii) consumidores em processo de transição, nos casos em que a adoção da iniciativa transforma-se em uma oportunidade de atuar de maneira mais ativa na cadeia e obter uma relação mais próxima com agricultores; e iii) grupo e consumidores que não assumem responsabilidades na cadeia. Desta forma, percebe-se um envolvimento ativo por parte de alguns consumidores, os quais assumem responsabilidades com a autogestão da iniciativa. Este fato demonstra como papel do consumidor ao engajar-se em dinâmicas de gestão, propiciando novas formas de governança alimentar. Dessa forma, evidencia-se a ampliação da democracia alimentar no contexto de uma RCA.

Porém, faz-se importante ressaltar que existem problemas na execução da participação ativa e coletiva dos consumidores. Inúmeros motivos foram elencados pelos entrevistados para isto, sendo mais citada a falta de disponibilidade de tempo e, por vezes, de interesse, por parte dos consumidores, que possuem dificuldade em assumir algumas tarefas para manter as iniciativas ativas. Além disso, pode acontecer o engajamento de poucos membros e a consequente concentração de atividades e responsabilidades, o que limita a eficiência dos processos de participação e de aprendizagem coletiva.

Entretanto, as VDPA, assim como os GAS na Itália, inserem-se em uma “complexidade de processos envolvidos na ativação dos modelos inovadores” (ROSSI; BRUNORI, 2017, p. 98). Dentre os desafios destes arranjos, aparece a construção e consolidação de novas práticas de produção, abastecimento, comercialização e consumo agroalimentar.

Percebe-se, também, que as iniciativas partem de motivações de atores sociais distintos e/ou por meio da articulação destes. A primeira motivação observada parte das próprias famílias agricultoras e suas organizações: necessidade de acesso a novos mercados que permitam

certa autonomia e garantia de renda, e acesso à cadeia de distribuição sem a necessidade de intermediários, como é o caso da iniciativa das Cestas Vivas.

A segunda motivação encontrada está relacionada ao vínculo destes grupos de famílias agricultoras com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especificamente do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC). Este auxilia na estruturação, manutenção e desenvolvimento do projeto das Células de Consumidores Responsáveis (CCR). Atualmente, são 08 experiências espalhadas em Florianópolis, que articulam mais de 55 famílias vinculadas à Rede Ecovida, sendo que cada grupo de agricultores tem responsabilidade de abastecer entre 01 e 03 CCR. Já a terceira motivação considera o papel transformador dos consumidores(as) e a ressignificação dos padrões de consumo, dentro de uma perspectiva de coprodução e auto-organização dos grupos, como é o caso do grupo Compras Coletivas, CSA e processo de co-responsabilização da CCR.

Quando perguntados sobre as oportunidades e desafios referentes às iniciativas de VDPA (Quadro 9), as respostas corroboram estudos realizados por Darolt (2013) e Mascarenhas et al. (2014), sendo que um dos principais diferenciais elencados como oportunidade é a ampliação da produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos de forma direta, em um volume de vendas garantido. Tais arranjos de VDPA surgem como uma alternativa às feiras e à comercialização com intermediários. Nessa perspectiva, propicia-se o contato direto com os consumidores, promovendo, assim, relações de proximidade entre quem produz e quem consome, e um mercado garantido que permite uma maior autonomia para os agricultores familiares envolvidos.

Entretanto, foram apontados pelos agricultores alguns desafios referentes à escassez de mão de obra para produção orgânica/agroecológica; e à dificuldade para suprir regularidade da oferta, qualidade e diversidade de alimentos oferecidos. Desse modo, para suprir a crescente demanda deve-se estimular que cada vez mais famílias se engajem nos processos de produção, buscando estratégias de planejamento, produção e logística para venda antecipada.

Ademais, observa-se um aspecto central nos desafios da auto-organização dos grupos, relacionado à disponibilidade e engajamento dos consumidores, mesmo havendo o envolvimento dos consumidores em diversas iniciativas (equipes de coordenação, gestão e voluntários). As iniciativas ainda encontram dificuldades na participação ativa por parte dos consumidores, pois em 06 das 10 respostas os entrevistados afirmam

não contarem com tempo disponível ou interesse auxiliar na operacionalização da comunicação, logísticas de entregas, bem como na participação ativa em reuniões, visitas e mutirões.

Quadro 7 - Relação das oportunidades e dos desafios das iniciativas de VDPA mapeadas em Florianópolis-SC

Oportunidades	Desafios
Ampliação da produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos	Escassez de mão de obra para suprir a demanda de diversidade, qualidade e regularidade de alimentos
Comercialização direta representa uma alternativa à feira e a intermediários	Compra regular das cestas abertas e ajuste dia e horário de entregas comum a todos os envolvidos
Existência de um potencial da venda antecipada e garantida	Engajamento e participação dos consumidores
Criação de vínculos e relações próximas entre agricultores e consumidores	Dificuldade de transporte e organização de logísticas

Fonte: elaborado pela autora de acordo com as respostas do questionário on-line (2018).

No entanto, como revela a literatura sobre RCA, as iniciativas de VDPA mapeadas se confirmam como arranjos que promovem a participação social e coletiva, bem como a reconfiguração das relações sociais entre agricultores e consumidores; e entre consumidores e consumidores. Além de estimular um maior engajamento dos consumidores em diferentes formas de auto-organização da cadeia de abastecimento de alimentos em Florianópolis-SC, ampliando, assim, a democracia alimentar por meio de novas formas de governança. Contudo, as formas de VDPA mapeadas são arranjos que configuram elementos de RCA e que constroem espaços de interação e aprendizado entre agricultores e consumidores.

5.1.3 Contribuição para expansão da agroecologia nos territórios

Ao questionar sobre as formas de participação dos consumidores e agricultores nestas iniciativas, percebe-se que a participação coletiva é realizada a partir de diversas atividades. Entre os agricultores, temos as seguintes atividades: a) organização da produção; b) montagem das

cestas; e c) resolução de aspectos administrativos e de planejamento. Estes momentos podem ser realizados presencialmente ou via internet nos grupos de *WhatsApp*. Para, além disso, os consumidores também engajam-se a partir da gestão da iniciativa, havendo momentos de: a) organização; b) planejamento de atividades; e de c) sociabilidade. Estes também podem ser realizados via internet e/ou presencialmente nos dias de retirada e partilha das cestas, reuniões de avaliação, mutirões e visitas às propriedades familiares no meio rural. Neste sentido, ressalta-se que a participação coletiva está diretamente associada à valorização do local. Visto que, das 13 iniciativas, 12 tem a intenção de promover visitas e/ou mutirões nas propriedades, com o objetivo de estimular o engajamento e a aproximação entre consumidores e agricultores. Ressalta-se a importância das visitas e mutirões, pois estes são oportunidades para que os consumidores conheçam as realidades das famílias agricultoras, bem como as formas de produção agroecológica, permitindo o conhecimento sobre “onde e como” os alimentos que eles consomem são produzidos. Nestes momentos, os consumidores têm a oportunidade de aproximação com o meio rural, valorizando sua cultura, paisagem e identidade. Além disso, a sensibilização ocorre por meio da troca de saberes e do contato com a natureza. É a partir deste conjunto de elementos que podem ser construídos vínculos de confiança e solidariedade entre agricultores e consumidores.

Logo, quando observamos, sob o ponto de vista de acesso a mercados, estes arranjos de VDPA expressam um mercado muito novo no território e com visível proliferação e crescimento em Florianópolis-SC. Isto pode ser demonstrado em números, apresentando os dados do mapeamento, ocorrido de abril de 2017 até março de 2018, de apenas 07 iniciativas de VDPA em Florianópolis, no entanto, já em dezembro de 2018 o número cresceu para 13 iniciativas mapeadas. Este é um mercado inovador, que permite a venda direta (sem intermediários) e garantida (pedido antecipado) aos agricultores, facilitando o escoamento da produção, permitindo o seu planejamento. Outro aspecto relevante das formas de VDPA mapeadas, é a possibilidade de fidelização dos consumidores, bem como a ampliação de contatos para criação de novos mercados em Florianópolis-SC, como varejo, restaurantes e outros pontos de entrega. Para os consumidores, o acesso às VDPA pode promover mudanças nos hábitos alimentares, ao propiciar o consumo de alimentos sazonais e orgânicos de forma regular.

Relacionado a esse ponto, dentre as iniciativas que trabalham com cestas abertas, destacou-se a dificuldade da regularidade de compra, por parte dos consumidores, em relação à frequência, valores e volume de

alimentos comercializados. Logo destaca-se um aspecto positivo do modelo de cestas fechadas que é a venda de alimentos sazonais com o volume garantido, frequência regular (semanal, quinzenal ou mensal) e geralmente a preços fixos. Sendo assim, a adoção deste arranjo pode estimular a diversificação da produção por parte dos agricultores. Este é um aspecto importante das formas de VDPA para contribuição da expansão da agroecologia nos territórios. Pois ao vender alimentos e produtos sazonais (da época) os agricultores passam a respeitar os ciclos da natureza e preservar e/ou aumentar a agrobiodiversidade das unidades produtivas. De forma geral, são comercializadas espécies antes desconhecidas pelos consumidores, como as plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Destaca-se, portanto, a preservação da agrobiodiversidade por meio da comercialização de alimentos sazonais, bem como a consequente oportunidade de ampliar a base alimentar dos consumidores.

A partir desta análise, evidencia-se que, para possibilitar a efetivação destes arranjos de VDPA, faz-se necessária a articulação de diferentes grupos, sendo estes grupos formados por agricultores familiares, instituições e organizações de consumidores interessados e dispostos a engajar-se em processos de mudanças de práticas de produção e de consumo. Confirmam-se, assim, os estudos de Renting et al. (2012) e Rosset e Altieri (2017), indicadores de que a adoção de mudanças nas práticas de produção e consumo, em mercados locais, há um redesenho transformador no abastecimento de alimentos nos centros populosos. Nessa perspectiva, tais iniciativas de VDPA, apresentam-se como modelos potenciais de resistência às lógicas dominantes do sistema agroalimentar hegemônico, contribuindo com processos de ampliação de democracia alimentar. Por fim, estas experiências de VDPA têm tecido uma RCA e práticas agroecológicas em torno da produção, abastecimento e consumo de alimentos em Florianópolis-SC, pois, a partir de suas ações, redesenham os padrões de produção, comercialização/abastecimento e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos na capital.

Contudo, nesta seção analisaram-se os elementos que contribuem para a expansão da agroecologia e configuração de redes de civismo agroalimentar (RCA) nos territórios de atuação de formas VDPA de alimentos orgânicos/agroecológicos entregues em Florianópolis-SC. Na próxima seção, iremos apresentar o estudo de caso da Célula de Consumidores Responsáveis abastecida pelo grupo de agricultores AGRODEA, cujo ponto de entrega encontra-se no Campus Trindade da UFSC (CCR UFSC-Trindade).

5.2 ESTUDO DE UM CASO ESPECÍFICO: A CÉLULA DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS NO CAMPUS TRINDADE DA UFSC

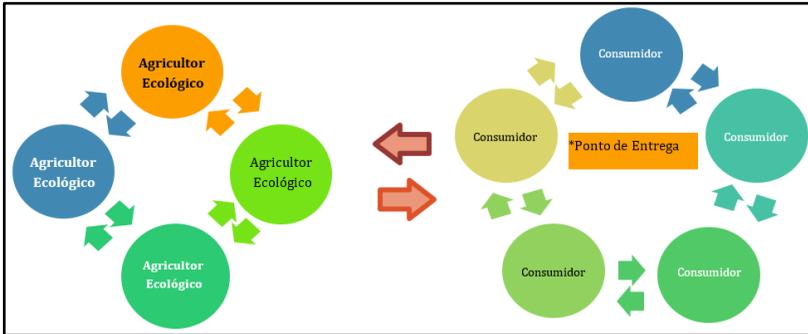
As CCR são arranjos de VDPA de alimentos orgânicos/agroecológicos que se estabelecem a partir da articulação entre grupos de agricultores e grupos de consumidores. Estes modelos buscam a viabilização de um mercado garantido aos agricultores, bem como a ampliação do acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos por parte dos consumidores. As CCR são construídas coletivamente, junto a agricultores familiares vinculados à Rede Ecovida e famílias de consumidores interessados na proposta, com mediação da equipe do LACAF-UFSC (LACAF, 2018).

A dinâmica de funcionamento das CCR se dá por meio da articulação de grupos de agricultores familiares com grupos de consumidores. Estes agricultores entregam alimentos orgânicos/agroecológicos semanalmente, em pontos de entrega comuns a todos os consumidores de uma mesma Célula (Figura 7). Esses pontos podem ser: locais de facilitado acesso aos consumidores, escolas, associações de bairro, Universidades, casas de consumidores etc.

O modelo das CCR responde à necessidade dos agricultores familiares em acessar mercados diretos associados à crescente demanda por este tipo de alimentos mais limpos e saudáveis. Nesse desenho, a figura do intermediário é eliminada da cadeia de abastecimento. Este fato garante uma melhor remuneração às famílias agricultoras e preços mais acessíveis aos consumidores, quando comparados aos praticados no varejo de produtos orgânicos. Além disso, ao obter um ponto de entrega único, este modelo permite atribuir praticidade, tanto aos consumidores quanto aos agricultores, pois possibilita aos consumidores adquirirem um alimento orgânico/agroecológico perto do seu ambiente de trabalho e/ou moradia. Para os agricultores, há uma redução do tempo utilizado para a comercialização, quando comparado à dedicação exigida nas feiras presenciais.

Desse modo, as CCR buscam aproximar as esferas de produção e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos por meio da relação direta produtor/consumidor. A inspiração das CCR parte de experiências já consolidadas na Itália (*Gruppi di Acquisto Solidale* - GAS) e outras modalidades de venda direta implementadas mundo afora. Tais iniciativas buscam promover a criação de novos arranjos de produção e consumo, com redução dos custos com transporte e com o tempo dedicado pelos agricultores à comercialização/entrega dos produtos.

Figura 7 - Ilustração dinâmica de funcionamento das Células de Consumidores Responsáveis



Fonte: LACAF (2017).

O principal objetivo das CCR é a construção de dinâmicas de aquisição e consumo ético/responsável, ampliando o abastecimento de produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar. Além disso, busca-se contribuir para a construção de uma Rede de Civismo Agroalimentar na Região Metropolitana de Florianópolis-SC (LACAF, 2018), em que coletivos em torno de alimentos orgânicos/agroecológicos promovem processos de ampliação e democratização do acesso a este tipo de alimento. Isto pode se dar por meio da ampliação do número de famílias consumidoras de tais produtos, ou na capacidade de articulação do processo de produção e abastecimento por parte dos próprios consumidores.

Faz-se importante elucidar qual a origem deste projeto das CCR, e quais as suas dimensões sociais, econômicas e culturais. O projeto das CCR possui duas fases de atuação: a primeira iniciou-se em novembro de 2016 e a segunda em novembro de 2017.

A primeira fase iniciou-se a partir da articulação do LACAF/UFSC e um grupo de 12 famílias agricultoras de Biguaçu-SC, que compõe o grupo Flor do Fruto da Rede Ecovida. Esta articulação deu-se por meio da criação de três CCR. Porém, o modelo de gestão organizacional empregado teve uma série de limitações e a desativação das experiências iniciais. A gestão organizacional das primeiras três CCR funcionava por meio da oferta semanal de uma lista de produtos (hortaliças, frutas, processados) em planilha *Excel*, disponibilizada via e-mail pelo grupo de agricultores para o grupo de consumidores, contendo os preços e a origem dos produtos. Após o envio, cada consumidor tinha dois dias para efetuar o seu pedido e retornar o e-mail ao grupo de agricultores. Com os pedidos

em mãos, os agricultores se articulavam, colhiam os produtos, organizavam e entregavam as cestas em um ponto de entrega previamente definido, local comum aos consumidores de uma mesma CCR. Numa das CCR, o tempo disponível para o recebimento dos produtos era limitado, variando de 15 a 30 minutos. Diante de alguns problemas organizacionais e de viabilidade econômica, enfrentando dificuldades na operacionalização desta sistemática, apresentando uma redução expressiva no número de entregas, as primeiras CCR foram desativadas.

A desativação deste modelo pode ter sido influenciada: i) pela dificuldade de operacionalizar os pedidos, o que demandava muito trabalho aos agricultores e aos consumidores (preenchimento planilha *Excel*, excesso de e-mails); ii) pela falta de engajamento dos consumidores que acarreta na falta de manutenção da iniciativa por parte deles; e iii) pelo reduzido intervalo de tempo disponibilizado aos consumidores para a retirada dos produtos nos pontos de entrega. Além desses três fatores, há um elemento central para a fragilização deste modelo, que foram os altos preços praticados pelo grupo de agricultores nesta fase.

Este grupo de agricultores encontra-se próximo do centro de consumo (29,2 km) e já realizava outras formas de venda direta, especialmente por meio de feiras. Nas feiras, eles têm estabelecidos preços alinhados aos da venda no varejo final aos consumidores de produtos orgânicos de Florianópolis, que são preços mais elevados. Quando eles propõem os mesmos preços aos consumidores das CCR, os quais não têm a oportunidade de escolha presencial dos produtos, verificamos que se gera um estímulo a que os consumidores prefiram adquirir seus alimentos em feiras e outras formas de venda no varejo, onde eles podem escolher visualmente seus produtos.

A partir dos aprendizados gerados na primeira fase, o LACAF trabalhou na elaboração de novos arranjos, para aprimorar e adaptar esse arranjo organizacional de VDPA e melhor se adequar aos desafios postos, de organização do processo comercial, de viabilização logística e de fidelização dos consumidores.

Na segunda fase do projeto das CCR, o projeto intitulado *Abastecimento de alimentos agroecológicos em cidades populosas: uma tecnologia social de venda direta com educação alimentar*, apoiado pelo CNPq, passa a fazer parte da proposta, com o objetivo de colaborar com a multiplicação e desenvolvimento das CCR. Sendo assim, em novembro de 2017 ocorreu a criação de uma CCR piloto, cujos pontos de entrega foram localizados no Campus da UFSC Trindade e no bairro Estreito – na casa de uma consumidora. Quando comparado ao modelo anterior das

CCR (primeira fase), este novo arranjo organizacional se destaca por ter três características fundamentais, a saber: i) o pedido e pagamento realizado antecipadamente, e comunicação por meio da internet; ii) acordo sobre a diversidade em tipos e peso dos alimentos e um valor fixo; e iii) disponibilização de dois modelos de cestas fechadas (pequena e grande). A cesta pequena é composta por aproximadamente 4,5 kg de alimentos e 09 itens, e a grande cerca 09 kg de alimentos e 13 itens. Os itens destas cestas variam de semana para semana, de acordo com a sazonalidade e planejamento da produção das famílias agricultoras. Ainda é disponibilizada uma lista de itens adicionais, com a finalidade de complementar os pedidos, conforme o interesse dos consumidores.

Por sua vez, o grupo de agricultores se compromete a disponibilizar semanalmente o peso e número mínimo de tipos de alimentos, a um preço fixo – visando à obtenção de preços justos e estáveis. Neste acordo, os consumidores aceitam a diversidade oferecida a cada semana, tendo os agricultores a garantia de que todas as cestas tenham folhosas, legumes, tubérculos, raízes, frutas, chás e temperos. Cabe aos consumidores realizarem o pagamento mensalmente via depósito bancário. O valor a ser pago corresponde a quatro cestas semanais (um ciclo que corresponde a um período entre o dia 10 de um mês até o dia 10 do mês seguinte, variando de 4 a 5 cestas) adquiridas ao longo de um mês. Quando efetivado o pagamento, o comprovante é enviado aos agricultores através da ferramenta de *WhatsApp*.

Este novo modelo trouxe uma diminuição de custos de logística, além de propiciar vendas garantidas aos agricultores. Uma inovação deste modelo é a existência de um termo de Responsabilidades Compartilhadas, no qual os envolvidos (consumidores e agricultores) assumem responsabilidades de que organizam em conjunto do processo de compra e venda. Entretanto, os itens do documento podem ser modificados, caso o coletivo de cada CCR reunido aprove as mudanças. Porém existem aspectos básicos para um bom funcionamento da CCR, tais como: a garantia da diversidade a ser produzida (pelos agricultores); e a retirada dos alimentos nos pontos de entrega (pelos consumidores).

Logo após a criação da CCR UFSC-Trindade (que iniciou com 27 pedidos) e da CCR Estreito (que iniciou com 08 pedidos), a partir da demanda dos próprios consumidores, criou-se uma terceira CCR, localizada em uma escola no sul da cidade de Florianópolis-SC, chamada CCR E-Faz. Estas três CCR são abastecidas pelo Grupo de Agricultores AGRODEA. Este é composto por 14 famílias ligadas à Rede Ecovida, da região do Alto Vale do Itajaí – SC (Imbuia, Vidal Ramos, Leoberto Leal e Ituporanga).

A partir de bons resultados obtidos com o novo modelo operado pelas CCR descritas (CCR UFSC-Trindade, CCR Estreito e CCR E-Faz), houve recentemente a reabertura da CCR anteriormente desativada, a CCR Sociesc. Esta é abastecida pelo grupo de agricultores vinculado a Rede Ecovida Flor do Fruto, composto por 12 famílias de Biguaçu-SC. Este grupo criou mais uma CCR, localizada no bairro Itacorubi em Florianópolis, dessa vez no Campus de Ciências Agrárias da UFSC, chamada de CCR CCA-UFSC.

Recentemente, no mês de outubro de 2018, foram criadas duas CCR abastecidas pelo Grupo da Associação de Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais (APAOC), composto por dez famílias de agricultores situadas no município de Chapadão do Lageado-SC. Elas são a CCR Capoeiras, no bairro Capoeiras em Florianópolis-SC e a CCR FETAESC¹¹. Ainda em novembro de 2018, foi criada a CCR Centro, em Florianópolis-SC, que é abastecida pelo grupo de agricultores Ilha Meimbipe, contando com 11 unidades produtivas dentro da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis-SC. Além dessas, está em processo de criação para abertura no início de 2019, uma CCR cujo ponto de entrega será localizado no Centro de Saúde da UFSC. Esta última CCR será atendida pelo grupo de produtores Associada, que conta com 13 famílias dos municípios de Major Gercino-SC e Nova Trento-SC.

É importante destacar o crescimento do número de cestas comercializadas desde o início de funcionamento do modelo até então. Em novembro de 2017 iniciou-se com 27 cestas¹² e em dezembro de 2018 havia aproximadamente 230 cestas semanais, compreendendo o conjunto das sete CCR em funcionamento descritas, dado que as cestas são consumidas em sua maioria por famílias ou grupos de pessoas, e não individualmente.

A replicação da iniciativa ocorre a partir das diferentes realidades e dá-se por meio da organização de outros grupos de agricultores da Rede Ecovida e consumidores interessados neste tipo de proposta em Florianópolis-SC. Desta forma, podemos constatar que o modelo de VDPA adotado pela CCR UFSC-Trindade é uma IS que obteve sucesso, pois ampliou sua abrangência ao longo do tempo, o que se reflete na multiplicação de 01 CCR (CCR UFSC-Trindade), para outras seis CCR

¹¹ FETAESC: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina.

¹² Entende-se que o número de cestas comercializadas abrange um número variável de consumidores beneficiados, sendo, na sua grande maioria, mais de 1.

(CCR Estreito, CCR E-Faz, CCR CCA-UFSC, CCR SOCIESC, CCR Capoeiras e CCR Centro), sendo que a CCR UFSC-Trindade, a CCR Estreito e CCR E-Faz são abastecidas pelo mesmo grupo, AGRODEA, e as demais por outros grupos de agricultores vinculados à Rede Ecovida.

Outras iniciativas foram criadas como replicações positivas, sendo elas: Célula de Consumo Consciente do *Co-working* no bairro do Rio Tavares em Florianópolis-SC e Célula de Consumo da Comuna Amarildo, assentamento do MST de Águas Mornas-SC. É importante destacar que o conjunto de modelos de VDPA (CCR e replicações) apresentado está em constante aperfeiçoamento e multiplicação. Nesse ponto, estes representam alternativas de comercialização inovadoras nos territórios.

5.2.1 Caracterização do grupo de agricultores (as) e consumidores (as) integrantes da CCR UFSC-Trindade

Para uma melhor compreensão do estudo de caso aprofundado, faz-se importante identificar quem são os agricultores (as) e consumidores (as) da CCR-UFSC Trindade. Primeiramente, apresentaremos as 14 famílias agricultoras que abastecem tal CCR e que integram o AGRODEA. Nesse sentido, no Quadro 5 estão apresentadas informações relevantes, tais como: localização, ano de certificação, número de pessoas ativas na propriedade, presença de produção paralela e tamanho da área.

O grupo AGRODEA, por meio das CCR UFSC-Trindade, obteve a oportunidade de produzir alimentos para abastecer diretamente os consumidores, viabilizando o escoamento regular da produção. No entanto, um aspecto fundamental da estruturação da iniciativa de abastecimento para as CCR e do seu modelo de venda direta por pedido antecipado, é a garantia de venda. Nesse arranjo “só se colhe o que está vendido” (relato de um agricultor do grupo AGRODEA). Tal garantia permite a ampliação da diversidade produtiva, com menores riscos de perda e o acesso a um mercado garantido, que demanda uma determinada diversidade, quantidade, regularidade. Isto permite um melhor planejamento da produção ao longo do tempo. Além disso, é uma oportunidade que potencializa o processo de transição agroecológica nas propriedades familiares, estimulando o investimento para a diversificação e o escoamento da produção.

Quadro 8 - Informações sobre famílias agricultoras do grupo AGRODEA, no Alto Vale do Itajaí-SC

Família Agricultora	Município	Ano da certificação	Número de pessoas ativas na produção orgânica	Produção paralela	Tamanho da área de produção orgânica (ha)
1	Imbuia	2013	1	Sim	0.4 ha
2	Vidal Ramos	2013	2	Não	9.3
3	Vidal Ramos	2016	2	Não	2.4
4	Imbuia	2012	2	Não	1.5
5	Imbuia	2014	2	Não	
6	Vidal Ramos	2013	2	Sim	2.2
7	Imbuia	2015	2	Não	2
8	Vidal Ramos	2015	2	Sim	1
9	Imbuia	2013	2	Não	5
10	Ituporanga	2016	2	Não	1
11	Imbuia	2017	2	Sim	0.6
12	Imbuia	2015	1	Sim	1
13	Imbuia	2013	1	Não	1
14	Leoberto Leal	2012	2	Não	6.05

Fonte: elaborado pela autora (2018) com base na análise de documentos do grupo AGRODEA (2017).

Da parte dos consumidores da CCR UFSC-Trindade, foi possível coletar informações apenas dos que responderam ao questionário on-line, dessa forma, compreendemos que se trata de uma amostra que não corresponde ao total do grupo de consumidores, que, por sua vez, varia em números mensalmente. No Quadro 6, pode-se observar que 81,6% dos respondentes correspondem ao gênero feminino. De modo geral, as mulheres cumprem um papel social significativo na alimentação, sendo responsáveis pela manipulação dos alimentos e preocupação pela saúde da família e causas ambientais.

Quadro 9 - Gênero, faixa etária e estado civil dos consumidores da CCR UFSC-Trindade

Variável	Resposta	Frequência de respostas, <i>n=38</i>
Gênero (feminino/masculino)	Feminino	31
	Masculino	7
Faixa etária (anos)	17-25 anos	4
	26-35 anos	12
	36-60 anos	19
	61 anos ou +	3
Estado civil	Casada ou união estável	25
	Solteiro (a)	10
	Divorciado (a)	2
	Viúvo (a)	1

Fonte: elaborado pela autora (2017) com base nos resultados dos questionários on-line LACAF (2018).

A metade dos respondentes encontra-se na faixa etária dos 36 aos 60 anos, consumidores(as) adultos, sendo que 65% deles vivem em união estável, ou seja, constituem uma família. Buscou-se compreender a ocupação e o perfil socioeconômico dos consumidores (as), sendo que de 23 respondentes, 52,2% atua profissionalmente em instituições públicas, seguido de 30,4% que são estudantes universitários. Além disso, destacamos que 86,9% dos consumidores da CCR-UFSC Trindade cursa ou já cursou a pós-graduação. Dado que pode ser explicado pelo fato de que o ponto de entrega da Célula encontrar-se dentro de um campus universitário. Já o ganho salarial entre os consumidores é bastante diverso, transitando por diferentes classes sociais. Porém, observa-se que a maioria deles possuem renda superior a cinco salários mínimos por família. Em breve será apresentado como estes dados foram coletados, seus procedimentos e sistematização, bem como a forma de análise dos mesmos.

5.2.2 Arranjo organizacional da CCR UFSC-Trindade: uso da tecnologia aproximando agricultores e consumidores em RCA

Assim como outros grupos de consumo mundo afora (BRUNORI et al., 2012; PREISS, 2017), a CCR UFSC-Trindade opera a sua comunicação por meio da internet, sendo o uso da tecnologia uma das inovações estruturantes da iniciativa, especialmente pelo uso do aplicativo *WhatsApp*. É por meio deste que são promovidas dinâmicas de compra venda, operacionalização dos pedidos e pagamentos. Além disso, é via *WhatsApp*, como já citado anteriormente, que ocorre a socialização entre os atores envolvidos.

Nesse cenário, o uso da tecnologia, propicia a construção de vínculos de proximidade entre os agricultores e consumidores, que antes encontravam-se distantes (geográfica, relacional e cognitivamente). Nesse aspecto, o uso da tecnologia (internet), permite a reconfiguração das relações sociais preexistentes, o que torna a interação direta entre os membros nos grupos de *WhatsApp* de forma ativa e coletiva. Nesse sentido, pode-se considerar que a internet transformou a comunicação entre as dimensões de produção e consumo, aproximando: consumidores de agricultores; agricultores de agricultores; e agricultores de consumidores.

A CCR UFSC-Trindade destaca-se pela existência de três grupos neste aplicativo, e cada um possui um propósito e membros com distintas necessidades nas dinâmicas da CCR. No primeiro, chamado “Célula de Consumo UFSC”, os consumidores estão em contato com um membro da coordenação do grupo de agricultores – que possui um papel central na operacionalização do arranjo. Desse modo, neste local são difundidas as informações relevantes sobre a gestão da CCR e das cestas entregues semanalmente (Figura 8). Neste grupo, é realizada a recepção de novos consumidores, com instruções sobre o uso do grupo e gestão das escalas de consumidores nas partilhas/entregas. Além disso, ocorre a socialização de troca de receitas sobre os alimentos adquiridos e informações sobre consumo politizado, alimentação saudável, orgânica e agroecologia. Desta forma, neste grupo de *WhatsApp* protagonizam (pelo menos) três dinâmicas principais: i) as comerciais (oferta e demanda de produtos adicionais); ii) a organização e gestão da escala de voluntários para a partilha¹³; e iii) a socialização de receitas.

¹³ Partilha: momento (período com dia e horário pré-definido) em que os consumidores vão retirar suas cestas de alimentos orgânicos/agroecológicos

Figura 8 - Atribuições dos grupos do aplicativo *WhatsApp* para os integrantes da CCR UFSC-Trindade



Fonte: elaborada pela autora (2018).

É importante ressaltar que a inserção nesse grupo pode propiciar experiências das mais diversas, dependendo da intenção e tempo de engajamento dedicado a ele. Nesse aspecto, como afirmam Rossi e Brunori (2017, p. 23), essas interações estabelecem “a criação de novos comportamentos e convicções”, havendo o “compartilhamento de conhecimentos e princípios” e fortalecimento das identidades individuais e coletivas.

Mais recentemente, dado alguns conflitos (ideológicos, excesso de mensagens, dificuldade de acompanhar as conversas) presentes neste grupo geral “Célula de Consumo UFSC” (atualmente com 149 participantes), criou-se como estratégia a utilização de uma “linha de transmissão”. Esta metodologia atribui a coordenação o envio de mensagens a um grupo de consumidores, porém a diferença é que os consumidores recebem as mensagens individualmente.

O terceiro grupo é integrado apenas pelas famílias agricultoras do grupo AGRODEA. Nesse grupo, chamado ‘AGRODEA’, há uma troca

semanalmente, no ponto de entrega comum a todos os consumidores (Universidade, escola, empresa).

intensa de mensagens, que incluem as dinâmicas semanais de organização da produção, colheita e oferta de alimentos que estarão disponíveis para a entrega da semana. Para os membros do grupo, houve uma mudança estrutural na sua comunicação, pois muitos não utilizavam este meio de comunicação e passaram a utilizá-lo após iniciarem o abastecimento da CCR. Ao passo que também há troca de informações referentes: à organização do grupo, como compra de sementes, insumos biológicos, embalagens, sementes (comerciais); às trocas de conhecimentos sobre práticas de produção e controle de insetos; à organização de encontros e reuniões do grupo (organizacionais); e em relação ao envio de comprovantes de pagamento (administrativas).

Desta forma, considera-se que o meio de comunicação, neste caso *WhatsApp* via internet, apresenta-se como uma IS, a ferramenta escolhida para atender as necessidades operacionais e de sociabilidade da CCR. Além disso, comporta-se como o fio condutor de um elo que está em constante construção (agricultores e consumidores). Entretanto, estes meios também possuem limitações, tendo sido apontadas pelos entrevistados (agricultores e consumidores membros da CCR UFSC-Trindade) as seguintes: i) a exclusão, por não ter acesso à tecnologia; e ii) escolha de não adesão aos grupos coletivos, por não haver interesse em integrar-se neste meio. O segundo motivo, é mais presente, pois ocorrem conflitos frequentes devido ao excesso de mensagens e informações compartilhadas via grupos de *WhatsApp*. Este fato exige acompanhamento regular ou contínuo. Com o objetivo de interagir-se das mudanças, informações, dinâmicas e organizações referentes ao dia de retirada no local físico da CCR UFSC-Trindade.

Conclui-se que o uso da tecnologia potencializa a reconfiguração das relações sociais, estimulando o engajamento dos consumidores e agricultores a partir da participação ativa e coletiva dos atores. Além disso, auxilia na resolução de problemáticas e no compartilhamento de ideias e aprendizados. A seguir iremos apresentar como a CCR UFSC-Trindade dialoga com a categoria de análise, contribuição para configuração de RCA, a partir dos descritores a) reconfiguração das relações sociais; b) participação coletiva; e c) ampliação da democracia alimentar (ANDRE; ABREU,2006; RENTING et al., 20120; MOULAERT et al., 2013).

5.2.3 Contribuições para configuração de RCA nos territórios: o caso da CCR UFSC-Trindade

Ao trazer a teoria das RCA para o estudo de caso, faz-se necessário relacionar os descritores elencados anteriormente no contexto da experiência da CCR UFSC-Trindade. Assim como outros grupos que aproximam agricultores e consumidores por meio da VDPA de alimentos orgânicos/agroecológicos, a CCR UFSC-Trindade é um ambiente que contempla uma ampla diversidade de interações sociais. A partir destas, ocorre o fortalecimento de laços de confiança e solidariedade, além do desenvolvimento de novos conhecimentos. Rossi e Brunori (2017, p. 90) apontam que estes arranjos possuem “uma intensa interação na busca de soluções técnicas e organizacionais, e de ajustes necessários, sejam eles nas relações com os produtores ou no nível de práticas de consumo individuais”. Por isso, as motivações e objetivos conjuntos entre os atores criam condições para o início da ação coletiva, por meio de formas de autogestão, possibilitando a ampliação da democracia alimentar desses grupos.

Nesse sentido, nesta seção iremos descrever as interações entre os atores envolvidos na CCR UFSC-Trindade, sendo elas: i) interação entre agricultores e consumidores; ii) interações desenvolvidas dentro do grupo de consumidores; e iii) mobilização entre as famílias agricultoras na viabilização das CCR.

5.2.3.1 Interações entre agricultores e consumidores

Destaca-se que o modelo da CCR UFSC-Trindade proporciona o contato direto entre agricultores e consumidores, propiciando um ambiente de aproximação, de diálogo e de aprendizado coletivo entre as dimensões da produção e consumo (rural e urbano). A interação entre estes atores pode ocorrer de forma ‘virtual’ (via aplicativo *WhatsApp*) ou presencial, como em visitas e reuniões. Neste último caso, as reuniões são agendadas quando surge a necessidade de resolução de problemas de cunho emergencial ou quando é necessária à apreciação de propostas de alteração no *modus operandi* da iniciativa (Figura 9).

Figura 9 - (A) Reunião com o grupo AGRODEA e membros do LACAF/UFSC; (B) Reunião com o grupo de consumidores da CCR UFSC-Trindade, grupo AGRODEA e equipe LACAF/UFSC em novembro de 2017



Fonte: elaborada pela autora (2017).

Para além das reuniões, outro espaço de interação e integração entre agricultores e consumidores são as visitas às propriedades familiares (Figura 10), que ocorrem uma vez por semestre e são organizadas pelos próprios consumidores. Nas visitas, observou-se um ambiente fértil para trocas de experiências, informações e saberes entre atores que convivem em distintas realidades (rural e urbano). Evidencia-se como um espaço de sensibilização por parte dos consumidores, pois eles passam a conhecer a origem e de que forma os alimentos são produzidos. Além disso, eles conhecem as dificuldades intrínsecas aos processos produtivos, enfrentadas pelos agricultores. A partir delas, estabelecem-se mudanças de atitudes por parte dos consumidores, sendo um convite para um maior engajamento dos consumidores na iniciativa, pois eles passam a adquirir novas percepções sobre o mundo rural, agroecologia, realidade da agricultura familiar e produção de alimentos.

Figura 10 - Registros dos consumidores(as) na CCR UFSC-Trindade nas visitas às propriedades rurais das famílias do grupo AGRODEA



Fonte: elaborada pela autora (2017).

Nessa perspectiva, a partir desse estreitamento de vínculos com as famílias agricultoras, os consumidores ativam a sua responsabilidade em

adquirir regularmente as cestas, para que o grupo de agricultores continue comercializando diretamente para CCR, assim como relatado por um agricultor do grupo sobre as visitas às propriedades rurais:

A gente vê como que é diferente, a gente não tem a ideia que eles (consumidores) têm, que nunca viram lavora, não viram plantar. A gente morou na cidade, mas já sabia, cada um tem uma ideia diferente de tudo, do que eles estão comendo, como é produzido, de onde vem, como é que sai. Tudo eles querem ver e saber, tudo se admiram, muito, muito legal assim, nos podermos mostrar e passar algo de bom pra eles. (Entrevistado 04).

Ademais, nas visitas os agricultores recebem um ‘olhar’ dos consumidores, que se certificam da origem do alimento que consomem. A partir disso, há um fortalecimento nos valores éticos do sistema participativo de garantia (SPG). Destaca-se que estes momentos reforçam a valorização da identidade do alimento e de seu território. Corroborando esta ideia, Rossi e Brunori (2017, p. 90) apontam que, por meio da socialização entre quem produz e quem consome, “se desenvolvem novos conhecimentos e sistemas de preferências, novos sistemas de avaliação e satisfação das necessidades e, com isso, novos discursos e narrativas”, confirmando a atuação das IS neste arranjo organizacional.

Nesse cenário acredita-se na existência da reconfiguração das relações sociais, que antes da iniciativa eram inexistentes. Confirmam-se, assim, os argumentos de Renting et al. (2012) e Niederle e Wesz Junior (2018), que defendem esses espaços e situações como sendo “um convite” para a sociedade civil (consumidores) engajar-se nos processos que englobam a produção, abastecimento e consumo de alimentos, apropriando-se (em maior ou menor grau) de novas concepções de civismo agroalimentar.

Estes momentos apresentados estão intimamente relacionados com a noção de IS, pois demonstram na prática a aproximação entre agricultores e consumidores, e suas diversas possibilidades de criar alternativas (momentos, iniciativas e ações) que preencham lacunas características do sistema agroalimentar hegemônico. Além disso, são momentos que reforçam a noção de RCA que esta intrínseca no arranjo da CCR UFSC-Trindade, ao fortalecer a relação produtor-consumidor, valorizando o local, identidade, cultura, e formas de produção e de vida do meio rural. Desse modo, no próximo item iremos reforçar a interação

do consumidor-cidadão, que passa a se reformular e dispõe-se a assumir o seu papel na construção da democracia alimentar, de maneira mais ativa (HASSANEIN, 2003; RENTING et al., 2012).

5.2.3.2 Interações desenvolvidas dentro do grupo de consumidores

O ato de consumir configura-se como uma prática individual e coletiva. Porém, quando há um engajamento e um objetivo comum que une os consumidores, como é o caso das CCR, cria-se um ambiente que favorece o fortalecimento de mudanças coletivas referentes aos hábitos alimentares, além do estreitamento das relações entre demais consumidores. Sendo assim, na CCR UFSC-Trindade os consumidores têm a oportunidade de tornar-se ativos na cadeia agroalimentar e co-gestionar, junto aos agricultores e membros do LACAF/UFSC, esta iniciativa de abastecimento de alimentos orgânicos/agroecológicos. Desta forma, assim como nas RCA, os consumidores da CCR são capazes de sustentar novas práticas de consumo que visem à ampliação da cidadania alimentar da sociedade (RENTING et al., 2012).

É importante ressaltar que, para a manutenção e o bom funcionamento da iniciativa CCR UFSC-Trindade, é fundamental a garantia da participação do elo consumidor, pois o engajamento é necessário para a integração dos consumidores nos espaços de coordenação e ações coletivas. A partir de questionários on-line aplicados aos consumidores, foi identificado que a principal motivação para eles participarem da iniciativa corresponde ao seu interesse em obter uma relação mais próxima com agricultores. Por outro lado, chamamos a atenção para a motivação elencada como menos relevante, que é a obtenção de relações mais próximas com outros consumidores. Isto pode ser atribuído a uma tendência em haver pouco interesse em se relacionar e se organizar, enquanto categoria própria, havendo certa resistência à construção coletiva de novas práticas alimentares. Sendo assim, os mecanismos de governança e democracia alimentar nesta iniciativa ainda são frágeis, estando em constante construção, a partir do engajamento dos consumidores.

No entanto, este processo de desenvolver processos de autogestão da iniciativa já vem sendo desenvolvido. No mês de julho de 2017 foi criada em reunião a “equipe de colaboração”, uma equipe de coordenação dos consumidores que atua durante um semestre. As atribuições (Quadro 10) desta equipe foram definidas a partir de uma dinâmica participativa, em que os presentes elencavam as atividades que deveriam ser realizadas

por este coletivo, com o objetivo de gerenciar a CCR em conjunto com os agricultores.

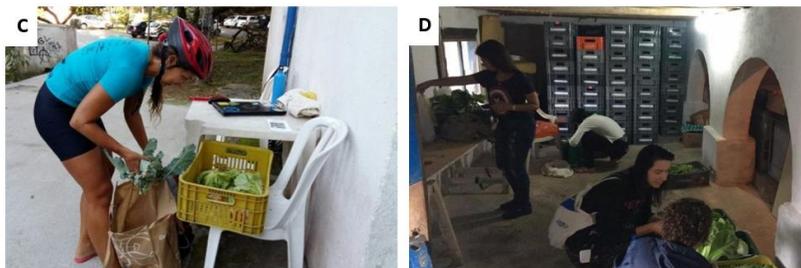
Além disso, outro aspecto importante na ampliação do engajamento dos consumidores da CCR UFSC-Trindade foi o acompanhamento semanal da retirada das cestas por voluntários. Sendo que, nos primeiros seis meses, esta era uma atividade realizada por bolsistas do LACAF/UFSC e, a partir do mês de junho de 2017, a responsabilidade passou a ser organizada pelos próprios consumidores. Desta forma, a equipe de colaboração realiza uma enquete semanal no grupo do *WhatsApp*, em que enviados horários disponíveis a serem preenchidos por voluntários (Figura 11). Nesse sentido, para organização desta escala, todas as quartas-feiras (um dia antes da entrega) um membro da equipe de colaboração pergunta no grupo “Célula de Consumo UFSC” quem estaria disponível para acompanhar a partilha no ponto de entrega. Desta forma, os horários são divididos em intervalos, entre 07:30 e 12:30, das quintas-feiras. Após os horários estarem preenchidos, a dinâmica de retirada e de voluntariado acontece semanalmente, com a organização direta dos consumidores.

Quadro 10 - Atividades e responsabilidades coletivas da equipe de colaboração dos consumidores da CCR UFSC-Trindade

Comunicação	Mediação	Estratégias Coletivas	Manutenção espaço CCR
Realizar a recepção de novos integrantes.	Buscar a solução de problemas de relacionamento entre os membros.	Pensar e organizar com os consumidores atividades de aproximação aos agricultores.	Solicitar aos demais que zelem pelo espaço de partilha dos alimentos
Interagir diretamente com os consumidores e o grupo de agricultores.	Realizar a mediação entre os consumidores e a equipe do LACAF.	Organizar visitas às propriedades do grupo AGRODEA.	Apoiar o processo de retirada das cestas e lembrar dos horários preestabelecidos.
Comunicar ao grupo AGRODEA sobre problemas de qualidade dos alimentos.		Estimular reeducação alimentar (compartilhar materiais, criar cartilhas e outros materiais).	Incentivar e organizar os consumidores para o voluntariado na partilha.

Fonte: elaborado pelos consumidores em reunião no dia 30 de junho de 2018.

Figura 11 - Registros ilustrando consumidoras retirando as cestas no local da CCR UFSC-Trindade



Fonte: elaborada pela autora (2017).

Faz-se relevante destacar que ainda há problemas na autogestão da iniciativa, os quais são motivados pela falta de disponibilidade de tempo de alguns consumidores, sendo que são sempre os mesmos a se disponibilizarem como voluntários, e este engajamento de poucos membros leva à consequente concentração e sobrecarga de atividades e responsabilidades. Nesse sentido, soluções foram arquitetadas, como a redução do horário disponibilizado para acompanhar a retirada das cestas para o intervalo de meia hora, possibilitando que um maior número de consumidores voluntários possa contribuir. Além disso, em articulação com a coordenação dos agricultores, estabeleceu-se um bônus de três reais em compras a cada meia hora de participação na escala.

No entanto, as ações já desenvolvidas pelos consumidores reconfiguram as práticas de produção e consumo, criando formas inovadoras de gestão por meio da equipe de colaboração, com atividades e responsabilidades definidas (Quadro 11), bem como a escolha de voluntários para acompanhar a retirada das cestas semanalmente. Para estas dinâmicas, é necessária uma comunicação fluída e contínua entre os membros, realizada por meio do grupo de *WhatsApp*. A noção de democracia alimentar e incorporação de elementos de gestão e envolvimento dos consumidores na cadeia ainda é um caminho a ser trilhado. O objetivo é que os consumidores possam responsabilizar-se para além da compra e consumo, e sim engajarem-se em aspectos produtivos, logísticos e organizacionais da iniciativa. Logo, apesar dos desafios postos, isto é, o pouco engajamento de parte dos consumidores devido ao baixo interesse ou falta de disponibilidade de tempo, estes já têm incorporado valores de responsabilidade – existência de uma equipe de colaboração que coordena atividades referentes a comunicação,

mediação, atividades coletivas e manutenção do espaço da CCR. Além do voluntariado para acompanhar a retiradas das cestas.

5.2.3.3 A mobilização entre as famílias agricultoras para viabilização das CCR

É importante destacar, a partir da experiência da CCR UFSC-Trindade, que um aspecto fundamental para operar este modelo de VDPA são as novas formas de organização coletiva e engajamento entre as famílias agricultoras. Desta forma, a partir da abertura deste mercado, os agricultores passaram a realizar uma série de atividades, que englobam desde a organização da produção e desenhos logísticos até aspectos administrativos da iniciativa. As famílias agricultoras já se encontravam organizadas em grupo, por fazerem parte do grupo AGRODEA da Rede Ecovida. Porém, além de se organizarem por meio de reuniões mensais, o grupo passou a ter uma gestão centralizada, chamada de uma coordenação. Esta tem como responsabilidades administrar e acompanhar os processos desde a produção, organização semanal dos pedidos, pagamentos, comunicação com consumidores e gestão na montagem das cestas. Sendo que os alimentos que irão compor as cestas semanais, após serem colhidos, são preparados (lavados, pesados) e transportados para uma propriedade comum a todos as famílias agricultoras. Nesta propriedade se realiza o processo de reunião dos alimentos e montagem das cestas (Figura 12).

Figura 12 - (E) Agricultores e agricultoras do grupo AGRODEA na montagem das cestas para a CCR UFSC-Trindade; (F) Cestas no local de montagem em dezembro de 2018



Fonte: Dulciani Allien (2018).

No dia da montagem (quartas-feiras), as famílias do grupo AGRODEA que se encontram geograficamente próximas articulam a logística para auxiliar aquelas que não possuem condições de transportar os alimentos até o local onde ocorre a montagem das cestas. Esta

articulação, busca otimizar o tempo e custo energético. Nesse sentido, semanalmente membros do grupo se encontram para preparação e montagem das cestas, sendo que no mínimo 08 integrantes do grupo AGRODEA encontram-se presentes e recebem ajuda de custo ao voluntariar nesta etapa.

As cestas de alimentos orgânicos/agroecológicos, além envolverem uma diversidade de itens, abrigam uma série de dinâmicas sociais, que se somam às dinâmicas produtivas, sendo assim, os alimentos em suas trajetórias conformam narrativas únicas nos processos que incluem desde a produção e a comercialização, até o consumo dos mesmos.

Contudo, a organização coletiva ocorre em diversas dimensões, promovendo a reconfiguração das relações sociais que leva a um estreitamento de laços de confiança e solidariedade entre consumidores, agricultores e entre agricultores e consumidores. Este é um ambiente de troca que propicia o engajamento do consumidor na cadeia agroalimentar (da produção ao consumo), reforçando elementos presentes em uma RCA. Para tanto, a seguir iremos analisar os elementos (dimensões socioeconômicas) que contribuem para a expansão da agroecologia nos territórios.

5.3 CONTRIBUIÇÕES NAS DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS DA AGROECOLOGIA

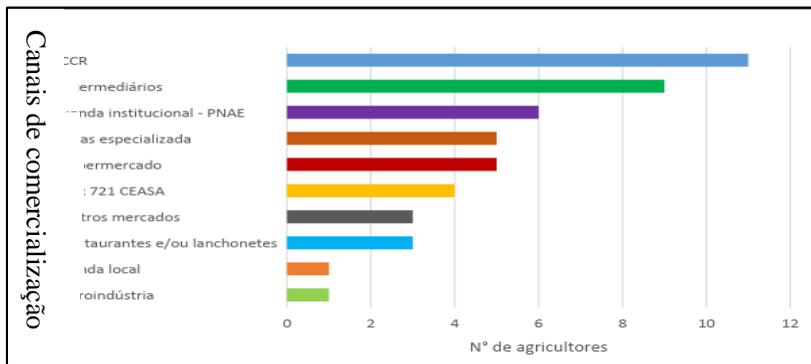
A partir da análise dos descritores, observou-se que o grupo AGRODEA acessa aproximadamente dez canais de comercialização, sendo que as CCR se tornaram um dos principais canais acessados (Figura 13). Nesse contexto, de acordo com Pugas (2017, p. 114) “o número dos diferentes canais de comercialização pode favorecer a autonomia dos agricultores, pois podem lhes dar maior alternativa para o escoamento da produção”.

Por esse ângulo, o arranjo de VDPA da CCR UFSC-Trindade destaca-se por ser uma oportunidade para o escoamento de produção por meio da venda direta e garantida através do pedido antecipado, oportunizando o planejamento da produção para suprir uma demanda conhecida.

A partir desta experiência, confirma-se a contribuição de Darolt (2013), quando coloca que a venda direta, ao não possuir intermediários na cadeia, tem o potencial de propiciar uma maior renda aos agricultores. Neste aspecto, ressalta-se a fala de um agricultor entrevistado durante uma visita nas propriedades rurais: “*Nós dividimos o que ia para os*

‘atravessadores’ entre nós, metade para vocês (consumidores) em economia, e metade para nós (agricultores) em melhor retorno” (Entrevistado 06).

Figura 13 - Canais de comercialização acessados pelo grupo AGRODEA em 2017-2018

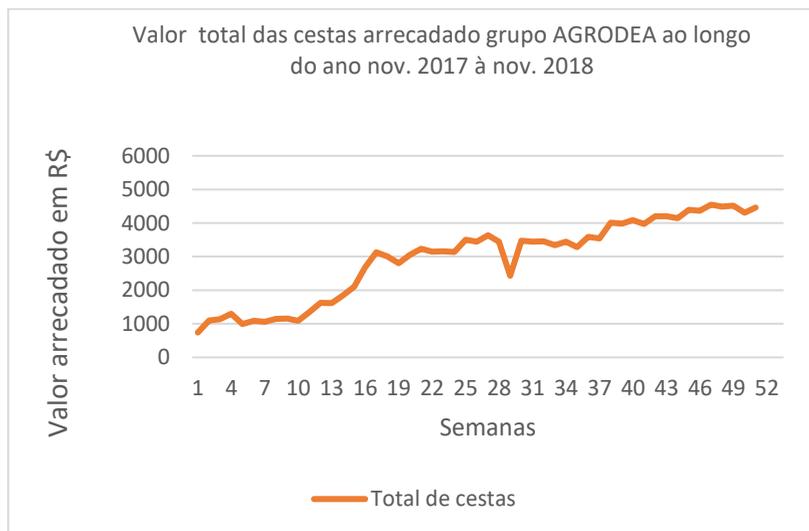


Fonte: elaborada pela autora (2018).

Além da venda direta, outra característica central deste arranjo é o pedido antecipado, que permite garantia nas vendas, pois, antes mesmo dos alimentos serem colhidos, eles já estão vendidos. Nesse ponto de vista, pode-se afirmar que a CCR UFSC-Trindade, é um mercado de venda direta e garantida que melhora a qualidade de vida das famílias agricultoras. Sendo que, de acordo com um relato: *“A CCR tem ajudado bastante na produção e geração de renda, e estimulado muito o pessoal. Como a venda é certa, a gente planta sem medo de não vender, como no caso da feira”* (Entrevistado, 11). De acordo com os dados coletados, a comercialização via CCR, representa no mínimo 30% e no máximo 90% do orçamento mensal das famílias agricultoras do grupo AGRODEA. Isto expressa a importância deste canal de comercialização para compor a renda final dos agricultores.

Compreende-se, então, que o conjunto de CCR abastecido pelo AGRODEA (CCR Estreito, CCR UFSC-Trindade e CCR E-Faz), ao completar um ano de atividades, mostra um grande crescimento, tanto em números de cestas comercializadas quanto em valor arrecadado em reais (R\$) (Figura 14).

Figura 14 - Valor das cestas (em R\$) arrecadado pelo grupo AGRODEA ao longo do período de 23 de novembro de 2017 a 24 de novembro de 2018 em SC.



Fonte: elaborado pela autora (2018).

A vista disso, o crescimento confirma-se quando observamos o número de cestas, que variou de 27 inicialmente para 143 cestas, no período de um ano (de 23 de novembro de 2017 a 22 de novembro de 2018). Porém, nota-se uma queda no valor arrecadado na semana de número 29, que coincide com o período de férias escolares de junho. Desse modo, este decréscimo não representou grandes perdas na renda das famílias, quando observamos os meses seguintes.

Para além da geração de renda para os agricultores, podemos observar benefícios econômicos também para os consumidores das CCR. Num comparativo de preços entre o modelo das CCR e demais canais de comercialização (feiras, lojas especializadas, redes de supermercados). Segundo o Boletim de Preços de Alimentos Orgânicos no Varejo de Florianópolis, observa-se uma grande diferença nos valores por quilograma destes alimentos. De acordo com o Boletim citado, nas feiras diretas o preço médio operado por quilo do orgânico é de R\$ 9,67/kg, seguido de R\$ 12,82/kg, nas lojas especializadas, e R\$ 23,00/kg nos supermercados (GRADE; MERGEN, 2018). Já as CCR trabalham com um preço médio fixo de R\$ 5,80/kg. Diante do exposto, é possível

verificar-se que o modelo das CCR UFSC-Trindade promove a redução dos custos para os consumidores de alimentos orgânicos/agreocológicos em Florianópolis-SC.

Nessa perspectiva, o grupo AGRODEA, com a CCR UFSC-Trindade, abriu e consolidou novos mercados, já que a partir do momento que o grupo iniciou suas entregas para as CCR todas as quintas-feiras em Florianópolis-SC, as rotas logísticas se ampliaram a outros mercados. Tal ampliação teve como objetivo a complementação da renda, além de aproveitar a capacidade de carga do transporte. A partir do estabelecimento da venda direta para as CCR, criou-se uma diversidade de novas alianças com consumidores e contatos de restaurantes e varejos maiores. Visto que, para o grupo AGRODEA, os circuitos de comercialização e, sobretudo os que configuram-se como venda direta, são importantes para diminuir a dependência e consequentemente obter uma maior autonomia das famílias agricultoras nos mercados.

Além disso, operar o modelo de cestas fechadas (número de itens, peso, valor fixo), respeitando a sazonalidade agroecológica, estimulou a diversificação de alimentos, acarretando na preservação e/ou aumento da agrobiodiversidade, a partir da venda de produtos sazonais e plantas antes desvalorizadas pelas famílias agricultoras, como plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e/ou frutas nativas, como por exemplo: beldroega, azedinha, capuchinha, baga-de-macaco, maracujá doce, lichia, physalis. Isto é uma resposta à necessidade de diversificação para suprir a demanda crescente. Este fato permite a ampliação e diversificação da base alimentar das famílias consumidoras, que passam a obter um conhecimento dos ciclos e alimentos de cada estação, bem como gera a possibilidade de testar novas receitas, com alimentos antes desconhecidos e/ou pouco frequentes nas dietas das famílias.

No entanto, para além da oportunidade de aumento de renda, garantia de vendas, acesso a novos mercados e estímulo à preservação e/ou aumento da agrobiodiversidade para os agricultores, este arranjo organizacional destaca-se por permitir o contato direto entre agricultores e consumidores e a consequente estruturação de novas formas de abastecimento alimentar. Dentre as inovações, destacam-se momentos de participação coletiva e sensibilização dos consumidores com a realidade rural, como visitas às propriedades rurais, que estimulam a construção de vínculos de confiança e solidariedade entre os membros (Figura 15).

Figura 15 - (G) Visita dos consumidores(as) a uma propriedade familiar do grupo AGRODEA em Vidal Ramos-SC, estabelecendo contato com a identidade e cultura do território rural; (H) Consumidores(as) visitando uma roça de mandioca em Vidal Ramos-SC



Fonte: elaborado pela autora (2018).

Nesses momentos, destaca-se o diálogo entre o ambiente rural e o urbano, havendo a valorização do local e de sua cultura, estimulando o turismo rural agroecológico (GUZMÁN et al., 2010). Segundo o relato de um agricultor sobre as visitas dos consumidores às propriedades “*Acho legal, nota 10! Se tivesse nota maior eu dava. É uma injeção de ânimo, é muito legal isso aí, como dizem, que é só olhar para mim e já não precisa perguntar, a alegria que a gente tá passando pelo acontecimento do momento.*” (Entrevistado 02). As visitas, são espaços onde há visibilidade e ocorre o encontro de realidades antes distantes (rural e urbano) (Figura 15). O que propicia a valorização do que antes era invisível, por ser desconhecido. Ou seja, “*Muitas coisas que a gente tem vergonha, tudo eles (consumidores visitantes) põe pra cima*” (Entrevistado 07).

A partir disso, permite-se dizer que a experiência da CCR UFSC-Trindade contribui para a expansão da agroecologia (aumento da escala) no território em que atua o grupo AGRODEA, pois, ampliou-se o número, tanto de agricultores quanto de consumidores envolvidos, além de apoiar e possibilitar o incremento de circuitos de comercialização inovadores por meio da VDPA, o que estimula a participação social e coletiva, valorizando, assim, as práticas sociais e a de produção das famílias agricultoras no território. Já no contexto urbano (Florianópolis-SC), a expansão desta abordagem se materializa pelo significativo crescimento do número de pedidos semanais. Nesse cenário, a demanda tem crescido consideravelmente, existindo uma lista de espera, com aproximadamente 15 pessoas. Desta forma, as famílias agricultoras organizam sua produção para que haja um equilíbrio entre oferta e demanda.

No entanto, também identificamos (pelo menos) duas limitações que influenciam na não expansão da agroecologia no território. A

primeira está relacionada a fatores externos, como a expressão econômica e social da agricultura convencional sobre agroecologia. A região do Alto Vale do Itajaí, onde encontram-se os agricultores do grupo AGRODEA, por ser um território onde a monocultura (cebola, fumo) predomina, isso dificilmente leva as demais famílias do município a se interessarem por participarem do grupo. Este fator pode estar relacionado a barreiras ideológicas e epistemológicas (ROSSET; ALTIERI, 2017). Logo, de acordo com a coordenação do grupo, este número de famílias (14) é um número suficiente para manter um nível de logística organização para abastecer os canais de comercialização acessados.

O segundo aspecto tem relação com a escassez de sucessão familiar para responder à demanda crescente. A partir da observação participante e vivência em campo, observou-se a idade avançada e os consequentes problemas de saúde por parte dos agricultores do grupo, que os impossibilitam de aumentar a eficiência do trabalho/produção para suprir a demanda dos consumidores em Florianópolis-SC. Evidencia-se, assim, um problema presente nas áreas rurais, o envelhecimento e a escassez da sucessão familiar. Destaca-se que apenas uma das 14 famílias possui sucessão familiar, cujos filhos trabalham na produção orgânica certificada e agroecológica.

Para exemplificar os resultados obtidos nesta dissertação, iremos apresentar dois quadros síntese com os resultados. O Quadro 11, ilustra as contribuições para a expansão da agroecologia a partir dos descritores: a) acesso a circuitos de comercialização; b) participação social; e c) valorização local (GUZMÁN; SOLER, 2010; GUZMÁN; WOODGATE, 2013). Relaciona-se esses descritores com as motivações dos agricultores(as) e consumidores(as) coletadas nos questionários, observação participante e vivência em campo.

Apresentados os elementos que contribuem para a expansão (*scaling-up*) da agroecologia nos territórios rurais onde encontram-se os agricultores que abastecem as iniciativas e em Florianópolis-SC, constata-se que as formas de VDPA configuram-se como um circuito curto de comercialização inovador, que possui como características centrais a venda direta e garantida de alimentos orgânicos/agroecológicos. Estes arranjos organizacionais possibilitam uma maior autonomia e remuneração por parte das famílias agricultoras. Já para os consumidores, é uma oportunidade de consumir um alimento orgânico/agroecológico de forma regular, com maior comodidade (ponto de entrega) e acessibilidade (menores preços) – fato que pode levar ao processo de fidelização dos consumidores – produzido pela agricultura familiar local.

Quadro 11 - Síntese das contribuições para a expansão da agroecologia a partir da experiência da CCR UFSC-Trindade e das iniciativas de VDPA de Florianópolis-SC

(continua)

Contribuições para expansão da agroecologia	Para os agricultores(as)	Para os consumidores(as)
Participação social/coletiva	Atividades em grupo: planejamento da produção; montagem semanal das cestas; reuniões mensais; trocas de informação e decisões via grupo <i>WhatsApp</i> (aspectos administrativos; sociabilidade; produtivos).	Existência de equipes de colaboração/coordenação; voluntários semanais no momento da partilha das cestas; presença em reuniões; organização de visitas às propriedades rurais.
Valorização do local	Recepção dos consumidores durante visitas às propriedades rurais; troca de saberes; estímulo para turismo rural agroecológico; valorização da cultura, paisagem e identidade local; contato direto com consumidores; e construção de vínculos de confiança, solidariedade, amizade com consumidores e grupo de agricultores.	Oportunidade de visitar as propriedades familiares; possibilidade de troca de saberes e aproximação com a realidade rural; valorização da cultura, paisagem e identidade local; integração com a natureza; sensibilização e engajamento por parte dos consumidores(as) nas dinâmicas (consumidor-cidadão); e construção de vínculos de confiança, solidariedade, amizade com agricultores e grupo de consumidores.
Acesso a circuitos de comercialização	Acesso a um circuito curto inovador; mercado de venda direta e garantida; oportunidade de planejamento e escoamento da produção; maior autonomia e remuneração (sem intermediários); contato direto com consumidores; possibilidade de fidelizar os consumidores; oportunidade participação social com consumidores e outros grupos de agricultores; e ampliação/criação de novos mercados (varejo, restaurantes).	Acesso a circuito curto inovador; acessibilidade/comodidade logística; preços mais acessíveis, quando comparados ao varejo de orgânicos em Florianópolis-SC; contato direto com agricultores; e oportunidade de mudança dos hábitos alimentares ao consumir alimentos sazonais e orgânicos (de forma regular).

Quadro 11 - Síntese das contribuições para a expansão da agroecologia a partir da experiência da CCR UFSC-Trindade e das iniciativas de VDPA de Florianópolis-SC

(conclusão)

Contribuições para expansão da agroecologia	Para os agricultores(as)	Para os consumidores(as)
Estímulo à preservação e/ou aumento da agrobiodiversidade	Venda de produtos sazonais, respeitando os ciclos da natureza; estímulo à comercialização de espécies da agrobiodiversidade, antes desvalorizadas como plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e frutas nativas; e necessidade de diversificação da produção para atender à demanda.	Conhecimento da sazonalidade (época) dos alimentos conforme os ciclos da natureza; consumo de alimentos antes desconhecidos e/ou pouco frequentes nas dietas das famílias consumidoras, como plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e frutas nativas; possibilidade de testar novas receitas; e ampliação e diversificação da base alimentar dos(as) consumidores(as).

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Faz-se importante ressaltar que isto somente é possível a partir da mobilização e articulação de diferentes grupos, instituições e organizações. Nesse sentido, para uma melhor visualização dos resultados sobre a configuração de RCA nos territórios, realizou-se um quadro síntese com os descritores e motivações dos agricultores e consumidores, dados coletados nos questionários, observação participante e vivência em campo (Quadro 12).

A partir das contribuições para a configuração de uma RCA nos territórios (Quadro 12), observa-se um elemento central destas iniciativas de VDPA estudadas: a capacidade que a reconfiguração das relações sociais tem para estimular a participação coletiva e promover um maior engajamento dos consumidores na cadeia agroalimentar. Desta forma, a partir das dinâmicas de funcionamento, são ativados processos que: a) ampliam a democracia e o civismo alimentar; b) propiciam a aproximação e troca de saberes entre rural e urbano. Entretanto, apesar dos desafios a serem superados, estes arranjos podem apresentar-se como potenciais de resistência às lógicas dominantes dos mercados agroalimentares, contendo elementos-chave para a configuração de uma RCA no território.

Quadro 12 - Síntese das contribuições para configuração de redes de civismo agroalimentar a partir da experiência da CCR UFSC-Trindade e das iniciativas de VDPA de Florianópolis-SC

Configuração de redes de civismo agroalimentar nos territórios	Junto aos agricultores(as)	Junto aos consumidores(as)
Reconfiguração das relações sociais	Articulação direta com os consumidores(as) residentes em Florianópolis-SC, podendo ocorrer o compartilhamento da gestão e de responsabilidades; interação com agricultores(as) localizados nos territórios rurais engajados em atividades coletivas de planejamento da produção e logísticas; reuniões de formação e avaliação; e possibilidade de existência de uma coordenação responsável pela comunicação e organização: dos pedidos, pagamentos e interação com consumidores(as).	Articulação direta com os agricultores nos territórios rurais podendo auxiliar no compartilhamento da gestão de responsabilidades; interação com outros consumidores(as) residentes em Florianópolis-SC, sendo uma oportunidade para redefinição de necessidades e valores relacionados ao consumo, formas produção de alimentos (agroecologia e produção orgânica); e novas formas de comunicação, aproximação e organização social.
Ampliação da democracia alimentar	Ampliação da governança por meio de equipes de coordenação e de gestão dos grupos de agricultores; articulação direta entre as dimensões da produção e do consumo, por meio de coordenações dos consumidores, colaboradores, voluntários; e oportunidade de divisão de tarefas, compartilhamento de responsabilidades e resolução de problemas/imprevistos em conjunto com consumidores ativos nas dinâmicas, desde a produção, comercialização, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos.	Existência de equipes de coordenação que gestionam as dinâmicas, organizadas em grupos de consumidores, colaboradores, voluntários; e oportunidade de divisão de tarefas, compartilhamento de responsabilidades e resolução de problemas/imprevistos em conjunto com outros consumidores e agricultores ativos nas dinâmicas a produção, comercialização, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos.
Participação coletiva	Interação com grupos de consumidores, com outros agricultores e com de redes parceiras; e participação em espaços comuns, visitas às propriedades familiares, mutirões, realização de oficina e reuniões de organização.	Interação com grupos de agricultores, com outros consumidores e com de redes parceiras; e participação em espaços comuns, visitas a propriedades familiares, mutirões, realização de oficina e reuniões de organização.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as iniciativas de VDPA estudadas são uma oportunidade de acesso a um circuito curto inovador, o qual permite a venda direta e garantida através do pedido antecipado de alimentos orgânicos/agroecológicos, diversificados, sazonais e da agrobiodiversidade, além de propiciarem às famílias agricultoras uma maior renda e a melhoria da qualidade de vida. Já para os consumidores, estes arranjos organizacionais permitem maior acessibilidade ao consumo regular de alimentos orgânicos/agroecológicos, operados a preços mais baixos, quando comparados com varejos Florianópolis-SC. Além disso, é atribuída uma maior comodidade à prática, ao levar o alimento orgânico/agroecológico a locais próximos dos consumidores, sendo que a comunicação é estruturada a partir do uso da internet (*WhatsApp*) e a distribuição ocorre em forma de cestas (abertas ou fechadas) em pontos de entregas comuns (escolas, empresas, Universidades).

Por outro lado, todas as VDPA estudadas promovem a interação direta entre o elo da produção e do consumo, favorecendo momentos que incentivam a participação social e coletiva. Estes momentos, permitem a aproximação de agricultores e consumidores, propiciando a valorização do local (cultura, identidade e paisagens rurais), como as visitas às propriedades rurais, o que estimula o turismo agroecológico. Outro aspecto importante, é o sucesso de suas IS, sendo que estas iniciativas têm se replicado a outros contextos sociais, aumentando o número de famílias agricultoras que abastecem, consumidores (9as) beneficiados, bem como o número de cestas comercializadas na capital – 57 famílias agricultoras e cerca de 448 cestas comercializadas. À vista disso, permite-se constatar que estas iniciativas contribuem para a expansão da agroecologia nos territórios rurais e urbanos.

Observa-se ainda, uma intensa relação entre o estudo de caso específico da CCR UFSC-Trindade e as demais iniciativas de VDPA mapeadas em Florianópolis-SC. Dentre as limitações identificadas, destacam-se duas principais: i) a baixa participação dos consumidores em determinadas ações coletivas – as quais exigem certos níveis de responsabilização e engajamento no processo (reuniões, partilha) -; e ii) a dificuldade em manejar ferramentas de comunicação e gestão da iniciativa. Para tanto, existem ações e perspectivas futuras para solucionar (em parte) estas dimensões. No caso da CCR-UFSC Trindade, destaca-se a criação de um aplicativo e/ou software que objetive a operacionalização da dinâmica de compra e venda, e para além disso, que permita uma interação de proximidade entre os agricultores e consumidores. Esta

ferramenta visa facilitar a dinâmica de funcionamento, bem como, a possibilidade de multiplicação de iniciativas semelhantes. No entanto, um desafio claro e relevante que irradia todas as iniciativas estudadas, é o desenvolvimento de dinâmicas que estimulem a autogestão e a participação coletiva entre os consumidores. Tais dinâmicas devem possibilitar uma efetiva governança das experiências, ou seja, construir espaços que estimulem a transição do consumidor em consumidor-cidadão.

Como esta dissertação não pretende esgotar o assunto sobre o tema, algumas sugestões de pesquisas são apresentadas para aprofundar os estudos. Inicialmente sugere-se explorar com mais profundidade o papel dos consumidores nos processos de expansão da agroecologia e formação das RCA nos territórios. Além disso, de que forma a sociedade civil organizada, pode pautar políticas públicas e ações que visem a articulação e consolidação das iniciativas existentes em uma RCA? Busca-se, a partir deste trabalho, dar visibilidade aos circuitos curtos de comercialização inovadores, para que sirvam de embasamento às futuras políticas públicas e/ou futuras ações de Organizações Não Governamentais (ONGs). Estas ações e políticas devem repensar as dinâmicas de interlocução entre produção, abastecimento, comercialização e consumo. Desta forma, busca-se pela elaboração de políticas públicas de incentivo para promoção de VDPA de alimentos orgânicos/agroecológicos a preços acessíveis para a sociedade.

Contudo, objetiva-se, a partir disto, a consolidação e expansão da agroecologia e de RCA nos territórios, por meio da ampliação e democratização do consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos e do apoio ao consumo político, ético e responsável.

REFERÊNCIAS

AGUGLIA, L. La filiera corta: una opportunità per agricoltori e consumatori. **Agriregioneuropa**, ano 5, n. 17, giugno 2009.

ALÉSSIO, B. C.; ROVER, O. J. O desenvolvimento regional como processo de encadeamento de dinâmicas organizativas e trajetórias tecnológicas: o caso da região oeste catarinense. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 3, p. 113-129, 2014.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecología**: principios y estrategias para diseñar una agricultura que conserva recursos naturales y asegura la soberanía alimentaria. Universidad de California, Berkeley, 2001.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecología**: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica: una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social. SOCLA, 2012a.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. México, DF: PNUMA 2005.

ALTIERI, M.; NICHOLS, C. **The scaling up of agroecology**: spreading the hope for food sovereignty and resiliency. A contribution to discussions at Rio. SOCLA, 2012b.

ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. Finisterra, **Revista Portuguesa de Geografia**, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.

BOCK, B. B. Rural marginalisation and the role of social innovation: a turn towards nexogenous development and rural reconnection. **Sociologia Ruralias**, v. 56, n. 4, p. 552-573, 2016.

BOCK, B. B. Social innovation and sustainability: how to disentangle the buzzword and its application in the field of agriculture and rural development. **Studies in Agricultural Economics**, v. 114, n. 2, p. 57-63, 2012.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan.-jun. 2007.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; GUIDI, F. On the new social relations around and beyond food. Analysing consumers' role and action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchasing Groups). **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 1-30, 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns princípios e conceitos. Brasília: Mda/Saf/Dater-lica, 2004.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO - Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia. Disponível em: <https://cepagroagroecologia.wordpress.com/nucleo-litoral-catarinense/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, n. 1-2, fev./mar., pp. 1-8, 2007. comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na dezembro, p. 370-384, 2017.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

CUNHA, A. R. A. Abastecimento alimentar: a superação do padrão Velho Obsoleto para o Novo Ancestral. *In*: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Séries Estudos Rurais), 2016. p. 53-68.

DAL SOGLIO, F. A agricultura moderna e o mito da produtividade. *In*: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (org.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 11-38.

D'ALISA, G.; FORNO, F.; MAURANO, S. Grassroots (economic) activism in times of crisis: Mapping the redundancy of collective actions. **Partecipazione e Conflitto**, v. 8, n. 2, p. 328-342, 2015.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In*: NIERDELE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DAROLT, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, n. 2, v. 19, abr.-jun. 2016.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Experiências em Agroecologia**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Empowering people, driving change: social innovation in the EU**. Bureau of European Policy Advisers. 2011. Disponível em: em http://ec.europa.eu/bepa/pdf/publications_pdf/social_innovation.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

EUROPEAN COMMISSION. **Social innovation research in the EU: approaches, findings and future directions**. Policy Review. 2013. Disponível em: http://www.net4society.eu/_media/social_innovation.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

FAO. **Final report for the international symposium on agroecology for food security and nutrition**. Roma: FAO, 2015.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GIUCA, S. Conoscere la filiera corta. *In*: GIARÉ, F.; GIUCA, S. (org.). **Agricultori e filiera corta: profili giuridici e dinamiche sócio-economiche**. Roma: INEA, 2012, p. 11-30.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GLIESSMAN, S. R. (ed.). **Agroecosystem sustainability: developing practical strategies**. CRC Press, 2000.

GLIESSMAN, S. R. **The framework for conversion**. The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices. Boca Raton, Florida, USA: CRC Press, 2010.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems**. CRC press, 2014.

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. **The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices**. Boca Raton, Florida, USA: CRC Press, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. *In*: GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p.1-7, feb. 2003.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. Alternative food networks. **International Encyclopedia of Human Geography**, v. 3, p. 208-220, 2009.

GOODMAN, M. Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade foods. **Political Geography**, n° 23, p. 891-915, 2004.

GRADE, M.; MERGUEN, C. **Boletim de preços de alimentos orgânicos no varejo de Florianópolis**. vol. 2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2018.

GUTHMAN, J. The Trouble with “organic lite” in California: a rejoinder to the “conventionalisation” Debate. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 3, p. 301-316, 2004

GUZMÁN, E. S.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH Cuadernos**, v. 26, p. 191-217, 2010.

GUZMÁN, E.; SOLER, M. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. **Documentación social**, v. 155, p. 23-39, 2009.

GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Agroecology: Foundations in agrarian social thought and sociological theory. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 32-44, 2013.

GUZMÁN, E.; S. MONTIEL, M. S.; HERNÁNDEZ, D. G.; SÁNCHEZ, I. V.; COLLADO, A. C. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Espanha: Fundação Pública Andaluza, Centro de Estudios Andaluces, 2012.

HASSANEIN, N. Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation, **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 77-86, 2003.

IFOAM. **Powered by people**: 2016 Consolidated Annual Report of Ifoam-Organics International. Bonn: International Federation of Organic Agriculture Movements, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA:

Censo de 2010: População residente total. Florianópolis, Santa Catarina, 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/tab_brasil/tab12.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

INSTITUTO KAIROS. **Organização de grupos de consumo responsável**: caminhos para práticas de consumo responsável. Curitiba: Instituto Kairós, 2011.

JAROSZ, L. The city in the country: growing alternative food networks in metropolitan áreas. **Journal of Rural Studies**, 24, p. 231-244, 2008.

KHADSE, A. et al. Taking agroecology to scale: The zero budget natural farming peasant movement in Karnataka, India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 1, p.192-219, 2018.

KNEAFSEY, M. et al. **Short food supply chains and local food systems in the EU**. A state of play of their socio-economic characteristics. European Union: Publications Office of the European Union, 2013.

LACAF. Laboratório de Comercialização de Agricultura Familiar. 2018. Disponível em: <http://lacaf.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

LAMINE, C.; DAROLT, M.; BRANDERBURG, A. The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, p. 383-401, 2012.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. 1994.

LIMA, D. Ilha de Santa Catarina: **desenvolvimento urbano e meio ambiente**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAESTRIPIERI, L. Are Solidarity Purchasing Groups a Social Innovation? A Study Inspired by Social Forces. **Partecipazione e Conflitto**, v. 10, n. 3, p. 955-982, 2018.

MAPA. **Orgânicos**: cadastro nacional de produtores orgânicos. Brasil. CNPO/MAPA, 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n.4, p. 424-438, 2000.

MASCARENHAS, T. S.; GONÇALVES, J.; BENSADON, L. S. A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO*, 7., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014. p. 1 - 19.

MÉNDEZ, C. D.; ESPEJO, I. G. La mirada sociológica hacia la alimentación: análisis crítico del desarrollo de la investigación en el campo alimentario. **Política y sociedad**, p. 15-50, 2014.

MESSMER, J.G. **Les circuits courts multi-acteurs: emergence d'organisations innovantes dans les filières courtes alimentaires**. Paris: Rapport INRA-MaR/S, 2013, 69 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec editora, 2014.

MONTIEL, M. et al. 'Between Food Ethics, Solidarity and the Social Construction of Alternative Markets. Exploring the Dimensions of Grassroots Food Movements in Spain. *In: EUROPEAN IFSA SYMPOSIUM*, 9., 2010, Vienna. **Anais [...]**. Vienna, Austria: 4-7 jul. 2010.

MORAES, R. L. *et al.* **Ação coletiva e inovação social na esfera pública: análise da experiência do movimento de combate à corrupção eleitoral (MCCE) no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MOULAERT, F. et al. General introduction: the return of social innovation as a scientific concept and a social practice. *In: MacCALLUM, D.; MEHMOOD, A.; MOULAERT, F. (ed.). The International Handbook on Social Innovations*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pub, 2013.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation**. London: National Endowment for Science, Technology and the Art, 2010.

NEUMEIER, S. Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? Proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research. **Sociologia Rurallis**, v. 52, p. 48-69, 2012.

NIEDERLE, P. A. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 79-97, 2014b.

NIEDERLE, P. A. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 162-189, 2014a.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

OOSTERLYNCK, S. Introduction: social innovation – an idea longing for theory. *In*: MacCALLUM, D.; MEHMOOD, A.; MOULAERT, F. (ed.). **The International Handbook on Social Innovations**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pub, 2013.

ORGANICS BRASIL. **Organics Brasil mostra tendências do setor em congresso na Alemanha**. São Paulo: Organics Brasil Imprensa, 2016. Disponível em: http://www.organicsbrasil.org/pt/imprensa_detalle/225/organics-brasil-mostra-tendencias-do-setor-em-congresso-na-alemanha. Acesso em: 10 out. 2017.

PARMENTIER, S. **Scaling-up agroecological approaches: what, why and how?** Brussels: Oxfam-Solidarité, 2014.

PASCUCCI, S. Governance structure, perception and innovation in credence food transactions: the role of food community networks. **International Journal on Food System Dynamics**, v. 3, p. 224-236, 2010.

PEREZ-CASSARINO, J. P.; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, Construção Social de Mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 15, p. 199-224, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/11799/11043>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PORTILHO, F.; BARBOSA L. A adesão á “causa rural” e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, D. (org.). **Construção de mercados para a agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 251-237.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PREISS, P.; MARQUES, F. C.; WISKERKE, J. Fostering sustainable urban-rural linkages through local food supply: a transnational analysis of collaborative food alliances. **Sustainability**, v. 9, n. 7, p. 1155, jul. 2017.

PUGAS, A. S. **Agroecologia e comercialização de alimentos: qual agrobiodiversidade e qual autonomia aos agricultores?** 2017. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Sobre nós**. 2019. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

REHFELD, D. *et al.* **Comparative report on social innovation framework**. Brussels: European Commission, DG Research & Innovation, 2015.

RENTING, H.; MARDSEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, v. 35, p. 393-411, 2003.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring Civic Food Networks and newly emerging forms of food citizenship. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, 289-307, 2012.

RETE NAZIONALI DI GRUPPI DI ACQUISTO SOLIDALE. **Gruppi di acquisto Solidale**. 2013. Disponível em: <http://www.retegas.org>. Acesso em: 20 set. 2017.

ROESE, A. *et al.* Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **OnLine Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 3, p. 1-12, nov. 2006.

ROSSET, P. M. **Social organization and process bringing agroecology to scale**. Agroecology Food Security and Nutrition. Rome: Food and Agriculture Organization (FAO) of United Nations, 2015.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and Society**, v. 17, n. 3, 2012.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecología: ciencia y política**. Estudios críticos agrários. Sociedad Científica Latino-americana de Agroecología (SOCLA). Ecuador: Gráficas Riobamba. 2017. p. 21-199.

ROSSI, A.; BRUNORI, G. As cadeias curtas de abastecimento na inovação dos Grupos de Aquisições Solidárias (GAS): a construção social de práticas (alimentares) sustentáveis. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 83-103.

ROVER, O. J. O método científico em ciências sociais: dos documentos, questionários e entrevistas à análise de enunciados. **Revista Grifos**, v. 21, n. 32-33, p 13-28, 2012.

ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecológica de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 22-25, 2013.

ROVER, O. J.; RIEPE, A. D. J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 663-682, ago. 2015.

ROVER, O. J.; VIEGAS, M. T.; SILVA, B.; GELBCKE, D.; MORELLI, N. **Comercialização de alimentos orgânicos no varejo da ilha de Santa Catarina - Florianópolis/SC** - Relatório Final do Projeto de “Pesquisa sobre a comercialização em varejo de alimentos orgânicos na Ilha de Santa Catarina, Florianópolis/SC. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://lacaf.paginas.ufsc.br/files/2015/12/relat%C3%B3rio-FINAL-pesquisa-varejo-org%C3%A2nico.-Fpolis.pdf>. Acesso em: 20 nov. de 2017.

ROVER, O.; DE GENNARO, B.; ROSELLI, L. Social Innovation and sustainable rural development: the case of a Brazilian agroecology network. **Sustainability**, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2016.

SAGE, C. **Environment and food**. Abingdon, Oxon, UK: Routledge, 2011.

SANTOS, L. dos. ARUTO, P. C. **Boletim regional do mercado de trabalho mesorregião da Grande Florianópolis**. Série 2013. n. 04. Florianópolis: Governo do estado de Santa Catarina, 2013.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. *In*: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. (orgs). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 53-74.

SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH Cuadernos**, v. 26, 2010.

SLOW FOOD. Movimento Slow Food. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>. Acesso em: 15 jan. 2019.

THRUPP, L. N.; COLOZZA, D.; CHOPTIANY, J. **The influence of food systems on the adoption of agroecological practices: political-economic factors that hinder or facilitate change**. Rome: FAO, 2014.

VENN, L. *et al.* Researching European “alternative” food networks: some methodological considerations. **Area**, v. 38, n. 3, p. 248-258, 2006.

VIEGAS, M T.; ROVER, O. J.; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização na região da grande Florianópolis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, 2017.

VIEGAS, M. T. **Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1997, Natal. **Anais [...]**. Natal: SOBER, 1997. p. 90-113.

WARDE, A. **The practice of eating**. Cambridge: Polity, 2015.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. Os mercados não vem mais do mercado. *In*: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p 53-73.

WISKERKE, J. S. On promising niches and constraining sociotechnical regimes: the case of Dutch wheat and bread. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 3, p. 429-448, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZOLDAN, P. C.; MIOR, L. C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina em 2010**. Florianópolis: Epagri, 2012. 94 p. (Epagri. Documentos, 239).